

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

33

abr-jun/2012



**Banco do
Nordeste**

ISSN 18078834

BNB Conjuntura
Econômica
Número 33

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2012**

Obra publicada pelo



Presidente

– Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene

José Narciso Sobrinho (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Laura Lúcia Ramos Freire (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA

Coordenação Técnica

Laura Lúcia Ramos Freire

Produto Interno Bruto

Liliane Cordeiro Barroso

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; Jackson Dantas Coelho e George Alberto de Freitas, Francisco Raimundo Evangelista

Emprego e Rendimento

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Setor Externo

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários: Gilvan Farias dos Santos; Eduardo Batista da Cruz, Renata Pinheiro da Rocha

Ambiente de Comunicação Social

José Mauricio de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa

Revisão

Hermano José Pinho

CONSULTORES AD HOC

Coordenação Técnica e Síntese de Expectativas

Assuero Ferreira

Síntese de Expectativas, Produto Interno Bruto, Produção Industrial, Emprego e Rendimento

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Setor Externo

Inez Sílvia Batista Castro

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira e Leonardo Dias Lima.

Normalização Bibliográfica

Paula Pinheiro da Nóbrega

Diagramação

Patrício de Moura

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004
Demais localidades: 0800 033 0004

Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 33 (abr. - jun. 2012). – Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2011 -

122 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 33

Abril-Junho 2012

SUMÁRIO

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

05

1.1 – A Indústria Nordestina nos Anos 2000: Breve Reflexão.....	05
1.2 - Perspectivas e Desafios Econômicos do Nordeste nos Próximos Anos	14
1.2.1 - Introdução	14
1.2.2 - Exaustão do modelo de crescimento recente	14
1.2.3 - Determinantes do crescimento brasileiro nos próximos anos ..	16
1.2.4 - Consequências para o Nordeste	18
1.2.5 - Conclusões e comentários finais	21

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

23

2.1- Resumo Executivo	23
2.2 - Expectativas.....	26

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

29

3.1 - Produto Interno Bruto	29
3.2 - Produção Agropecuária	36
3.2.1 - Agricultura	36
3.2.2 - Pecuária	50
3.2.3 - Agronegócio	52
3.2.3.1- Desempenho do faturamento	52
3.3- Produção Industrial do Brasil	56
3.3.1- Produção Industrial do Nordeste.....	59
3.4 - Desempenho do Comércio no Brasil.....	64
3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste	66

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

69

4.1- Considerações Adicionais sobre Emprego Formal.....	73
---	----

5 - SETOR EXTERNO

77

5.1 - Contexto Internacional e Balança Comercial Nordestina	77
5.2- Câmbio e Balanço de Pagamentos	89

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

93

6.1-Arrecadação de ICMS.....	93
6.2-Fundos Constitucionais.....	96
6.3-Transferências Voluntárias.....	99
6.4- Aplicações de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste	100

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

107

7.1- Panorama Geral.....	107
7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional...	108
7.3 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	110
7.3.1 - Empréstimos/financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME..	111
7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino	113
7.5 -BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito	115
7.6-Conclusão	118

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1- A Indústria Nordestina nos Anos 2000: Breve Reflexão

Carmem Aparecida Feijó

Doutora em Economia pela University College London, Inglaterra
Professora Associada da Universidade Federal Fluminense, Brasil

Introdução

O desempenho das economias ao longo do tempo depende, em grande medida, da evolução da produtividade do trabalho, em especial no setor da indústria manufatureira. Isto decorre do fato de a indústria de transformação, por demandar insumos e ofertar produtos para todos os demais setores, encontrar-se em posição especial na estrutura produtiva de um país ou região. Quanto mais densos os elos das cadeias produtivas da indústria manufatureira em um local, maior deverá ser o dinamismo econômico da região.

Partindo destas ponderações, o objetivo desta nota é discutir o desempenho da indústria de transformação do Nordeste à luz do desempenho recente da economia nacional. Iniciaremos a discussão, na seção 1, recuperando a ideia de que o crescimento econômico se dá como um processo de causalção circular cumulativo onde a interação de fatores de oferta e de demanda podem gerar ora um ciclo virtuoso de crescimento elevado, ora um ciclo vicioso de baixo crescimento. O sucesso de uma trajetória de crescimento depende da capacidade dos estímulos de demanda provocarem uma mudança na estrutura de produção que eleve a produtividade da economia. Na seção 2 trataremos

do desempenho da economia e da indústria nordestinas em relação ao total do país. Na seção 3 abordaremos a evolução da produtividade da indústria do Nordeste e na seção 4 teceremos as considerações finais.

O Processo de Causalção Circular Cumulativo e a Mudança na Estrutura Produtiva

O processo de causalção circular cumulativo permite explicar como a evolução da produtividade do trabalho de uma economia depende de sua estrutura produtiva, em particular da composição da indústria manufatureira. Isto porque se assume que uma estrutura produtiva se torna madura com a presença de uma indústria de transformação (considerando também os serviços a ela associados) tecnologicamente sofisticada, não só em termos de estoque de capital, mas também em termos de produto. Assim, o processo de evolução que leve uma economia a passar de um estágio de estrutura produtiva imatura e heterogênea, a um estágio de maturidade se explica pelo princípio da causalção circular cumulativo. Este princípio mostra que os retornos crescentes presentes na indústria de transformação permitem que o aumento da produtividade na indústria exerça um efeito de aumentar a produtividade de toda a economia. Uma conclusão deste raciocínio é que se uma região que deseja aumentar sua taxa

de crescimento, deverá promover uma mudança em sua estrutura produtiva no sentido de incentivar setores produtores de bens com elevados conteúdos tecnológicos. Se for bem-sucedida nesta direção irá melhorar sua inserção na divisão internacional do trabalho e reduzir a heterogeneidade estrutural.

O desenvolvimento econômico, entendido como um processo de causalção circular, é explicado pela interação entre fatores de oferta e demanda, que se reforçam cumulativamente. O processo se inicia supondo uma expansão da demanda agregada que, via efeito multiplicador, amplia o produto agregado. Supondo válida a lei de Verdoorn, o aumento do produto deve estimular o crescimento da produtividade. Kaldor, em seus escritos nos anos 1970, observou que a presença de economias estáticas e dinâmicas de escala na indústria manufatureira tornam a lei de Verdoorn muito poderosa para dinamizar o crescimento da produtividade da economia como um todo. As economias de escala estáticas ao nível da planta industrial são oriundas da queda nos custos unitários de produção na medida em que a escala aumenta, e as economias de escala dinâmicas são oriundas da expansão industrial que induz mudanças técnicas através de processos como o *learning by doing*.

A dinâmica de crescimento, segundo o processo de causalção circular considera os elos da indústria manufatureira tanto dentro da própria indústria como com os demais setores da economia, aumentando a produtividade da economia. Finalmente, o processo de causalção circular se completa assumindo-se que mudanças na produtividade do trabalho aumentarão a competitividade da economia. À medida que aumentos de produtividade

no setor industrial promovam mudanças na estrutura produtiva na direção de fortalecer setores intensivos em tecnologia, o processo cumulativo reforça os aumentos na produtividade do trabalho induzindo continuamente mudanças na direção da produção de bens com maior valor adicionado. Se mudança estrutural não ocorre naquela direção, ganhos de produtividade são menores, e um ciclo de menor crescimento se instala, cumulativamente.

A Evolução da Economia Nordestina nos Anos 2000 e a Contribuição das Indústrias Manufatureira e Extrativa Mineral

Começando com um breve retrospecto sobre a indústria brasileira, devemos lembrar que esta tem passado por muitas transformações nas duas últimas décadas. A política de abertura do comércio externo adotada no início dos anos de 1990, seguida da tendência à valorização do câmbio, resultou em aumento das importações de bens industrializados. Se, por um lado, a abertura econômica favoreceu a modernização do parque industrial com reflexo positivo sobre a produtividade, por outro, o aumento da concorrência implicou, em muitos casos, substituição da produção nacional por importados. Esta última tendência se acentuou nos anos mais recentes, pós-crise de 2008, quando a valorização da moeda doméstica em um ambiente de recessão externa tem levado à perda de espaço da indústria manufatureira. De fato, a indústria de transformação contribuiu em 2000¹ com 17,6% do valor adicionado total, percentual que se reduziu a 14,9% em 2011. A maior perda de participação ocorreu pós 2008, pois até 2007 a contribuição do setor era de 17,0%. Vale destacar que na década de 2000 a indústria extrativa mineral mais que dobrou sua participação, passando de 1,6%,

1 Tomamos o ano de 2000 como base nesta comparação pois é este o ano de referência das bases estatísticas do sistema de contas nacionais.

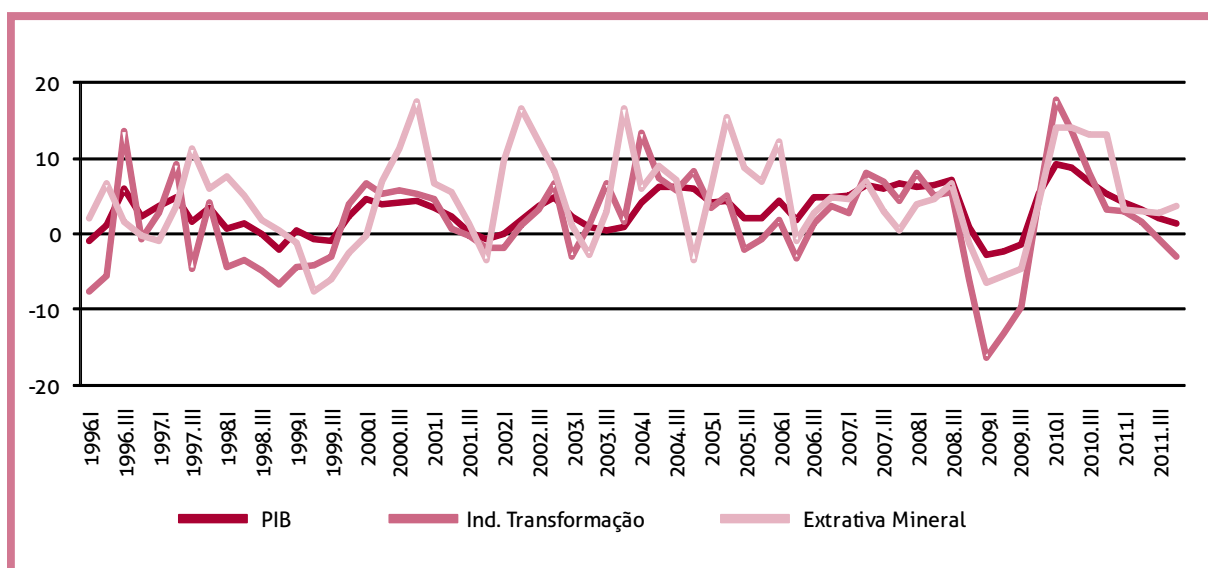


Gráfico 1 – Brasil: Taxa de Crescimento Trimestral do PIB e do Valor Adicionado das Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral – 1996-2011

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Contas Nacionais Trimestrais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

em 2000, para 4,1% em 2011, sendo o único segmento a ganhar importância (demais setores são a indústria da construção civil, que passou de 7,5%, em 2000, para 4,7% em 2011, e a eletricidade, que passou de 5,7%, em 2000, para 3,1% em 2011).

Em vários trabalhos recentes, o tema da desindustrialização e suas consequências têm sido abordados sob várias perspectivas analíticas², e não é nossa intenção debater o tema aqui. Devemos lembrar, contudo, que uma das consequências importantes da perda de espaço da indústria de transformação é que o seu dinamismo deixa de ser o 'motor do crescimento' da economia. O Gráfico 1 compara as taxas de crescimento trimestrais (trimestre contra igual trimestre do ano anterior) da indústria de transformação, extrativa mineral e da economia no período de 1996-2011, mostrando a elevada correlação entre as taxas de crescimento do PIB e da indústria

de transformação. No período, observa-se que as taxas de crescimento da indústria de transformação ficaram abaixo da média da economia na maioria dos trimestres (em 40 trimestres), coincidindo com os períodos de menor crescimento do PIB. A indústria extrativa mineral, por sua vez, sendo o segmento com maior ganho de peso dentro do total da indústria, apresentou resultado mais positivo, com a maioria dos trimestres registrando crescimento acima da média da indústria. Porém, dadas suas especificidades, sua capacidade de dinamizar demais setores da economia é mais limitado.

Do ponto de vista regional, o Nordeste tem se destacado em termos de crescimento frente às regiões Sudeste e Sul.³ O Gráfico 2 ilustra a evolução da economia nordestina em comparação com a nacional desde 1995, revelando que, desde 2002, as taxas de crescimento do Nordeste se vêm situando acima

2 Como exemplo, mencionam-se Feijó e Lamônica (2012); Oreiro e Feijó (2010); IEDI (2012) e Bresser-Pereira (2008).

3 Vale destacar que segundo as contas nacionais, as regiões Norte e Centro-Oeste são as de maior dinamismo, apresentando, respectivamente, crescimento acumulado de 81,3% e 77,8%, de 1995 a 2009, porém, com contribuição ainda pequena no total do Produto Interno Bruto (PIB).

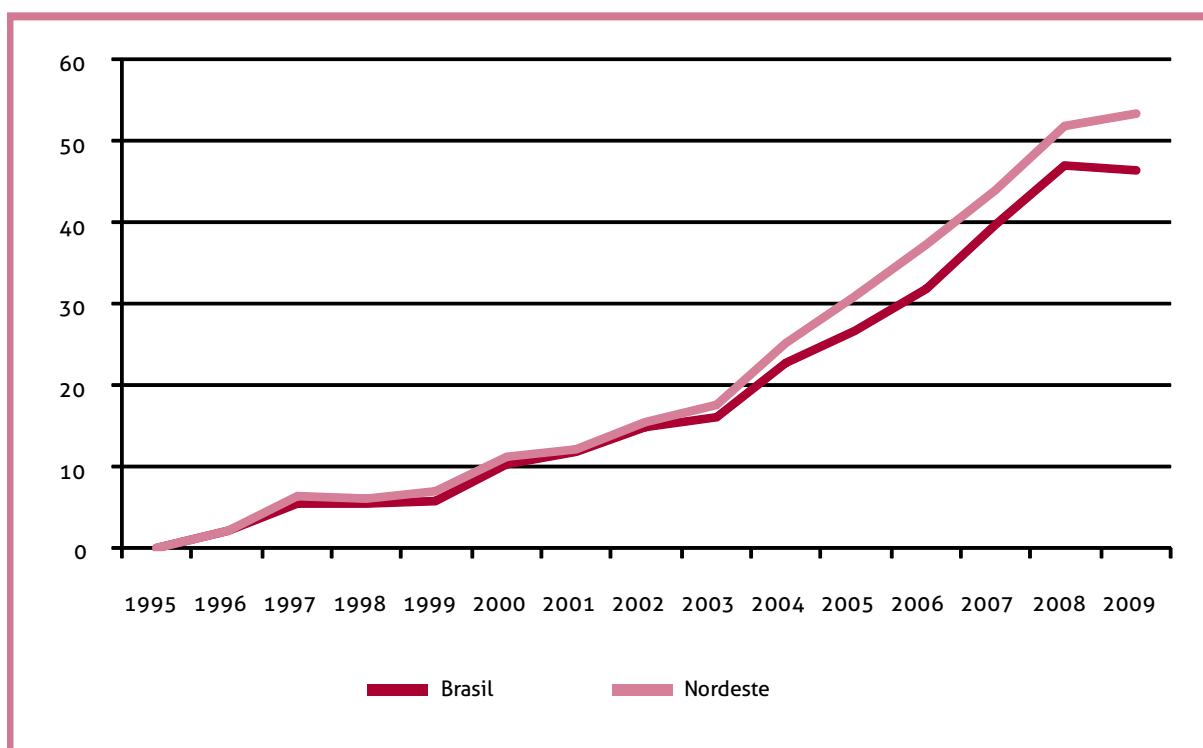


Gráfico 2 – Brasil e Nordeste: Taxa de Crescimento Encadeada do PIB – 1995=100–1995-2009

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Contas Nacionais Regionais Trimestrais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

da média anual, aumentando a distância entre as duas curvas ao longo do tempo.

A contribuição do crescimento da indústria manufatureira nordestina tem sido decisiva para este desempenho. No Gráfico 3, estão as taxas encadeadas de crescimento das indústrias de transformação e extrativa mineral para Brasil e Nordeste a partir de 1995. Comparando o desempenho das indústrias no Nordeste, observa-se que, enquanto o resultado da indústria manufatureira se situou acima da média nacional (cresceu acumuladamente até 2009 a cifra de 35,8% contra 17,1% do Brasil), a indústria extrativa mineral registrou taxa de crescimento negativa no período (-7,8%).

As Tabelas 1 e 2 sintetizam os movimentos em termos do crescimento acumulado, registrando as participações percentuais em 1995 e 2009 dos grandes setores de atividade – Agricultura, Indústria e Serviços por regiões (Tabela 1) e a participação da

Região e das indústrias de transformação e extrativa mineral no total do país. (Tabela 2). De todas as regiões, o Nordeste é a que acusou maior ganho de peso da indústria no total do país (aumento de 2,2 p.p., Tabela 1). Consequentemente, em termos de importância econômica, o Nordeste foi também a região que mais ganhou peso, passando de uma contribuição de 12,3% do PIB, em 1995, para 13,9% em 2009 (ganho de 1,6 p.p., Tabela 2). Avaliando os ganhos de participação da indústria de transformação por região (Tabela 2), os destaque são para o Centro-Oeste, que aumentou sua participação em 1,9 p.p., seguido do Nordeste com aumento de 1,7 p.p.. A indústria extrativa mineral apresentou um aumento significativo de peso na região Sudeste (passou de 59,6% em 1995 para 75,0% em 2009, Tabela 2), mas nem este aumento impediu a queda do peso da indústria no Sudeste, que passou de 63,3% em 1995 para 58,2% em 2009. (Tabela 1).

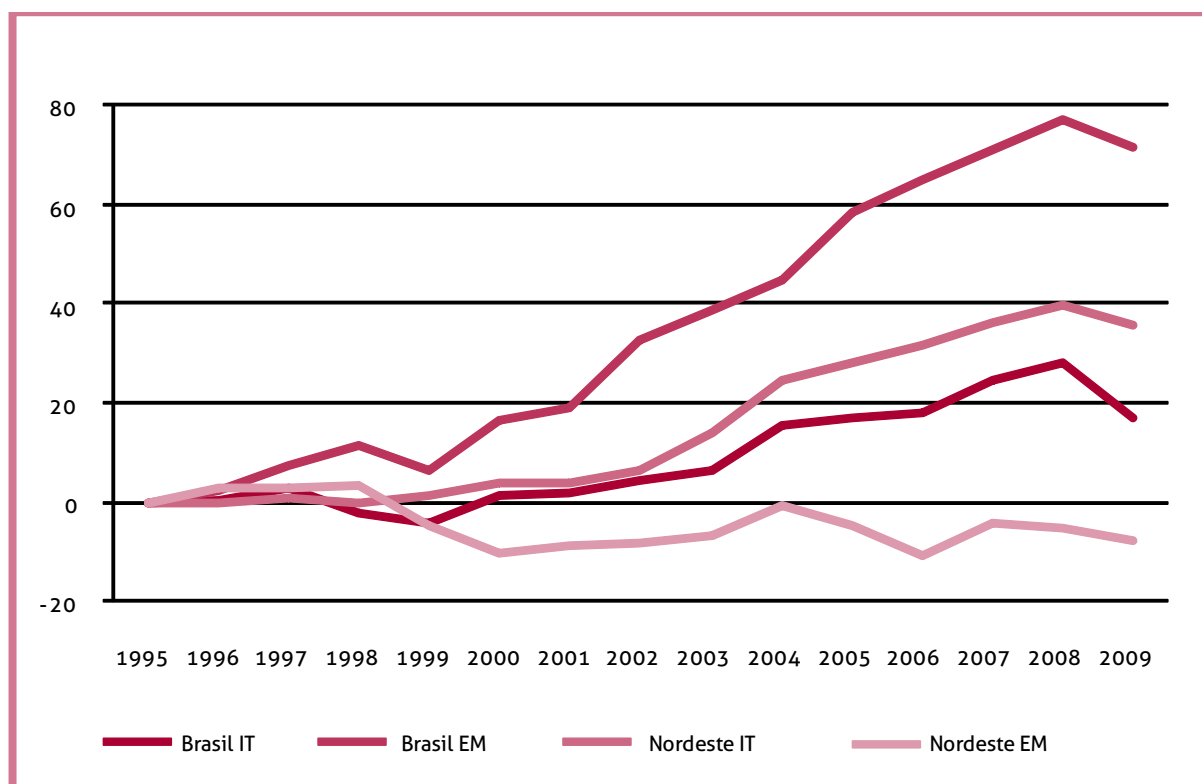


Gráfico 3 – Brasil e Nordeste Taxa de Crescimento Encadeada do Valor Adicionado das Indústrias de Transformação (IT) e Extrativa Mineral (EM) – 1995=100–1995-2009

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Contas Regionais do Brasil Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

Tabela 1 – Participação Percentual da Agricultura, Indústria e Serviços no Total do País por Região – 1995 e 2009

	Agricultura		Indústria		Serviços	
	1995	2009	1995	2009	1995	2009
Brasil	100	100	100	100	100	100
Norte	8,8	9,4	4,4	5,3	3,9	4,8
Nordeste	22,9	18,2	10,0	12,2	12,4	14,1
Sudeste	33,7	27,1	63,3	58,2	58	55,1
Sul	23,2	25,9	18,4	18,6	4,9	15,3
Centro-Oeste	11,4	19,5	3,8	5,7	10,8	10,7

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Contas Nacionais Regionais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

Tabela 2 – Participação Percentual das Regiões e das Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral no Total do País – 1995 e 2009

	Total da Economia		Indústria Extrativa Mineral		Indústria de Transformação	
	1995	2009	1995	2009	1995	2009
Brasil	100	100	100	100	100	100
Norte	4,3	5,2	14,0	11,6	4,2	4,2
Nordeste	12,3	13,9	9,8	9,1	7,9	9,6
Sudeste	58,1	54,4	59,6	75,0	64,6	60,6
Sul	16,4	16,8	12,6	2,0	20,6	21,1
Centro-Oeste	8,9	9,8	4,0	2,4	2,7	4,6

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Contas Nacionais Regionais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

A Evolução da Produtividade Industrial no Nordeste

Como visto na seção 1, o dinamismo de uma região no longo prazo depende da evolução da produtividade, em particular na manufatura. No caso da evolução da produtividade na indústria brasileira, a década de 1990 marcou a retomada do seu crescimento que tinha se estagnado desde meados dos anos 1980. Diversos autores associaram esta retomada, em grande medida, à abertura econômica na primeira metade dos anos 1990.⁴ Porém, esta retomada foi caracterizada por uma queda no nível de emprego industrial, sinalizando um ajustamento defensivo do setor frente ao aumento da concorrência. A trajetória da produtividade nos anos 2000 começou a seguir um padrão diferente, com aumento no nível do emprego juntamente com aumento da produtividade para a maioria dos anos. O Gráfico 4 apresenta as taxas de crescimento anuais da produtividade e do emprego na indústria geral – indústria de transformação e indústrias extrativas, conforme terminologia das pesquisas mensais industriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Brasil e o Nordeste, no período 2002 a 2011.

Comparando a evolução da produtividade do Brasil com o Nordeste, observa-se que apenas em 2006 a taxa de crescimento da Região (4,2%) superou a do Brasil (2,4%). Nos anos de melhor desempenho da indústria, de 2004 a 2008, o crescimento da produtividade do Nordeste e do Brasil foi positivo, porém no caso do Nordeste, em 2006, registrou-se queda de quase 1% no nível do emprego. O ano de 2004 registrou a maior taxa de incremento da produtividade no Nordeste (4,8%) e no Brasil (6,1%), sendo que no Brasil esta taxa é repetida em 2010. A maior queda na

taxa de variação da produtividade ocorreu no Nordeste em 2011 (-5,7%), sendo que taxas negativas também foram observadas em 2002 (-0,6%), 2003 (-1,2%) e 2009 (-0,9%). No Brasil, apenas em 2009 verificou-se decréscimo na produtividade (-2,2%).

A dinâmica da evolução do emprego e da produtividade pode ser melhor visualizada no Gráfico 5, que apresenta as taxas de crescimento acumuladas em 12 meses para a indústria geral do Nordeste. Com exceção do ano de 2006, quando a produtividade cresceu e o emprego caiu, na média a evolução das duas taxas tem sido coincidentes, até o ano de 2011. A partir de março de 2011 a produtividade do Nordeste vem evoluindo a taxas negativas, dando início à desaceleração no ritmo de absorção de mão de obra, que, porém, só começou a se retrainar a partir de abril de 2012. Como visto, a queda na produtividade em 2011 foi bem mais acentuada que a média nacional, porque o processo de dispensa de mão de obra tem sido mais lento. A tendência exposta no gráfico indica que uma possível retomada de taxas positivas de crescimento da produtividade ocorrerá com queda no nível de emprego, sinalizando uma mudança no padrão de crescimento da produtividade que prevaleceu nos anos 2000 com aumento do emprego.

Assim, apesar da indústria do Nordeste estar ganhando peso na indústria nacional, em particular a manufatura, a evolução da produtividade industrial ainda se situa aquém das regiões mais industrializadas do país. De acordo com o princípio da causalidade circular, o potencial de crescimento de uma economia depende de, ao longo de sua evolução, promover uma mudança estrutural em direção a setores mais produtivos. Neste sentido, avançar no processo de industrialização

⁴ Bonelli e Fonseca (1998); Castro (2001) e Feijó (2003), dentre outros.

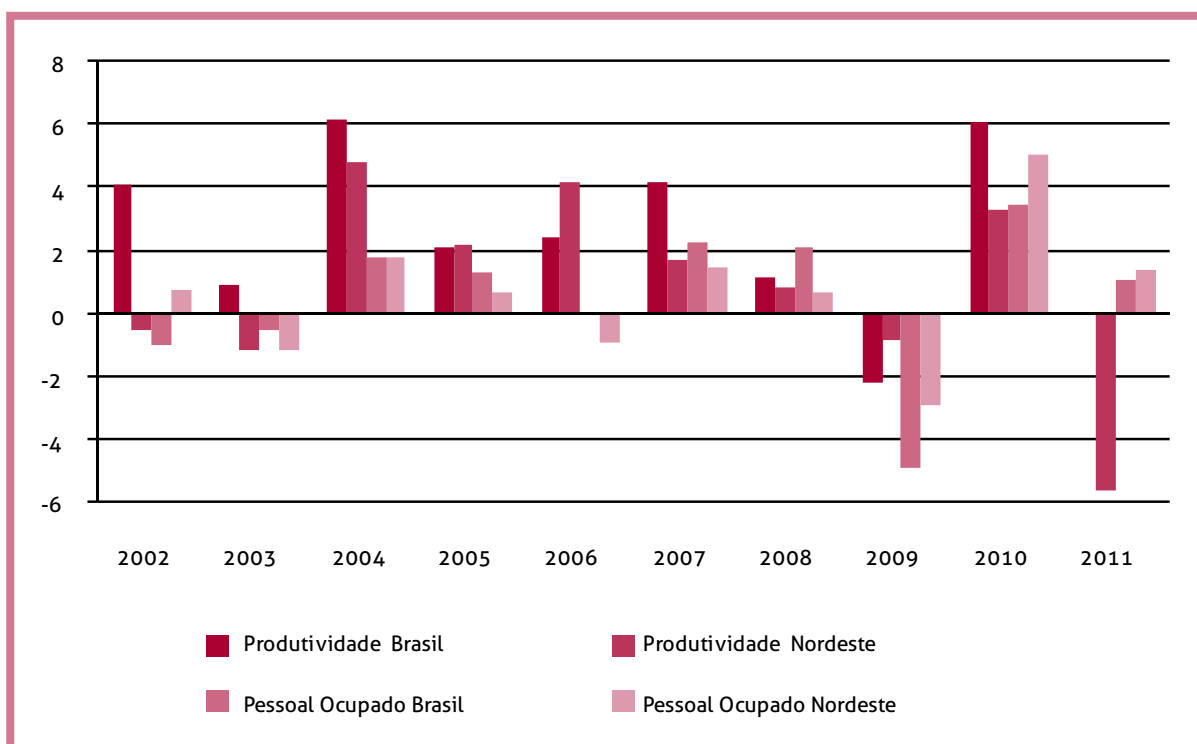


Gráfico 4 – Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento Anuais da Produtividade e do Emprego na Indústria Geral – 2002-2011

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Pesquisas Industriais Mensais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

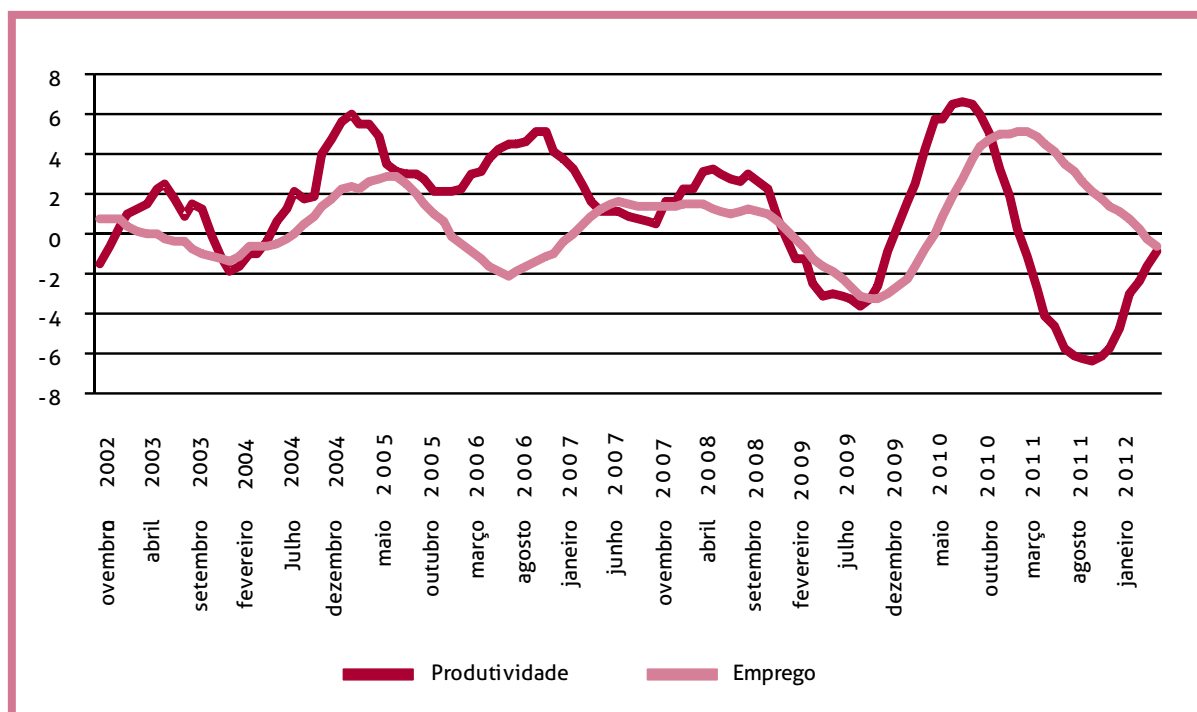


Gráfico 5 – Nordeste: Taxas de Crescimento da Produtividade e do Emprego na Indústria Geral – Média Móvel 12 Meses – Novembro de 2002 a Maio de 2012

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Pesquisas Industriais Mensais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

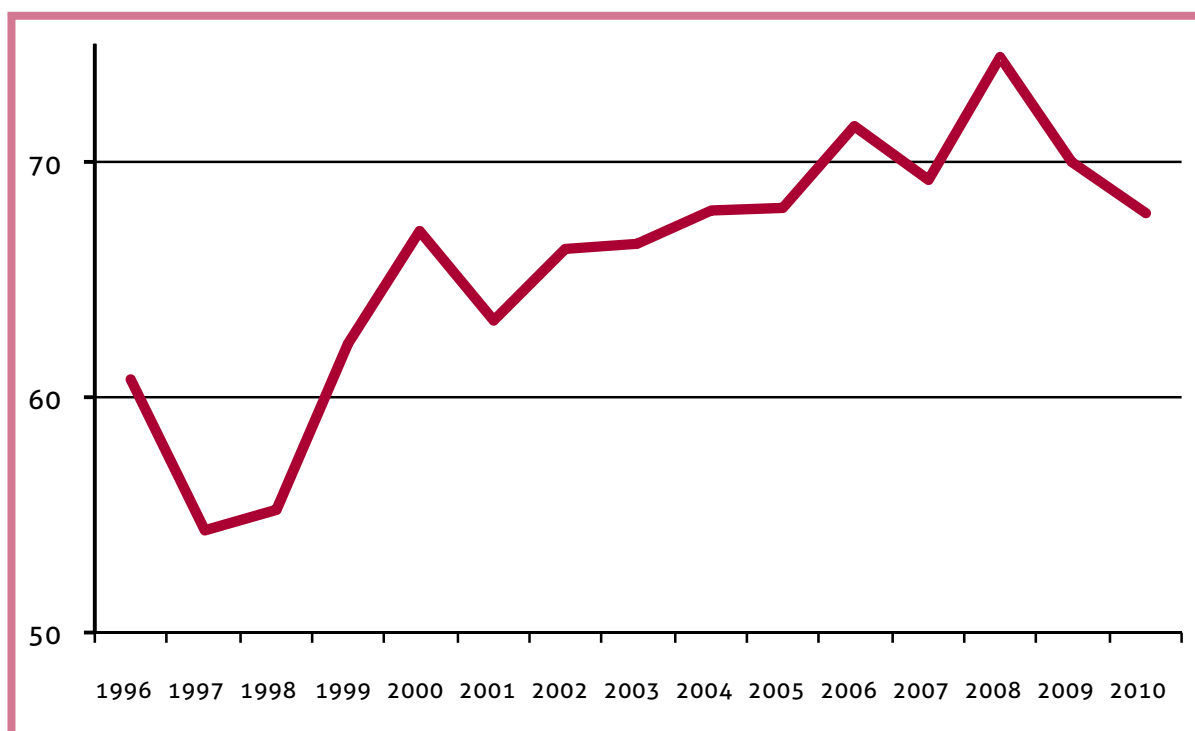


Gráfico 6 – Gap de Produtividade: Participação Percentual da Produtividade da Indústria Geral do Nordeste em Relação à Produtividade da Indústria Geral do Estado de São Paulo – 1996-2010

Fonte: Dados Pesquisados no Site do IBGE nas Pesquisas Industriais Mensais Referentes a Vários Anos. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

pode significar melhoria na produtividade na medida em que atividades de maior grau de complexidade tecnológica são incorporadas.

Uma estatística para avaliar se a evolução de uma estrutura produtiva se dá, no sentido de reduzir o diferencial de produtividade em relação à fronteira tecnológica, é medir o *gap* de produtividade. Esta medida é obtida calculando a proporção do produto médio da indústria de uma região em relação a uma região considerada na fronteira tecnológica. O Gráfico 6 mostra a evolução da proporção da produtividade da indústria do Nordeste em relação à indústria paulista no período 1996-2010. Em média, a produtividade nordestina representa 65% da paulista, tendo atingido 72% em 2006. Como tendência, o *gap* de produtividade se reduziu, sugerindo que a indústria nordestina tem evoluído na direção de incorporar setores com maior conteúdo tec-

nológico. A partir de 2009, porém, o *gap* tecnológico ampliou-se, sinalizando que a indústria do Nordeste tem sido mais atingida pela recessão econômica que a média nacional.

Conclusão

O objetivo desta nota foi contrapor o desempenho da indústria nordestina ao da indústria nacional do ponto de vista das taxas de crescimento do produto e da produtividade. A indústria do Nordeste, por estar crescendo a taxas acima da média nacional, tem ganho peso na estrutura produtiva do país. Mais especificamente, é a indústria de transformação que se tem destacado, passando a contribuir em 2009 com 9,6% do valor adicionado da indústria de transformação nacional. A indústria extrativa mineral, que respondia em 1995 com 9,8% do total nacional, reduziu sua contribuição para 9,1% em 2009.

Do ponto de vista da produtividade industrial, porém, a Região ainda se encontra defasada em relação ao estado mais industrializado do país. Na análise da produtividade, observou-se menor dinamismo da indústria nordestina em relação ao total do país, mesmo com a tendência à redução do *gap* de produtividade ao longo dos anos 2000. Observou-se também que a crise externa no fim de 2008 afetou de forma mais intensa, a indústria nordestina, sugerindo que a Região está saindo da crise mais lentamente.

Em suma, nos anos 2000, como resultado do processo de desconcentração da indústria das regiões Sul e Sudeste por força da aber-

tura econômica, o peso da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) da região Nordeste aumentou e, consequentemente, o dinamismo de sua economia. Contudo, a crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos na economia nacional interromperam este processo de desenvolvimento regional, rompendo, o que se poderia dizer um ciclo virtuoso de crescimento com mudança na estrutura produtiva no sentido de aumentar os ganhos de produtividade da Região. Os resultados do produto e da produtividade, a partir de 2011, sinalizam uma desaceleração forte da economia, com consequências nefastas para o crescimento de longo prazo.

REFERÊNCIAS

BONELLI, R.; FONSECA, R. **Ganhos de produtividade e de eficiência:** novos resultados para a economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 557). Disponível em: <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0557.pdf>. Acesso em: 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 47-71, jan./mar. 2008.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul./set. 2001.

FEIJÓ, C. A.; LAMONICA, M. T. Importancia del sector industrial para el desarrollo de la economía brasileña, **Revista de la CEPAL**, v. 107, p. 115-136, ago. 2012.

FEIJÓ, C. A. Produtividade do trabalho e emprego: o duplo desafio para os próximos anos. In: SICSU, J. J. L.; PAULA, O. L. F. de. **Agenda Brasil:** políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços. São Paulo: Manole, 2003.

IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 2012.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 2012.

1.2 - Perspectivas e Desafios Econômicos do Nordeste nos Próximos Anos

Alexandre Rands Barros

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

1.2.1 - Introdução

A maioria das previsões para o desempenho da economia brasileira nos próximos anos aponta para um crescimento de cerca de 4,0% ao ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial apresentam previsões nesse valor, como mostra o Gráfico 1. O Banco Central e o Ministério da Fazenda também fazem previsões próximas a esse valor. O desempenho pífio em 2011 e as previsões para 2012 não levaram a queda importante nessas expectativas. Obviamente, há riscos sérios de frustração mesmo dessas expectativas se a economia internacional continuar a apresentar as instabilidades presentes por um período mais longo.

O desempenho da economia brasileira, segundo as agências internacionais, deve ficar próximo ao que se espera para todo o mundo, porém, inferior ao previsto para outros países emergentes e mesmo em desenvolvimento. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional deverá, contudo, ser superior ao que essas agências prognosticam para os países desenvolvidos. O Gráfico 1 traz essas estatísticas de previsões para grupos de países segundo o FMI e o Banco Mundial. Os números para o Brasil indicam uma perspectiva de crescimento entre 2011 e 2017 de 3,8% ao ano, um pouco inferior ao que se verificou como média nos últimos cinco anos (2002-2011), que foi 4,2%, e semelhante ao que se atingiu nos últimos dez anos (2001-2011), que foi 3,76% ao ano.

A economia do Nordeste, nesse contexto recente, vem crescendo mais do que a brasileira. Enquanto em 2002 o PIB *per capita* da Região representava apenas 46,2% da média nacional, em 2011 ele deve ter atingido 49,3%, segundo estimativas da Datamétrica. Apesar desse aumento pequeno na participação, o PIB *per capita* da Região cresceu 35,43% entre esses dois anos, enquanto o brasileiro cresceu apenas 26,75%. Ou seja, a Região tem conseguido algum desprendimento do crescimento nacional, embora pequeno.

Uma pergunta importante que se põe hoje é se a região Nordeste poderá continuar crescendo mais do que o Brasil e como os determinantes do crescimento brasileiro nos próximos anos afetam relativamente o Nordeste. Esse será o assunto discutido nas próximas seções deste artigo, tentando entender quais as perspectivas para a economia do Nordeste, dadas as previsões em que se faz para a economia brasileira.

1.2.2 - Exaustão do modelo de crescimento recente

Muitos economistas têm argumentado que a economia brasileira cresceu nos últimos anos, tendo a demanda agregada como seu principal impulsionador. Políticas distributivas e ampliação do crédito aos consumidores teriam sido importantes forças por trás desse crescimento, segundo esse argumento. A consequência é que boa parte do crescimento da produção teria sido realizada com a ampliação da utilização da capacidade ins-

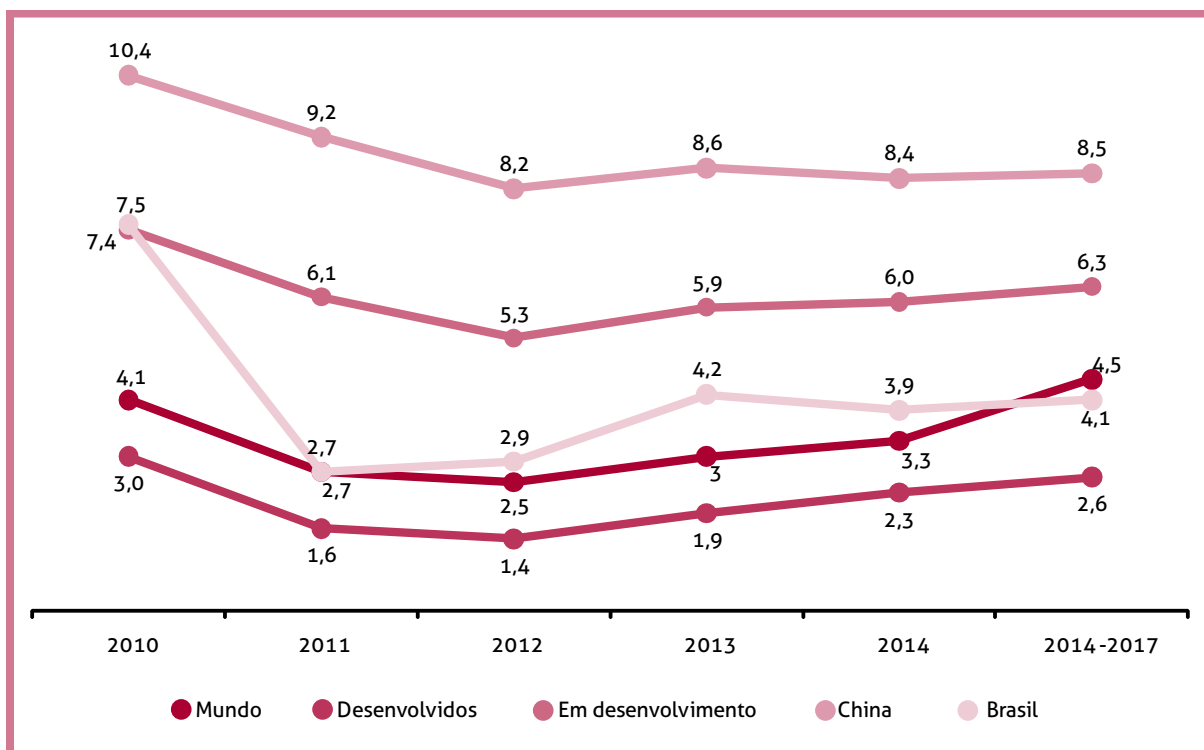


Gráfico 1 – Crescimento do PIB Anual Real (%) para Seleções Espaciais

Fontes: Estimativas de 2010 a 2014 Publicadas pelo Banco Mundial e Estimativas de 2014 a 2017 Publicadas pelo FMI.

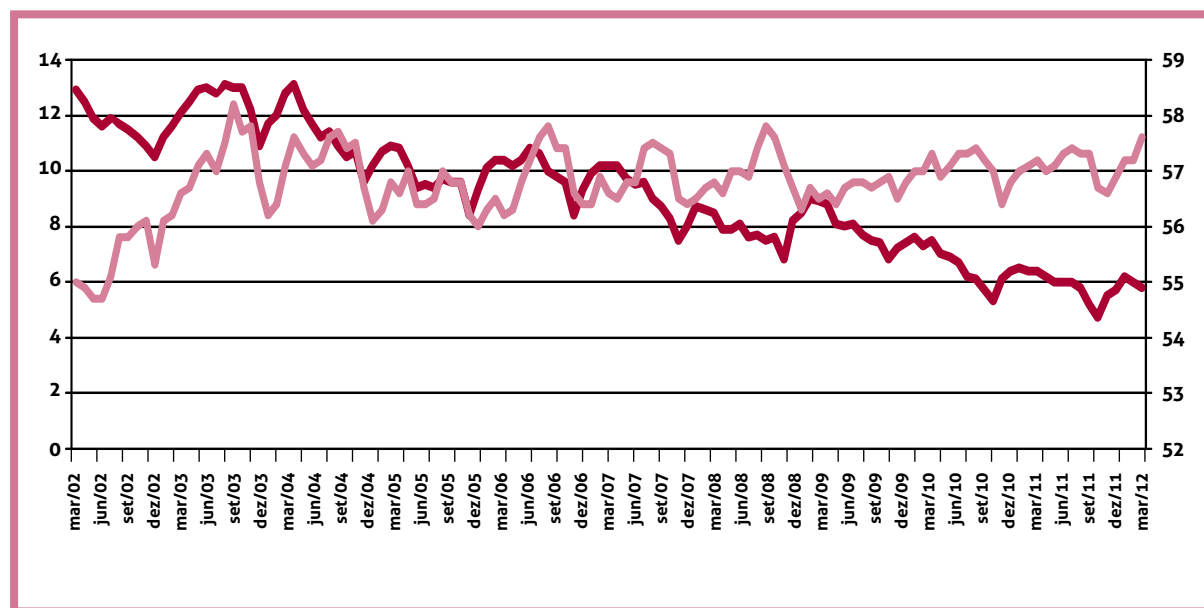


Gráfico 2 – Taxas de Desemprego e de Atividade no Brasil – 2002 a 05/2012

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (20--).

talada e com a redução da taxa de desemprego, além da incorporação de indivíduos com potencial produtivo que retornaram à força de trabalho. O Gráfico 2 mostra esse fenômeno,

onde se observa crescimento da taxa de atividade, medida como população ocupada dividida pela população total com mais de 10 anos, e queda da taxa de desemprego.

Esses mesmos economistas argumentam que a taxa de desemprego hoje existente na economia brasileira já atingiu seus patamares mínimos sem que venha a acelerar a inflação. Ou seja, estaria já na chamada *Non-accelerating Inflation Rate of Unemployment*(NAIRU) ou taxa natural de desemprego. No Brasil, por questões institucionais, essa taxa seria próxima a 6% da força de trabalho, superior à encontrada nos Estados Unidos da América. Consequentemente, o potencial de crescimento com aumento de utilização de capacidade instalada e maior emprego teria praticamente se esgotado no Brasil. Isso significa que o modelo de crescimento deverá ser outro a partir de então. Será necessário, a partir de agora, aumentar a produtividade em uma proporção maior do que tem ocorrido, com novos processos de produção e maior eficiência na integração entre as empresas, além, óbvio, a de utilização de tecnologias mais eficientes.

1.2.3 - Determinantes do crescimento brasileiro nos próximos anos

O crescimento de um país pode ser decomposto em três componentes básicos e pode, de forma simples, ser representado no seguinte sistema de equações.

$$g_t = g^* + d_t \quad (1)$$

$$d_t = \sum_{i=1}^n \delta_{t-i} d_{t-i} + e_t \quad (2)$$

Onde g_t é a taxa de crescimento no ano t , g_t^* é a taxa de crescimento de equilíbrio de longo prazo, cujos determinantes serão melhor discutidos posteriormente, e d_t é um desvio desse componente de longo prazo. δ_i 's são coeficientes e e_t representa choques gerados no período t , que podem ser intempéries climáticas, variações não previstas do crescimento em outras economias, incertezas ge-

radas por várias causas, mudanças em preferências dos consumidores, etc.

Os três componentes do crescimento são: (i) a taxa de equilíbrio de longo prazo, representada por g_t^* nessas equações; (ii) a herança do passado recente, componente composto de ajustes devidos a desempenho e choques passados, representado por na equação (2), e (iii) os choques correntes que atingem a economia, seja qual for sua natureza e que foram representados por e_t nas equações acima.

A perspectiva de desempenho da economia brasileira em níveis bem inferiores aos dos demais países em desenvolvimento, e aos da Ásia em particular, é devido à visão de que g_t^* no país é baixo. Vários são os fatores apontados para isso. Entre eles cabe destacar:

- i. **A baixa taxa de poupança nacional.** O Gráfico 3 traz alguns dados para essa estatística. Até 2011, a taxa de poupança como percentual do PIB no Brasil foi inferior à verificada nos países desenvolvidos, apesar das previsões de que ela as superará nos próximos anos. O baixo nível de poupança do setor público é visto como o grande vilão nesse desempenho, apesar de a poupança das famílias também ser baixa. A primeira, contudo, foi sistematicamente negativa no país em toda a primeira década do presente século, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- ii. **A má qualidade das instituições.** A Legislação trabalhista atrasada, excesso de encargos sobre a folha de pagamento, sistema tributário ineficiente, com muitos impostos em cascata e incentivos à verticalização de atividades, legislação ambiental excessivamente antiempresarial, e burocracia exage-

rada nas relações com o Estado, além do excesso de poder e postura antiempresarial dos sistemas nacionais de fiscalização são alguns dos obstáculos institucionais apontados. Obviamente, a corrupção também é vista como um importante limitante nesse contexto.

- iii. **A precariedade das infraestruturas econômicas** e ineficiência do sistema de incentivos a sua ampliação. Isso eleva os custos de produção e decorre da deficiência de investimentos públicos e regras claras de inserção do setor privado em algumas delas. A qualidade e a disponibilidade de estradas e outras infraestruturas de transporte são particularmente críticas.
- iv. **O baixo nível do capital humano disponível** e a ineficiência dos sistemas de incentivos para sua acumulação. As escolas públicas são ruins, o acesso a universidades de qualidade é limitado e o percentual de pessoas que chegam ao nível superior era muito baixo até recentemente.
- v. **Sistema deficiente de incentivos para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** nas empresas e para a absorção dos seus resultados. Isso inclui não só o sistema tributário inadequado, que tributa excessivamente esses investimentos, mas também o sistema de financiamento de introdução de novos processos e tecnologias, que exige níveis de colaterais altos para os empreendimentos novos. As dificuldades de integração entre universidades públicas e empresas também são fatores importante de limitação à introdução de novos processos.
- vi. **A ineficiência do setor público**, que tem um peso grande na economia e

que agrega muito pouco valor à economia, consistindo num fornecedor de serviços essenciais com produtividade muito baixa.

Os dois outros componentes do crescimento, a herança do passado e os choques correntes, devem ter alguma contribuição para o desempenho da economia brasileira de médio prazo, mas em menor grau. Os choques correntes podem ser particularmente importantes, mas têm baixa previsibilidade, o que leva a que sejam deixados de lado em análises de médio e longo prazos. O fato de estarmos atingindo o limite do crescimento a partir da utilização da mão de obra disponível e capacidade instalada restringe o papel positivo de desempenhos passados recentes. Choques de demanda gerados por expansão do crédito ou queda na poupança das famílias encontram maiores limites por causa do nível elevado de emprego e potencial elevação da inflação que venham a gerar. Maiores gastos do governo e influxo de poupança externa também podem gerar aumentos da inflação e políticas para sua contenção, que geralmente afetam negativamente o crescimento. No entanto, o fato de ainda termos, alguma capacidade instalada em algumas infraestruturas econômicas que permitirá crescimento com sua utilização também é herança do passado recente. A existência dessas infraestruturas econômicas implica poderemos atingir crescimento mais elevado para uma mesma taxa de investimento em anos vindouros. Ou seja, as heranças do passado podem ainda ter algum papel, mas esse será secundário na determinação do crescimento. Obviamente, no lado de limitações, essas heranças limitam em muito as taxas que poderemos atingir, pois carências de infraestrutura e capital humano advêm também do que não foi feito no passado recente e que não podem ser facilmente contornadas. Choques correntes advindos de desenvolvimentos na

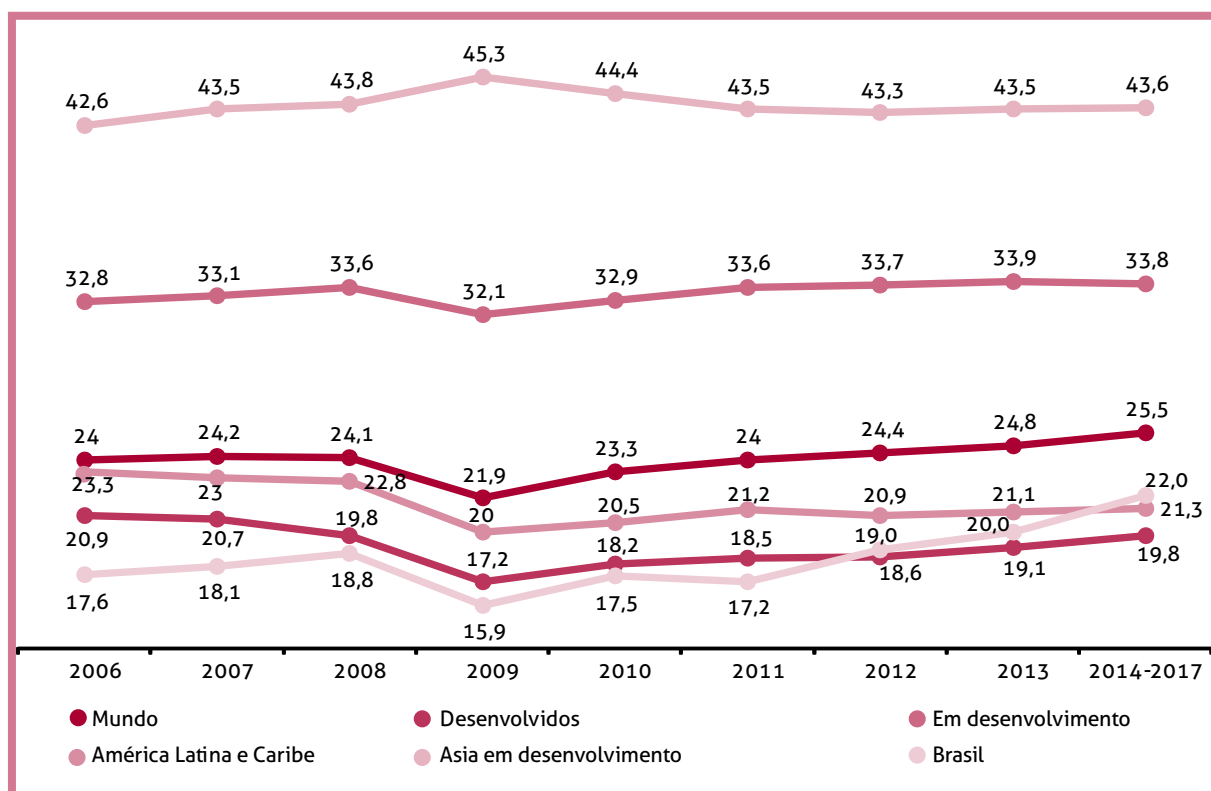


Gráfico 3 - Proporção da Poupança para o PIB (%)

Fontes: FMI (2012) e IPEADATA (2012).

Europa, crises em mercados de *commodities* importantes, e outros possíveis, como uma “aterrissagem forçada” da China, podem também ser relevantes, mas pelas suas naturezas, somente quando ocorrerem, seus impactos sobre o Nordeste poderão ser avaliados.

Dessa forma, alterações possíveis na taxa de equilíbrio do crescimento de longo prazo deverão ser o principal determinante do desempenho da economia brasileira nos próximos anos. As projeções das agências internacionais de taxa de crescimento moderada para o Brasil nos próximos anos indicam que esses limitantes não serão superados no curto prazo e que, por isso, o Brasil vai continuar com um desempenho estável e, de certa forma medíocre.

1.2.4 - Consequências para o Nordeste

Diante das discussões anteriores, fica claro que os determinantes do crescimento

de longo prazo serão aqueles a afetar mais o desempenho da economia brasileira. Então, essa seção vai avaliar como eles se refletem no equilíbrio relativo entre regiões no país, com foco na relação do Nordeste com o resto do Brasil. O Gráfico 4 traz dados sobre a proporção da taxa de ocupação da mão de obra no Nordeste em relação à média nacional. Essa estatística é obtida como as horas trabalhadas das pessoas ocupadas sobre a população total. Daí, dividiu-se essa proporção no Nordeste pela média para o Brasil inteiro. Vê-se que essa proporção cresceu levemente entre 2001 e 2009. Isso mostra que o crescimento maior do Nordeste deveu-se, pelo menos parcialmente, ao aumento da quantidade de horas trabalhadas médias por habitante na Região em relação à média nacional.

Não existem dados comparáveis desde 2009, mas a taxa de atividade relativa das

regiões metropolitanas do Recife e Salvador em relação à média de todas as regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE aumentou em Recife desde 2009 e caiu em Salvador. Da mesma forma, a taxa de desocupação relativa caiu em Recife e aumentou em Salvador. Tudo isso quando se compara ao conjunto das Regiões Metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Os números não apresentam tendência clara na comparação da Região. Se essa tendência não tiver realmente existido, a conclusão até 2009 poderia ser estendida até 2012. Ou seja, o Nordeste teve maior crescimento da taxa de ocupação do que no Brasil como um todo.

O Gráfico 5 traz dados para a proporção do crescimento da produtividade e do PIB *per capita* entre 2001 e 2011, tanto no Nordeste como no Brasil. Pode-se ver que, no início, entre 2003 e 2008, o Nordeste teve crescimento relativo maior da produtividade. Entretanto, nos últimos anos, essa tendência se reverteu, levando à anulação do ganho anterior. Ou seja, quando alguns dos esgotamentos do modelo anterior começaram a ser encontrados, parece que a produtividade no Nordeste começou a crescer menos.

Vale observar também que a proporção apresentada no Gráfico 5 começou a crescer proporcionalmente menos no Nordeste exatamente quando a produtividade começou a crescer mais do que o PIB *per capita* no Brasil. Ou seja, esses dados parecem indicar que, em modelo de crescimento puxado pela produtividade, a economia do Nordeste parece ter desempenho relativo de produtividade pior. Se essa tendência persistir, no longo prazo, implicará menor crescimento do PIB na Região. Consequentemente, pode-se dizer que no novo modelo de crescimento da economia brasileira, que parece que deverá predominar nos próximos anos, a economia do Nordeste deverá exaurir a sua capacidade de crescimento maior do que a economia brasileira.

Entretanto, o crescimento no novo modelo deverá ter como principal determinante os condicionantes do crescimento de longo prazo da economia, como visto acima. Consequentemente, vale analisar como eles se refletem no equilíbrio entre as regiões nos próximos anos. Nesse contexto, os seguintes comentários são importantes:

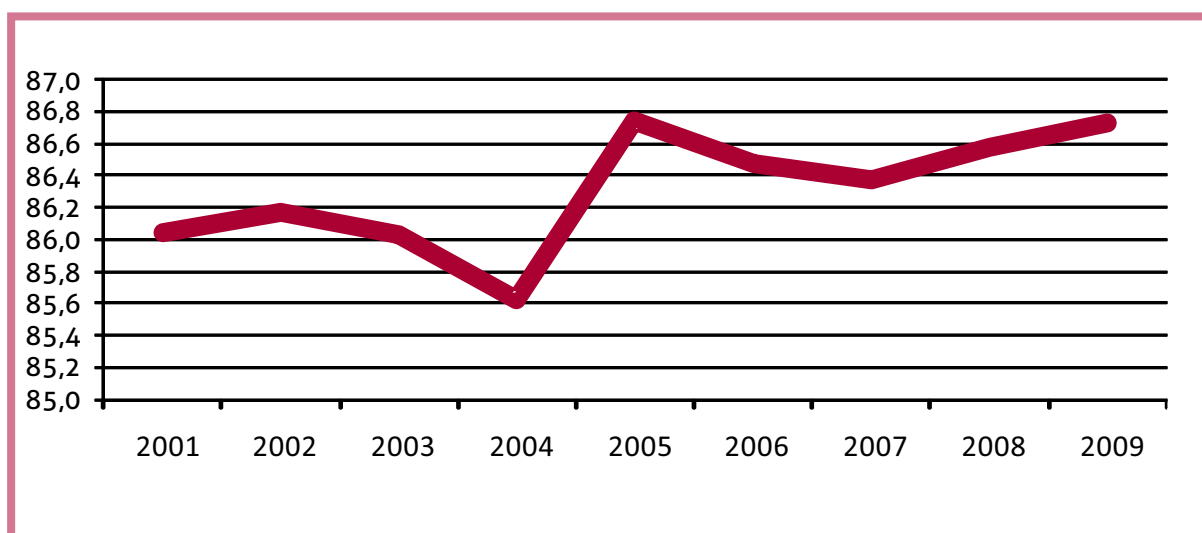


Gráfico 4 – Proporção da Taxa de Ocupação: Nordeste /Brasil (%)

Fonte: Dados do IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (20--).

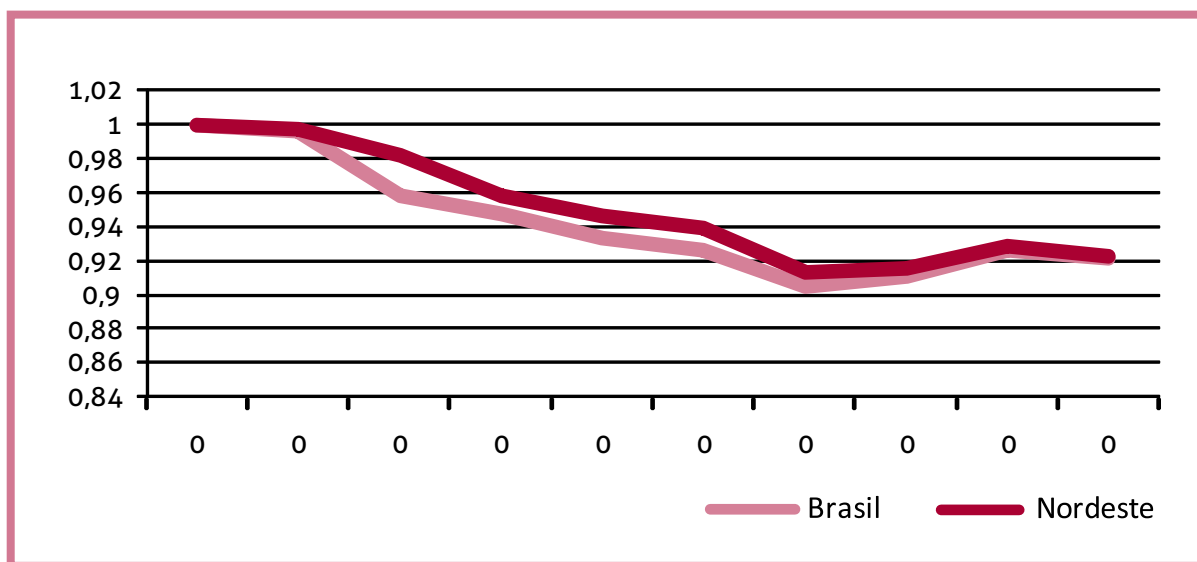


Gráfico 5 – Proporção do Índice de Produtividade para o PIB no Nordeste e no Brasil

Fonte: Estimativas da Datamétrica com base em Dados do IBGE.

- i. **Taxa de poupança:** a poupança nacional se desloca com facilidade entre as regiões. Isso significa que ela não será um limitante para que o Nordeste continue crescendo mais do que a média nacional.
- ii. **Instituições:** a maior parte das limitações institucionais é semelhante em todas as regiões, pois são definidas por leis e normas nacionais. Aparentemente, a corrupção é maior no Nordeste e os governos são piores, mais desorganizados e menos eficientes, principalmente em nível municipal. Isso gerando a menor taxa de crescimento na Região.
- iii. **Infraestruturas econômicas:** as infraestruturas no Nordeste não são piores do que a média nacional. Apesar de serem mais modestas, quando se corrige por PIB *per capita* e nível de urbanização, elas tendem a ser semelhantes ao que se verifica na média das regiões brasileiras. (BARROS; RAPOSO, 2012). Significa que esse não é um fator limitante ao crescimento relativo da Região, principalmente porque as regras e incentivos para sua ampliação são os mesmos em todas as regiões do país.
- iv. **Capital humano:** apesar de o Nordeste ainda ter menos disponibilidade de capital humano por ter uma população menos educada, houve maior crescimento dos anos médios de estudo de sua população com mais de 25 anos do que na média nacional. Esses recursos novos inseridos na Região ainda não promoveram todo o seu impacto relativo no PIB *per capita*. Consequentemente, por esse fator, o Nordeste deverá continuar crescendo mais do que o Brasil nos próximos anos, mesmo que eventualmente essa fonte de maior desempenho relativo seja exaurida.
- v. **Sistema de incentivos para P&D:** esse sistema é o mesmo nacionalmente E, não deve alterar as perspectivas de desempenho relativo do Nordeste.
- vi. **Ineficiência do setor público:** como dito anteriormente, os governos são menos eficientes na Região, principal-

mente em nível municipal, demonstrando que esse fator é o único entre os citados anteriormente que pode reduzir a expectativa de taxa de crescimento relativo do PIB *per capita* na região.

A observação de todos esses componentes poderia em si indicar que o Nordeste deverá crescer mais do que a média nacional nos próximos anos, já que os determinantes do crescimento de longo prazo deverão ser os principais para a economia brasileira nos próximos anos. Particularmente importante é o crescimento da disponibilidade de recursos humanos, que vem sendo maior na região nos últimos anos, mesmo que os governos sejam piores e tendam a comprometer o desempenho relativo da região Nordeste.

Além disso, também é importante observar que há ainda no Nordeste defasagem relativa de produtividade das empresas locais, quando se compara ao Sudeste e ao Sul, deixando claro que, na necessidade de elevação da produtividade, o fluxo de informações dentro do país poderá elevar com mais facilidade a absorção de novas tecnologias, seja de processos ou de produção, no Nordeste do que nessas outras regiões. Tal fato e a elevação relativa da qualificação da mão de obra são os principais determinantes que deverão manter a economia do Nordeste crescendo mais do que a brasileira nos próximos anos, apesar de a dinâmica da produtividade, vista no Gráfico 5, eventualmente levar à exaustão desse desempenho relativo superior.

1.2.5 - Conclusões e comentários finais

A análise acima parece indicar que a economia do Nordeste continuará crescendo mais do que a brasileira nos próximos anos, apesar de as mudanças esperadas no modelo de crescimento brasileiro eventualmente exaurirem esse fôlego maior da Região. O crescimento fundado apenas em expansão

da demanda e extensão da utilização de fatores de produção parece esgotado. A elevação da produtividade deverá tornar-se o maior propulsor do PIB brasileiro nos próximos anos. Apesar disso, o Nordeste deverá ainda crescer mais rápido por alguns anos, principalmente por causa da elevação relativa na qualificação disponível da mão de obra. Barros (2011) mostrou que o atraso relativo da Região se deve apenas por causa das deficiências de educação da população. Isso significa que a redução recente do *gap* existente nessa variável deverá realinhar os PIB *per capita* regionais, algo que já está em processo, mas ainda distante. Os próximos anos deverão então presenciar a convergência para um novo equilíbrio, ainda não atingido. Com o *gap* tecnológico ainda existente isso será possível de se realizar, mas ao longo de alguns anos.

Duas preocupações devem estar presentes entre as autoridades públicas. A primeira é que a redução do *gap* em educação ainda está sendo feito por causa dos custos marginais crescentes da qualidade da educação pública no Brasil. Os gastos por aluno na região Nordeste ainda são bem inferiores aos que se encontram no Sudeste. Significa que logo a redução desse *gap* começará a se esgotar e será necessário, pelo menos, eliminar as diferenças de gastos por aluno. Talvez já seja o momento de as autoridades se preocuparem com esse problema. A segunda preocupação, que indiretamente também está relacionada com os gastos por estudante, é quanto à qualidade da educação. Essa ainda é muito inferior no Nordeste e deverá comprometer o novo equilíbrio a ser atingido entre as regiões. Consequentemente, programas especiais de promoção da qualidade da educação na Região deverão ser adotados com vistas a eliminar essa outra causa importante de atraso regional relativo.

REFERÊNCIAS



BANCO MUNDIAL. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 2012.

BARROS, A. **Desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

BARROS, A. R.; RAPOSO, I. Dotação de infra-estrutura como limitante para redução de disparidades regionais no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS, 2., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2002.

FMI. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 2012.

IBGE. **Contas Nacionais**. [S.l.], [20--].

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. [S.l.], [20--].

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios**. [S.l.], [20--].

IPEA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 2012.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

2.1- Resumo Executivo

O Fundo Monetário Internacional antecipa crescimento mundial de 3,5% para 2012 e de 3,9% para 2013. Estes valores são menores que as previsões anteriores daquele órgão e alicerçam-se na hipótese de bom desempenho do setor financeiro europeu e manutenção do déficit fiscal norte-americano nos mesmos patamares de 2011.

Como consequência do baixo crescimento da economia global, o incremento do volume de comércio mundial em 2012 deve situar-se em 3,8%, número bem menor que o indicador registrado em 2010 e 2011: 12,8 e 5,9%, respectivamente. Neste cenário, o crescimento da corrente de comércio brasileiro, no primeiro semestre de 2012, foi de 1,7%. O Brasil registrou exportações de US\$ 117,2 bilhões e importações de US\$ 110,1 bilhões em 2012. Estas cifras são representativas de queda de 0,9% dos valores vendidos e aumento de 4,6% no montante comprado do restante do mundo, comparativamente a igual período de 2011.

A análise dos dados de comércio exterior da região Nordeste revela que as exportações (US\$ 9,1 bilhões) e as importações (US\$ 12,7 bilhões) resultaram em déficit da balança comercial regional em 2012. No país, somente as regiões Nordeste e Sul registraram déficit no semestre.

Os números da economia brasileira no primeiro semestre revelam a continuidade do processo de desaceleração econômica iniciado no segundo semestre de 2011. Os resultados das contas nacionais apontam para um crescimento de apenas 0,2% no primeiro trimestre na comparação como o mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho reflete principalmente o comportamento da indústria. De acordo com o IBGE (2012a), a atividade industrial assinalou recuo de 3,8% no acumulado dos seis primeiros meses do ano, com todas as categorias de uso registrando variação negativa.

O cenário internacional desfavorável é um dos responsáveis pelo baixo desempenho do setor industrial. A retração da demanda externa prejudica fortemente a participação das manufaturas na pauta exportadora, a despeito da recente desvalorização do Real. Em contrapartida, o dinamismo da demanda doméstica favorece as importações em detrimento da produção local.

A dinâmica da demanda doméstica pode ser apreendida pelos indicadores de comércio, emprego e crédito. Em maio, no acumulado de 2012, o comércio varejista restrito brasileiro apresentou o crescimento de 9,0% e de 7,3% nos últimos 12 meses. O comércio varejista ampliado brasileiro, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais compreendem vendas no varejo e no atacado), registrou os seguintes índices de desempenho em maio: desempenho negativo de 0,7% em relação a abril de 2012; crescimento de 4,2% em relação a maio de 2011 e, nos acumulados de 2012, de

5,8% no ano e de 5,3% nos últimos 12 meses. No Nordeste, seis estados apresentaram desempenho superior ao do Brasil no indicador de comércio varejista ampliado.

O bom desempenho do comércio na região Nordeste refletiu-se na arrecadação de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O ICMS da região Nordeste, no primeiro semestre de 2012 comparado com o mesmo período de 2011, continua a crescer acima da média nacional, de 11,6% para 10,6%, respectivamente.

O Estado de Sergipe teve um crescimento diferenciado na Região, de 19,1%, enquanto o mais baixo crescimento ficou com o Estado de Alagoas, apenas 5,5%, puxado, principalmente, pela queda de 4,2% na arrecadação do setor petróleo e de 4,0% no de energia, os quais, juntos, representam 22,6% do total arrecadado. Contribuiu, também, o baixo crescimento de 5,8% do setor terciário, que representa 54% do total.

Ressalte-se que o nível de emprego também justifica a demanda doméstica. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em junho de 2012 a taxa de desocupação média nas cinco regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹ foi estimada em 6,1%; em particular, na Região Metropolitana (RM) do Recife foi de 6,3% e, na RM de Salvador, a estimativa foi de 7,9%.

Já o Rendimento Médio Real Habitual nas cinco RM foi estimado em junho de 2012 em R\$ 1.593,22. Na RM de Salvador foi apurado em R\$ 1.419,60, com alta de 2,6% frente a

junho de 2011 e, na RM de Recife, ficou em R\$ 1.288,20, com alta de 13,4% na mesma base de comparação.

No que se refere à expansão do crédito no país, esta continua sendo influenciada pelo comportamento das operações financiadas com recursos direcionados (lastreadas em recursos compulsórios ou governamentais), que têm crescido bem acima das operações com recursos livres. Como dobramento, as operações de crédito dos bancos oficiais, há quase dois anos, vêm crescendo bem acima do ritmo dos bancos privados e dos bancos estrangeiros.

No Nordeste, desde o início de 2010, o incremento das operações de crédito superou o de todas as regiões do país, pondo em destaque o desempenho da economia nordestina no contexto nacional. De outra parte, o crescimento do saldo da captação de depósitos e das operações de crédito dos bancos oficiais superou, com larga margem, o incremento apresentado pela banca privada. Na Região, os bancos públicos são responsáveis por 66,3% dos depósitos e por 71,7% das operações de crédito.

Entretanto, o nível de emprego e o crédito foram insuficientes para alavancar o desempenho da indústria. A produção local tem perdido competitividade em face da internacional, o que é sugerido pela trajetória declinante da produtividade do trabalho. A produtividade média² registrou queda de 0,8% entre junho de 2011 e maio de 2012, comparativamente com o período anterior.

O desempenho insatisfatório da atividade industrial brasileira no primeiro semestre engendrou uma elevação do nível de ociosidade. Informações da Confederação

1 Relação entre a produção física e o número de horas pagas.

2 Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego referem-se ao mês de junho de 2012. Não foram disponibilizados os dados para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, devido à paralisação dos servidores do IBGE.

Nacional da Indústria (CNI) revelam que o Nível de utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 80,8% em julho de 2012, assinalando queda de quase dois pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano anterior (82,4%).

O aumento da capacidade ociosa preocupa, pois, nesse cenário, as medidas de estímulos fiscais e monetárias do governo permitirão um crescimento da produção no segundo semestre, porém, sem a realização de novos investimentos em capital fixo.

No plano regional, a primeira metade do ano revela um crescimento importante da economia nordestina, na contramão do recuo da indústria no plano nacional. Entretanto, vale destacar que segmentos intensivos em mão de obra e representativos na estrutura industrial da região Nordeste, como têxtil e vestuário, continuam a apresentar resultados desfavoráveis. A desvalorização da moeda nacional não foi suficiente para incrementar a competitividade desses segmentos e frear as importações. Ademais, a região Nordeste também é prejudicada com a queda no preço de *commodities* representativas da sua matriz industrial.

No que concerne à atividade agropecuária no Brasil, há tendência de queda nas quantidades produzidas em 2012, principalmente das lavouras temporárias, causada pelos efeitos climáticos negativos que atingiram tanto a região Nordeste como o Sul do país. No entanto, o ajuste dos preços relacionado à restrição de oferta tem garantido o crescimento do valor bruto da produção agropecuária em torno de 4,6%. Contudo, a estimativa do crescimento do valor bruto da produção pode não se concretizar até o fim do ano se a quantidade demandada dos produtos declinar em proporção superior ao aumento dos preços registrado.

No que toca especificamente à pecuária, a cotação nacional da arroba do boi gordo segue o ciclo de baixa no segundo trimestre de 2012, pelas chuvas escassas em algumas das principais regiões produtoras, levando os produtores a vender bois prontos para o abate. Negociações lentas reduziram o indicador ESALQ/BM&FBovespa em 2,3% no período, fechando em R\$ 92,69/arroba. O preço médio no Nordeste é de R\$ 97,65/arroba, com tendência estável em alguns estados e de elevação em outros, como em Sergipe, que vende gado para suprir a escassez de animais para abate na Bahia.

Para o leite, o período é de entressafra, o que aumentou o preço nacional do litro pago ao produtor, nos dois primeiros meses, em 1,9%. No entanto, as fracas vendas da indústria láctea e o aumento recorde do farelo de soja fizeram o preço cair em junho, resultando em queda de 0,2% no trimestre (R\$ 0,8561/l). No Nordeste, o litro pago ao produtor ficou em R\$ 0,78, com tendência de alta na maioria dos estados, em razão da chegada do período de entressafra.

A análise das finanças públicas nordestinas revela que o Fundo de Participação do Estado (FPE) regional cresceu 7,5% no 1º semestre de 2012, comparado com o mesmo período do ano passado. A programação para o ano de 2012 é que o FPE fique em R\$ 28,1 bilhões. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) teve crescimento praticamente igual ao FPE, 7,7%, em quase todos os estados, à exceção do Piauí, 12,0% e Sergipe, 10,4%. A programação de 2012 para o FPM – Municípios, é que fique em R\$ 21,1 bilhões. Cabe observar que a evolução do FPM – Capitais foi diferenciada em três capitais da Região. Teresina cresceu 34,7%, Aracaju, 21,3%, enquanto a surpresa negativa é Salvador, com queda de 3,0%.

As Transferências Voluntárias para o Nordeste foram de R\$ 1,7 bilhão, no 1º semestre de 2012. Elas representam 40,3% do total dessas transferências. Os quatro maiores estados, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão,

ficaram com 66,7% das transferências. Os principais programas utilizados estão nos ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

2.2 - Expectativas

As previsões nacionais de aumento do PIB brasileiro giram em torno de 1,8% em 2012. Para o Nordeste, a equipe de Conjuntura Econômica do BNB-ETENE aponta para crescimento de 3,0%. A projeção para o Nordeste pode ter ligeira redução, nos próximos meses, devido à seca no semiárido, ao desempenho do comércio exterior e à reduzida recuperação da indústria nordestina no primeiro semestre.

Colaboraram para a redução das expectativas de crescimento do Brasil, o contexto internacional desfavorável, o baixo desempenho do setor industrial no primeiro semestre de 2012 e as adversidades climáticas, que reduziram os resultados esperados no setor agropecuário. O crescimento da economia nacional permanece com a dinâmica determinada pela demanda doméstica.

No que toca à demanda interna, ressalte-se que, embora os consumidores permaneçam cautelosos em suas decisões de compra no próximo trimestre, as perspectivas para o desempenho do comércio varejista no segundo semestre são mais promissoras, como indicam alguns determinantes do consumo, a manutenção da renda do trabalho e da taxa de desemprego em nível baixo, bem como, o recuo da inadimplência dos consumidores no mês de julho.

De fato, se a taxa de desocupação em junho permanecer em torno de 6,0% no Brasil (com a inclusão das informações da RM do Rio de Janeiro), taxa de desocupação em

2012 entre 5,7% e 6,2%. Essa expectativa é fortalecida pelo desempenho aquém do esperado na Indústria.

O número de ocupados vem apresentando resultados estáveis tanto no cenário nacional quanto no regional. Em doze meses, a média de crescimento desse indicador não ultrapassou 1%. Deste modo, a população ocupada no total das regiões metropolitanas (RM) pesquisadas deverá atingir o montante em torno de 23.370 mil pessoas em 2012. Quanto às RMs de Recife e Salvador, antecipa-se que fecharão o ano com cerca de 1.640 mil e 1.705 mil ocupados, respectivamente.

Espera-se que possam suavizar os efeitos do fraco desempenho da indústria algumas medidas tomadas pelo governo: o aumento expressivo dos licenciamentos de veículos (com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido), a desoneração da folha de pagamento de alguns setores a partir de agosto e a redução das taxas de juros, motivada também pelo aumento da competição entre os bancos.

A trajetória de crescimento das operações de crédito no país também deverá manter-se forte em 2012, estimando-se uma expansão ao redor dos 15%, que é uma meta das autoridades monetárias. Os juros deverão apresentar tendência declinante, em função dos cortes da taxa básica de juros, promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), e da redução dos juros praticados nas opera-

ções de crédito dos bancos públicos, seguida pelos bancos privados. A taxa de inadimplência deverá estabilizar-se, com possibilidade de queda no curto prazo, uma vez que as operações com encargos financeiros maiores podem ser substituídas por novas operações, com custos menores.

No Nordeste, a taxa de expansão das operações de crédito, em 2012, deverá continuar uma das mais altas entre as regiões do país, ficando por volta dos 25%, sendo influenciada pelo crescimento das operações dos bancos oficiais, que, espera-se aumentarão ainda mais suas participações no sistema bancário regional. Ademais, as repercussões da redução dos juros na economia nordestina certamente serão mais fortes do que em economias mais desenvolvidas (Sudeste e Sul), em função do maior peso dos bancos oficiais no Nordeste, comparativamente às citadas regiões.

No setor externo, o comportamento da taxa cambial é crucial. O Relatório Focus do Banco Central, de 03.08.2012, relata que as instituições financeiras pesquisadas preveem, para dezembro de 2012, taxa de câmbio da ordem de R\$2,02/US\$ 1,00. Cumpre salientar a mudança de cerca de 10% para mais relativamente à previsão de três meses atrás. Esta alteração decorre da recente desvalorização da moeda nacional em virtude do ritmo de crescimento mais baixo das exportações (comparativamente ao mesmo

período de 2011), de menor influxo líquido na conta capital e financeira e dos efeitos das medidas sobre o câmbio adotadas em 2011. Dentre estas, destacam a Medida Provisória 539 e o Decreto Lei 7.536, que determinaram que as instituições financeiras com posição vendida em dólar superior à comprada pagariam 1% de IOF sobre o excedente, podendo esta alíquota subir até 25%.

Para o ano de 2012, a equipe BNB Conjuntura Econômica projeta as exportações nordestinas em US\$ 20 bilhões e as importações em US\$ 26 bilhões. Importante enfatizar que parte significativa do comércio exterior nordestino é decorrente da atuação da maior empresa exportadora/importadora da Região, a Petrobras, o que acarreta grande variabilidade no comportamento da corrente de comércio da Região.

No que toca às finanças públicas regionais, é importante ressaltar a exigência do Supremo Tribunal Federal (STF) de uma nova fórmula de distribuição para o FPE, a ser utilizada no início de 2013, sob pena de embargo dos recursos. Atualmente, dezoito projetos de lei complementar (dez originados na Câmara e oito no Senado) estão em tramitação, para alterar a sistemática da distribuição do FPE, o que evidencia a dificuldade para se obter um consenso. É um debate relevante, com desdobramentos sobre o setor público das regiões brasileiras, em particular, para aquelas que apresentam menor PIB *per capita*.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (PIM-PF):** junho 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2012a.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego:** junho 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2012b.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 0,2% no primeiro trimestre de 2012 comparativamente aos últimos três meses de 2011. (IBGE, 2012). No que tange à oferta, a maior contribuição para este resultado veio da indústria que teve aumento de 1,7% na comparação com o trimestre anterior, interrompendo a sequência de resultados negativos dos três trimestres anteriores. (ver Gráfico 1). Contrariando a estimativa para o início do ano, o desempenho da Indústria foi puxado pela indústria de transformação, cuja taxa de crescimento foi de 1,9%. Construção civil e Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana também registraram crescimento, 1,5%. Já na extrativa mineral houve queda de 0,5%, interrompendo a trajetória de crescimento do último trimestre de 2011 que foi de 3,2%.

O resultado do setor industrial, contudo, se apresenta menos satisfatório quando comparado na ponta da série (trimestre/mesmo trimestre do ano anterior). Nesta comparação, a indústria teve ligeira alta de 0,1%, enquanto a indústria de transformação experimentou queda de 2,6%. Este segmento sofre com a concorrência de importados, crédito mais restrito, alta da inadimplência e elevados estoques de importantes setores.

O destaque negativo foi a agropecuária, que registrou queda de 7,3% em relação ao trimestre anterior. De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de abril de 2012, alguns produtos da lavoura, que possuem safra relevante no 1º trimestre, registraram queda nas estimativas de produção anual e produtividade, em grande parte, devido a problemas climáticos, como a estiagem no Sul e Nordeste do país. Esse é o caso, por exemplo, das quebras de safra, em relação ao primeiro trimestre de 2011, da soja (-11,4%), arroz (-13,8) e fumo (-15,9%), o que explica parcialmente o baixo desempenho do setor.

Quanto ao setor serviços, houve aumento de 0,6% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Destaque para o crescimento das atividades de Administração, saúde e educação pública (1,8%) e Comércio (1,3%). A atividade de Intermediação financeira e seguros apresentou queda de 0,8%. Este foi o pior desempenho da intermediação e serviços financeiros desde o quarto trimestre de 2008. A redução da taxa básica de juros (Selic), do crédito e o aumento da inadimplência contribuíram para o resultado.

Do ponto de vista da demanda, o comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), com recuo de 1,8% no indicador mês/mês imediatamente anterior, foi determinante para o baixo crescimento do PIB.

O recuo do investimento reflete, sobretudo, o agravamento da crise internacional que não favorece a realização de inversões por parte do setor produtivo. Ademais, a deterioração dos investimentos está associada ao baixo desempenho da indústria de transformação que vem sendo prejudicada pelo forte incremento das importações em função

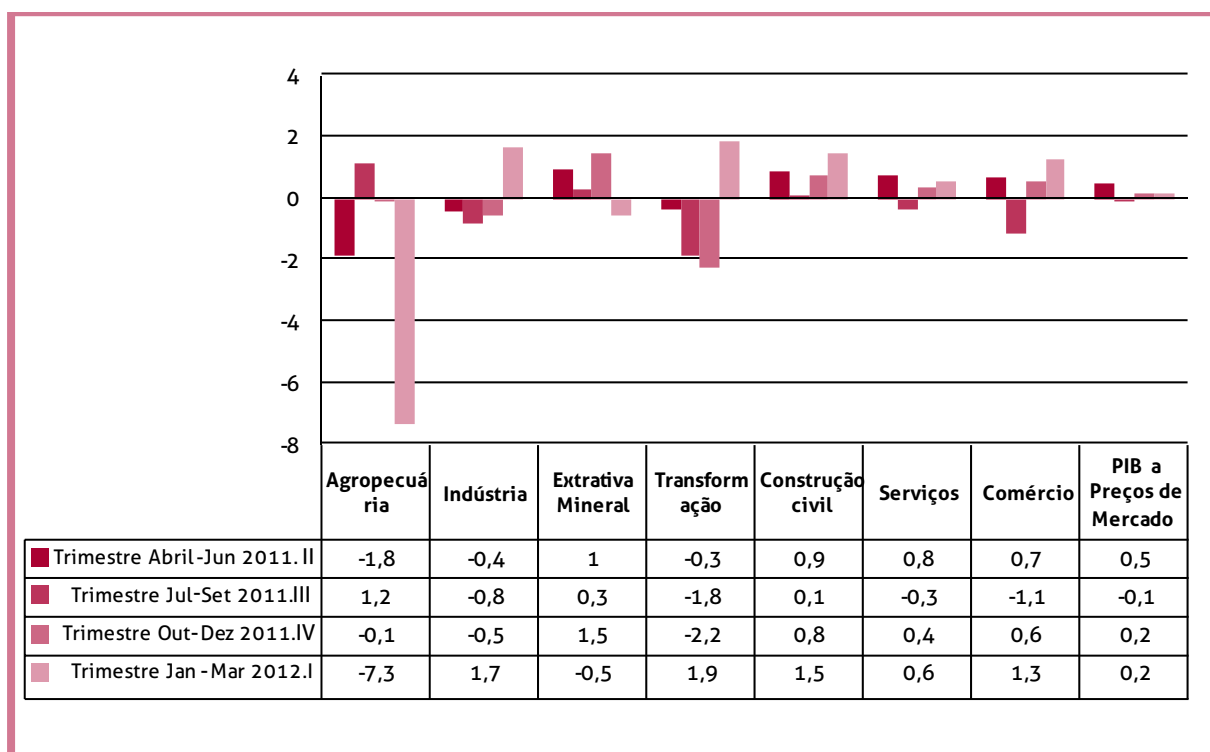


Gráfico 1 – Variação do PIB por Componente de Oferta – Trimestre / Trimestre Imediatamente Anterior. 2º Trimestre de 2011 a 1º Trimestre de 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do IBGE (2012a).

do movimento de apreciação do câmbio. Nos cinco primeiros meses do ano, a indústria nacional já acumula queda de 3,4%.

Os impactos negativos desse cenário sobre a produção doméstica de bens de capital são significativos. As informações da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2012b) revelam que a produção de bens de capital caiu 12% no acumulado janeiro-maio, dando continuidade ao baixo desempenho de 2011. Seis dos nove setores assinalaram resultados negativos, com maiores quedas em bens de capital peças agrícolas (-26,68%), bens de capital para o setor de energia elétrica (-16,75%) e bens de capital equipamento de transportes (-15,91%).

Diante das condições adversas para a realização de investimentos, sobretudo na indústria, o governo federal vem insistindo em ações visando à expansão da oferta de crédito e à concessão de incentivos fiscais. As suas medidas mais recentes nesse sentido

são: a) redução das alíquotas dos Impostos de Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre o crédito para pessoas físicas; b) recuo das alíquotas dos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) na venda de veículos e; c) prorrogação da redução do IPI para eletrodomésticos da linha branca (até o fim de agosto) e móveis (até o fim de setembro); d) prorrogação da isenção de PIS-Cofins para massas alimentícias até o fim do ano; d) queda das taxas de juros do Programa de Sustentação de Investimento (PSI).

O ciclo de queda da taxa Selic se espera, também, deva contribuir para a retomada dos investimentos ao possibilitar que o governo reduza os serviços da dívida pública, liberando mais recursos para a realização de investimentos governamentais. Ademais, a iniciativa do governo no sentido de patrocinar uma política de desvalorização competitiva é fundamental para o crescimento das exportações brasileiras, sobretudo de manufaturas.

Adicionalmente, o governo vem incrementando os seus investimentos, por meio de distintos programas. O investimento total, incluindo o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), registrou um aumento de 30,2% no acumulado janeiro-maio frente a igual período de 2011, chegando a US\$ 26,2 bilhões. Somente as inversões associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) atingiram US\$ 14,2 bilhões, alta de 44,8% nessa mesma base de comparação. No âmbito deste programa, o governo anunciou recentemente o PAC Equipamentos, com recursos de R\$ 8,4 bilhões no segundo semestre para a aquisição de máquinas agrícolas e equipamentos para os segmentos de agricultura, saúde, educação e defesa. (TESOURO..., 2012).

No recorte regional, os investimentos na região Nordeste em infraestrutura e no setor produtivo permanecem importantes, a

despeito do cenário de desaceleração econômica. As inversões do setor produtivo se concentram, notadamente, no segmento da indústria extrativa, de bens intermediários e de energias renováveis.

No que se refere à indústria extrativa, o governo do Rio Grande do Norte assinou em abril de 2012 um protocolo de intenções com a empresa australiana Crusader para o desenvolvimento de uma unidade fabril destinada à produção de ouro na Mina Borborema. O projeto prevê investimentos de R\$ 500 milhões e possui estimativa de criação de 320 empregos diretos e 1.500 indiretos. A capacidade de produção da mina é de 5 toneladas de ouro, em torno de 8% da capacidade nacional. (GOVERNO..., 2012).

Em Alagoas, a Mineração Vale Verde vai implantar uma mineradora direcionada para

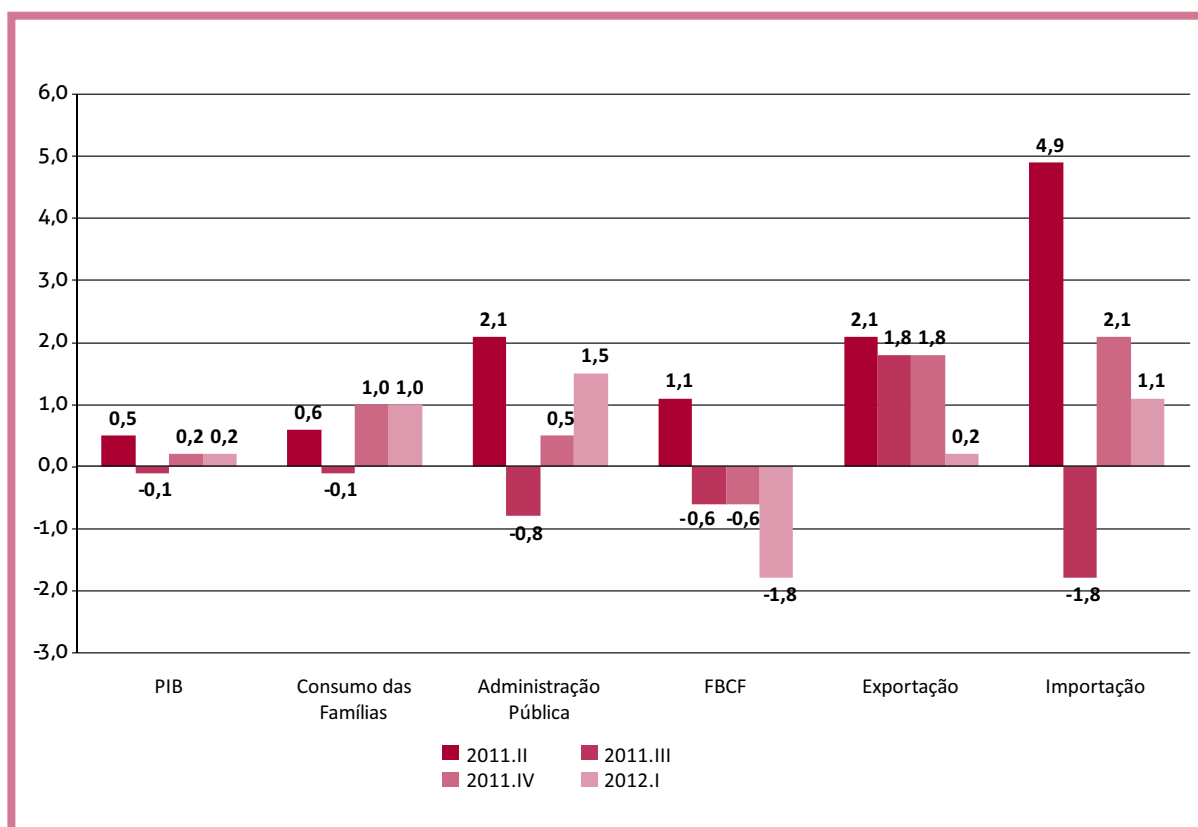


Gráfico 2 – Variações do PIB por Componente da Demanda – Trimestre/Trimestre Imediatamente Anterior, 1º Trimestre de 2011 a 1º Trimestre de 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do IBGE (2012a)

a extração de cobre. A obra está prevista para ser iniciada em julho de 2013, com investimentos em torno US\$ 500 milhões. Em termos de geração de emprego, serão em torno de 1.000 empregos na fase de construção e de 700 empregos diretos e indiretos na fase operacional. (IMPLANTAÇÃO DA MINERAÇÃO..., 2012).

No segmento de bens intermediários, destaque para o início das obras civis da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). De acordo com o governo do Ceará, somente no período de construção serão investidos US\$ 4,5 bilhões, com criação de 17 mil empregos. Na fase de funcionamento, prevê-se que a CSP permitirá um incremento de 48% no PIB estadual e a geração de 16 mil empregos diretos e indiretos. A expectativa do governo é que a siderúrgica possibilite a consolidação no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) de um polo metal-mecânico. (CEARÁ, 2012). A Companhia Siderúrgica do Pecém tem a seguinte composição acionária: 50% da brasileira Vale, 30% da coreana Dongkuk e 20% da coreana Posco.

A construção da CSP ficará a cargo da empresa coreana Posco Engenharia e Construção (PEC). De acordo com a empresa, 300 profissionais de nível superior serão contratados até 2014 para a edificação da CSP. Esses profissionais irão atuar diretamente na aplicação do projeto da siderúrgica, além de gerenciar os trabalhos executados por outras empresas contratadas pela construtora coreana para realizar tarefas específicas da obra. (LIMA, 2012).

No que se refere aos segmentos vinculados ao dinamismo do mercado regional, os investimentos continuam significativos. No ramo de bens de consumo semi e não duráveis, por exemplo, vale mencionar a inauguração recente de uma nova unidade de

produção da fábrica Estrela em Maracanaú. Especializada na produção de fitas elásticas e aviamentos para moda e lingerie, a nova unidade atenderá, sobretudo, a demanda das regiões Norte e Nordeste do país. Seu processo de produção contará com equipamentos de última geração importados da Europa. (ESTRELA..., 2012).

O crescimento do mercado consumidor nordestino tem estimulado igualmente investimentos em centros de distribuição e *shopping centers* na região. Em Salvador, por exemplo, foi inaugurado em junho de 2012 a primeira etapa de um grande centro de compras integrado ao maior complexo imobiliário da capital baiana, o Horto Bela Vista. O Shopping Bela Vista tem 50 mil metros quadrados de Área Bruta Locável (ABL) e possui 196 lojas. Na avaliação do secretário da Indústria, Comércio e Mineração do governo da Bahia, James Correia, a expansão da massa salarial se constitui no grande responsável pelo crescimento do número de *shopping centers* em Salvador.

Com o *shopping* Bela Vista, já são quatro centros de vendas inaugurados nos últimos cinco anos em Salvador. Informações da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) revelam que o estado da Bahia possui 41 *shopping centers*, sendo 17 na capital. Os sete principais *shopping* de Salvador geram 28 mil empregos diretos. (INAUGURAÇÃO, 2012).

O consumo das famílias assinalou incremento de 1,0% no primeiro trimestre de 2012, comparativamente ao quarto trimestre de 2011. Em relação a igual período de 2011, o aumento foi de 2,5%, a trigésima quarta variação positiva nessa base de comparação. O dinamismo do mercado de trabalho e a expansão da renda continuam impulsionando o consumo das famílias.

De fato, a taxa de desemprego para o agregado das sete regiões metropolitanas ficou em 5,8% em maio de 2010, a menor taxa estimada da nova série divulgada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. No recorte regional, Recife (5,9%) e Salvador (8,0%) registraram também as menores taxas para o mês de maio desde a reformulação da PME em 2002.

Já os salários continuam apresentando variação positiva em 2012, contribuindo para a sustentação do poder de compra das famílias. Embaladas pela política de valorização do salário mínimo, o rendimento real dos trabalhadores registrou incremento de 10,1% em relação a maio de 2011. Nas regiões metropolitanas nordestinas investigadas, Recife e Salvador apresentaram alta de, respectivamente, 15,9% e 7,5%, nessa base de comparação.

Vale destacar que os trabalhadores que recebem até um salário mínimo, em maior parte, estão na região Nordeste. Eles representam 49% da população ocupada do Nordeste, contra 29% no Brasil. Portanto, o impacto positivo da valorização do salário mínimo nos últimos anos tem sido maior na economia nordestina do que nas demais regiões do país.

A expansão do consumo das famílias é igualmente beneficiada pela política do Banco Central do Brasil de reduzir de forma sistemática a taxa básica de juros (Selic), atingindo o patamar mais baixo da história recente. Vale destacar que as seguidas quedas da Selic ocorrem em um cenário econômico com inflação declinante.

No que se refere às operações de crédito, dados do Banco Central revelam que os empréstimos com recursos livres direcionados a pessoas físicas atingiram R\$ 683 bilhões, alta de 1,2% no mês e de 15% em doze meses. Esse resultado reflete, principalmente, a for-

te demanda por crédito pessoal, em especial a concessão de empréstimos consignados.

Na região Nordeste, a queda na taxa de juros e o crescimento da massa salarial contribuem para a expansão do crédito com recursos livres e direcionados destinado a pessoas físicas. Nessa modalidade, contata-se uma trajetória ascendente nos últimos meses.

No caso do mercado externo, observa-se um aumento de apenas 0,2% nas exportações entre janeiro e março no confronto com o trimestre imediatamente anterior. Nessa base de comparação, as importações registraram incremento de 1,1%.

As informações do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC) confirmam esse descompasso no comércio exterior brasileiro. No acumulado janeiro-junho, as exportações assinalaram queda de 1,7%, atingindo o valor de US\$ 117,2 bilhões. Já as importações registraram alta de 3,7%, chegando a US\$ 110,1 bilhões, o maior valor já registrado para o primeiro semestre. O superávit de US\$ 7,0 bilhões na balança comercial foi 45,4% inferior ao registrado em igual período de 2011. (BRASIL. MINISTÉRIO..., 2012).

O desempenho do comércio exterior de manufaturas foi decisivo para esses resultados. De fato, as exportações de produtos industrializados registraram um recuo de 2,5% no primeiro semestre de 2012, apesar do processo de desvalorização cambial observado neste ano. Esse fato comprova que a crise econômica mundial prevaleceu sobre a desvalorização da moeda nacional no caso das exportações. Ademais, as políticas de controle das importações adotadas pela Argentina, tradicional importador de manufaturas brasileiras, contribuem para o recuo das vendas internacionais de produtos industrializados.

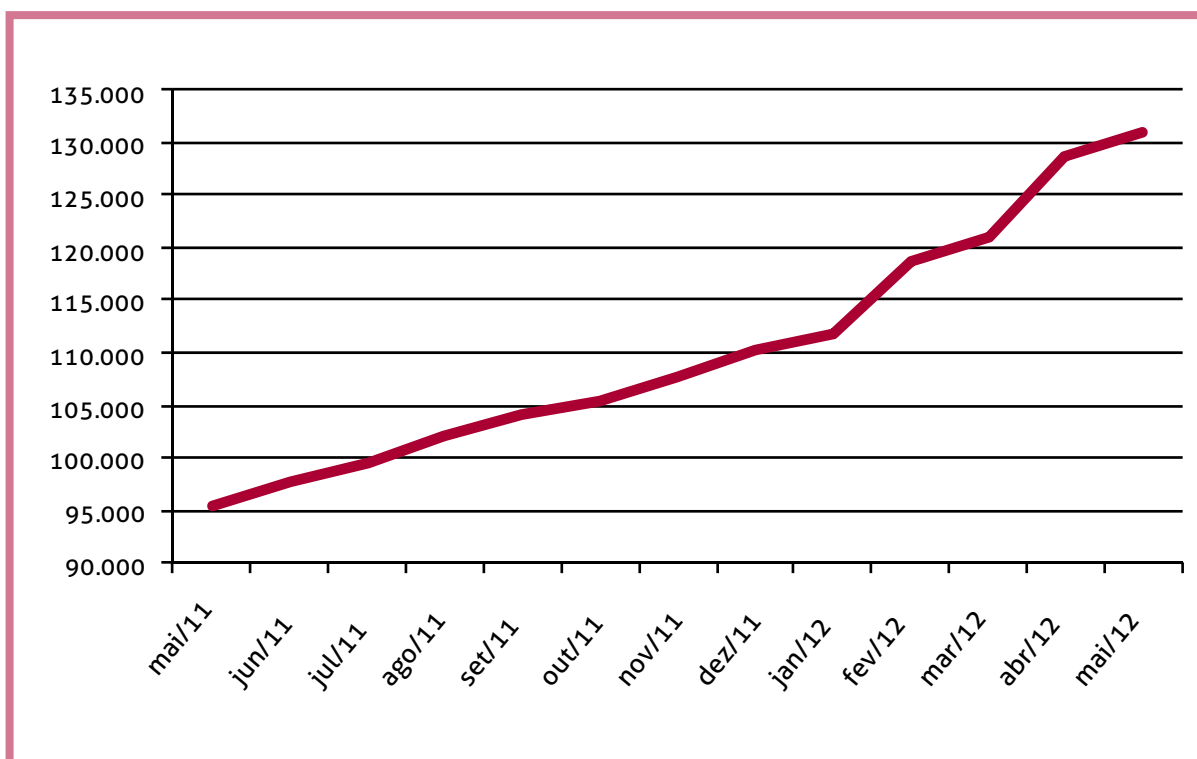


Gráfico 3 – Nordeste – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Internacional – Pessoas Físicas – Maio de 2011 a Maio de 2012

Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

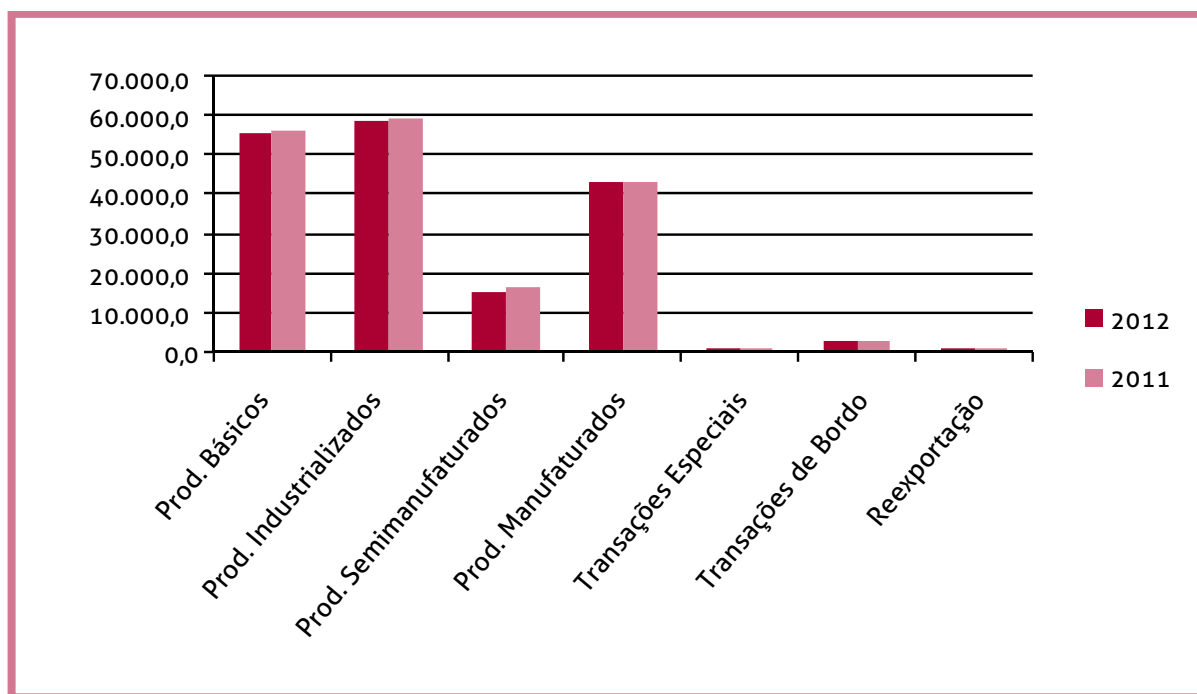


Gráfico 4 – Exportações Brasileiras por Fator Agregado – Acumulado Janeiro-Julho (2012 \ 2011), US\$ Milhões FOB

Fonte: Brasil. Secretaria de Comércio Exterior (2012).

Por outro lado, constata-se um incremento positivo das importações em todas as categorias de uso nos primeiros seis meses do ano. A demanda doméstica aquecida foi determinante para esse resultado, ao compensar o aumento do preço das importações. Ademais, o esgotamento da demanda de manufaturas nos países desenvolvidos implica o deslocamento do excedente para mercados em expansão, como o brasileiro.

Os números do primeiro semestre da economia brasileira revelam a continuidade do processo de desaceleração econômica iniciado no segundo semestre de 2011. Os resultados das contas nacionais apontam para um crescimento de apenas 0,2% no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho reflete principalmente o comportamento da indústria. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), a atividade industrial assinalou recuo de 3,4%. Três das quatro cate-

gorias de uso registraram variação negativa, com destaque para bens de capital (-12,0%) e bens de consumo duráveis (-10,0%).

O cenário internacional desfavorável é um dos responsáveis pela baixa performance do setor industrial. A retração da demanda externa prejudica fortemente a participação das manufaturas na pauta exportadora, a despeito da desvalorização do Real. Em contrapartida, o dinamismo da demanda doméstica favorece as importações em detrimento da produção local. Esse fato reflete a falta de competitividade da indústria brasileira, explicada pela trajetória declinante da produtividade do trabalho.

Diante dessa conjuntura, o governo sinaliza com medidas visando ao crescimento da oferta de crédito e à concessão de incentivos fiscais, além da flexibilização da política monetária iniciada no segundo semestre do ano passado. A expectativa é de recuperação da atividade econômica no segundo semestre de 2012.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira**: junho de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Estatística de comércio exterior**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/sitio>. Acesso: 26 jul. 2012.

CEARÁ. Governo do Estado. **Siderúrgica no Ceará é irreversível**. Fortaleza, 2012. Dispo-

nível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/6262-siderurgica-no-ceara-e-irreversivel>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

ESTRELA inaugura fábrica com investimento de R\$ 30 mi. **O Povo**, 17 maio 2012. Economia Nordeste Brasil. Disponível em: <http://economianordeste.opovo.com.br/app/estados/ceara/setores/industria/2012/05/17/ce_interna,5398/estrela-inaugura-fabrica-com-investimento-de-r-30-mi.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2012.

GOVERNO assina protocolo de intenções para projeto de mineração. **O Povo**, 24 maio

2012. Economia Nordeste Brasil. Disponível em: <http://economianordeste.opovo.com.br/app/estados/riograndedonorte/setores/extrativismo/2012/04/24/rn_interna,5247/governo-assina-protocolo-de-intencoes-para-projeto-de-mineracao.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2012.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais:** jan./mar. 2012. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2012a.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física maio 2012. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012b.

IMPLANTAÇÃO da Mineração Vale Verde vai movimentar US\$ 500 milhões. **O Povo**, 9 maio 2012. Economia Nordeste Brasil. Disponível em: <http://economianordeste.opovo.com.br/app/estados/alagoas/setores/extrativismo/2012/05/09/al_interna,5352/>

<http://economianordeste.opovo.com.br/app/estados/bahia/noticias/2012/07/13/ba_interna,5580/inauguracao-de-mais-um-shopping-gera-emprego-e-renda.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2012.

INAUGURAÇÃO de mais um shopping gera emprego e renda. **O Povo**, 13 jul. 2012. Economia Nordeste Brasil. Disponível em: <http://economianordeste.opovo.com.br/app/estados/bahia/noticias/2012/07/13/ba_interna,5580/inauguracao-de-mais-um-shopping-gera-emprego-e-renda.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2012.

LIMA, A. O. Engenheiros da região na mira da Posco para construir a CSP. **Diário do Nordeste**, 21 jul. 2012. DN Negócios. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1162299>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

TESOURO NACIONAL (Brasil). **Investimento teve crescimento de 30,2% em relação a maio de 2011.** Brasília, DF, 2012.

3.2 - Produção Agropecuária

3.2.1 - Agricultura

De acordo com o décimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção estimada para a safra nacional de grãos é 162,8 milhões de toneladas, decréscimo de 0,1% em relação à safra 2010/2011. Devido às condições climáticas que não favoreceram o desenvolvimento das culturas, esse resultado parcial da safra 2011/2012 registrou redução de 206,7 mil toneladas. As principais lavouras que sofreram com a forte estiagem foram o feijão (decréscimo de 21,4%) e a soja (redução de 11,9%), com perda nas produções médias estimadas de 800 mil toneladas e 8.953,7 mil toneladas, respectivamente, em relação à safra anterior.

A estimativa de área cultivada em todo o país para a safra 2011/2012 deve atingir 50,8 milhões de hectares, uma variação de 1,9% superior à safra de 2010/2011. Em área plantada cultivada, as culturas que apresentam os maiores acréscimos, em termos

percentuais, são os de soja (20,1%) e milho (13,4%), cultivados na região Centro-Oeste. A área cultivada com feijão registrou queda de 18% em relação à safra anterior, correspondente a 716,4 mil hectares, perda maior na segunda safra devido à forte estiagem nas

Tabela 1 – Brasil - Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2010/2011 e 2011/2012*

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO* (mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	Var. % (b/a)	Safra 10/11 (c)	Safra 11/12 (d)	Var. % (d/c)	Safra 10/11 (e)	Safra 11/12 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	1.702	1.782	4,7	2.709	2.783	2,7	4.611	4.959	7,5
NORDESTE	8.751	7.329	-16,2	1.828	1.705	-6,7	15.998	12.496	-21,9
MA	1.584	1.503	-5,1	2.089	1.910	-8,6	3.309	2.871	-13,2
PI	1.146	1.157	1,0	1.974	1.959	-0,7	2.262	2.267	0,2
CE	1.434	1.015	-29,2	936	165	-82,4	1.343	168	-87,5
RN	157	20	-87,4	687	551	-19,8	108	11	-89,9
PB	330	97	-70,7	439	230	-47,6	145	22	-84,7
PE	634	444	-30,1	587	236	-59,8	372	105	-71,9
AL	123	81	-34,3	822	527	-35,9	101	42	-57,9
SE	268	246	-8,5	3.792	2.441	-35,6	1.018	600	-41,1
BA	3.075	2.768	-10,0	2.387	2.316	-3,0	7.341	6.411	-12,7
CENTRO-OESTE	16.898	18.757	11,0	3.359	3.596	7,1	56.759	67.446	18,8
SUDESTE	4.798	4.878	1,7	3.688	4.001	8,5	17.693	19.518	10,3
SUL	17.723	18.088	2,1	3.822	3.216	-15,9	67.742	58.178	-14,1
NORTE/NORDESTE	10.453	9.111	-12,8	1.972	1.916	-2,8	20.609	17.455	-15,3
CENTRO-SUL	39.420	41.722	5,8	3.607	3.479	-3,6	142.195	145.142	2,1
BRASIL	49.873	50.833	1,9	3.264	3.199	-2,0	162.803	162.596	-0,1

Fonte: Conab (2012c).

(*) Produtos Seleccionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e tritcale.

regiões Nordeste (redução de 647,6 ha) e Sul (decréscimo de 73,1 ha).

O Nordeste, de acordo com o último levantamento, respondia por 17,1% do total nacional de área cultivada, mas, com o período de seca que a região passa, as expectativas de área plantada se reduziram, passando a responder por apenas 14,4% do total nacional de área cultivada. A estimativa de decréscimo regional é de 16,2% (redução de 1.421,5 mil hectares), com expectativa de expressiva redução da área cultivada para Rio Grande do Norte (87,4%), Paraíba (70,7%) e Alagoas (34,3%). Estima-se que a produção registre decréscimo de 21,9%, e a produtividade, de 6,7% com relação à safra de 2010/2011. Para as culturas da Região, a diminuição do plantio tem causado queda na produção de diversas culturas como feijão (68,7%) e milho (30,3%).

Algodão

Segundo o décimo levantamento realizado pela Conab, para a safra 2011/2012, projetava-se uma área cultivada com algodão de 1.396 mil hectares, decréscimo de 0,3% em relação à safra 2010/2011. Esse leve recuo na área cultivada deve-se, em parte, às adversidades climáticas, que, com a escassez hídrica observada na fase do desenvolvimento vegetativo, comprometeram as expectativas de produção e o rendimento médio. O país deverá colher 5,04 milhões de toneladas de algodão em caroço, registrando decréscimo de 2,8%, produção inferior de 145,5 mil toneladas, com relação à última safra. E, também, decréscimo de 2,5% na produtividade em relação à safra 2010/2012, computando 3.612 kg/ha.

No contexto regional, a expectativa é de aumento na área cultivada (2,2%), com destaque para Bahia, incremento de 12 mil hec-

Tabela 2 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	Var% (b/a)	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	Var% (b/a)	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	Var% (b/a)
NORTE	5,5	10,0	81,8	3.480	3.736	7,4	19,1	37,4	95,8
NORDESTE	450,5	460,5	2,2	3.899	3.315	-15,0	1.756,5	1.526,7	-13,1
MA	18,1	18,6	2,8	3.930	3.750	-4,6	71,1	69,8	-1,8
PI	17,8	21,3	19,7	3.780	3.675	-2,8	67,3	78,3	16,3
CE	3,1	1,6	-48,4	1.010	156	-84,6	3,1	0,2	-93,5
RN	3,8	0,5	-86,8	567	692	22,0	2,2	0,3	-86,4
PB	1,0	0,2	-80,0	869	448	-48,4	0,9	0,1	-88,9
PE	0,8	0,5	-37,5	720	230	-68,1	0,6	0,1	-83,3
AL	0,6	0,3	-50,0	320	296	-7,5	0,2	0,1	-50,0
BA	405,3	417,5	3,0	3.975	3.300	-17,0	1.611,1	1.377,8	-14,5
CENTRO-OESTE	893,5	877,3	-1,8	3.604	3.760	4,3	3.220,6	3.298,3	2,4
SUDESTE	49,7	46,7	-6,0	3.803	3.615	-4,9	189,1	178,3	-5,7
SUL	1,1	1,5	36,4	2.836	1.439	-49,3	3,1	2,2	-29,0
NORTE/NORDESTE	456,0	470,5	3,2	3.894	3.324	-14,6	1.775,6	1.564,1	-11,9
CENTRO-SUL	944,3	925,5	-2,0	3.614	3.759	4,0	3.412,8	3.478,8	1,9
BRASIL	1.400,3	1.396,0	-0,3	3.705	3.612	-2,5	5.188,4	5.042,9	-2,8

Fonte: Conab (2012c).

tares. Mesmo com acréscimo na área plantada, o estado baiano registra a maior queda de safra estadual, com redução de 233,3 mil toneladas. Quanto a produção regional, com safra de 1,52 milhão de toneladas, registra-se queda de 13,1% com relação à safra 2010/11.

No mercado internacional, as cotações foram de alta devido às desvalorizações da moeda americana no início de julho de 2012, fechando em U\$ 0,743/LP, aumento de 0,85% em relação ao mês de abril deste ano, segundo dados do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC). As estimativas de produção mundial para a safra de 2011/2012 divulgadas pelo ICAC são de queda de 6,3% inferior à safra passada, equivalente a 25,1 milhões de toneladas, como resultado das estiagens, com redução da área plantada.

Referente à safra 2011/2012, as exportações brasileiras de pluma, em junho de 2012, chegam às 37,6 mil toneladas, enquanto o acumulado no ano registra 322,9 mil toneladas frente aos 50,2 mil toneladas no mesmo período anterior, conforme a Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea)/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), no mês de julho de 2012, o mercado interno do algodão em pluma atua em baixo ritmo. Com os preços elevados da pluma (em dólar), e diante das grandes importações de fio de algodão e produtos acabados, tem-se instabilidade no mercado doméstico. No fim de julho de 2012, em São Paulo, a cotação da arroba da pluma de algodão foi de R\$ 50,93, queda de 3,74% em relação a abril/2012, e de 11,9%

1 Valores referentes à 27/07/2012.

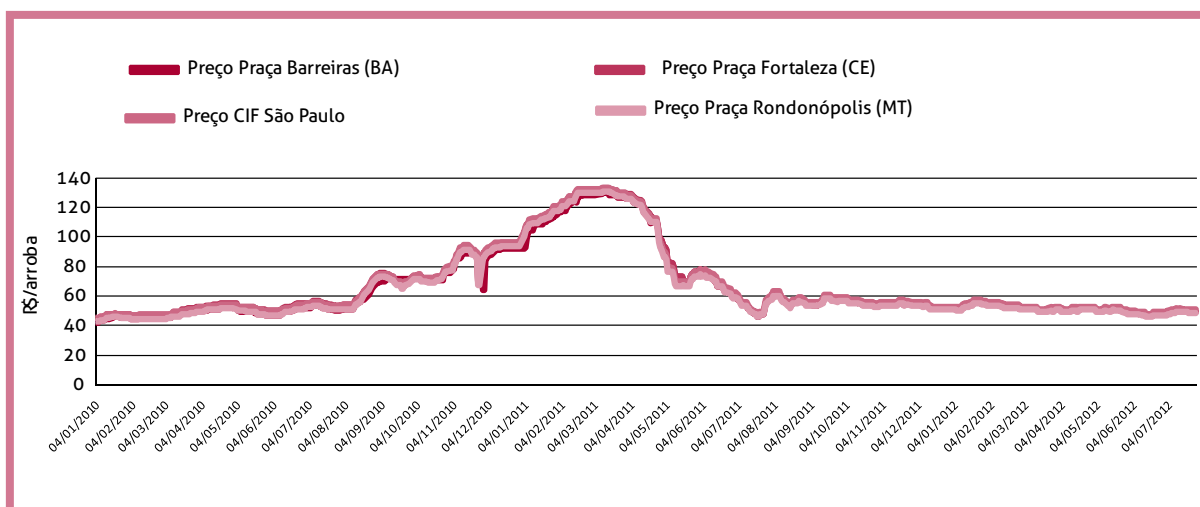


Gráfico 1 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2009 a Janeiro/2012²

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S. A. (2012).

em relação ao mês de julho/2012. Para Rondonópolis (MT), a cotação foi de 48,61, queda de 3,74% em relação ao mês de abril/2012, e também registro de queda (12%) frente ao mesmo período do ano passado. Em Barreiras (BA), o algodão foi comercializado a R\$ 49,43 por arroba e, em Fortaleza (CE), a R\$ 49,42 por arroba (todos com decréscimo de R\$ 3,74 em relação à cotação de abril de 2012).

Feijão

De acordo com a Conab (décimo levantamento para safra 2011/2012), a área plantada com feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) no Brasil foi estimada em 3,2 milhões de hectares, decréscimo de 18 % em relação à safra 2010/2011. As adversidades climáticas, ocorridas principalmente na região Nordeste, associadas à comercialização instável do feijão frente ao bom desempenho das culturas de milho e soja, na região Centro-Oeste, são fatores que têm contribuído para essa perda. Parte da lavoura de feijão (1ª safra) perdeu área para culturas como soja e milho. Estima-se que a produção total possa atingir 2,9 milhões

de toneladas, com perdas significativas de 21,4% frente à safra 2010/2011. A cultura pode registrar na safra 2011/2012 um rendimento de 896 kg/ha.

Para o Nordeste, estimam-se 1.525,9 mil hectares destinados ao cultivo de feijão, com uma redução de 29,8% em relação aos números de 2010/2011. O total da produção regional de feijão poderá assinalar queda de 68,7%, com produtividade de apenas 197 kg/ha, com variações negativas na ordem de 55,4%. O estado do Ceará, maior produtor da segunda safra, registrou quebra de safra de 85,5%, enquanto Pernambuco e Bahia, os maiores produtores de feijão da terceira safra, sofreram com quedas estimadas em 74,4% e 59,4%, respectivamente, comparativamente à safra 2010/2011. O abastecimento de feijão na região Nordeste é bastante preocupante, pois, a aquisição suplementar chega próximo de 660,7 mil toneladas para manter os níveis de produção da safra passada, enquanto para o restante do país são necessárias 139,3 mil toneladas.

2 Valores referentes a 27/07/2012.

Tabela 3 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

Região/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 10/11 (c)	Safra 11/12 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 10/11 (e)	Safra 11/12 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	148,9	161,1	8,2	952	838	-12,0	141,7	135,0	-4,7
NORDESTE	2.173,5	1.525,9	-29,8	442	197	-55,4	961,1	300,4	-68,7
MA	99,9	96,3	-3,6	512	407	-20,5	51,1	39,2	-23,3
PI	238,4	211,7	-11,2	356	148	-58,4	85,0	31,2	-63,3
CE	612,9	433,6	-29,3	424	87	-79,5	259,6	37,6	-85,5
RN	70,2	8,7	-87,6	480	398	-17,1	33,7	3,5	-89,6
PB	168,1	46,7	-72,2	266	182	-31,6	44,7	8,5	-81,0
PE	322,4	229,7	-28,8	501	180	-64,1	161,5	41,3	-74,4
AL	61,8	44,2	-28,5	510	300	-41,2	31,5	13,3	-57,8
SE	36,7	27,7	-24,5	847	685	-19,1	31,1	19,0	-38,9
BA	563,1	427,3	-24,1	467	250	-46,5	262,9	106,8	-59,4
CENTRO-OESTE	356,9	342,3	-4,1	1.613	1.764	9,4	575,8	603,7	4,8
SUDESTE	591,5	597,7	1,0	1.603	1.636	2,1	948,5	978,0	3,1
SUL	719,2	646,6	-10,1	1.537	1.416	-7,9	1.105,6	915,6	-17,2
NORTE/NORDESTE	2.322,4	1.687,0	-27,4	475	258	-45,7	1.102,8	435,4	-60,5
CENTRO-SUL	1.667,6	1.586,6	-4,9	1.577	1.574	-0,2	2.629,9	2.497,3	-5,0
BRASIL	3.990,0	3.273,6	-18,0	935	896	-4,2	3.732,8	2.932,8	-21,4

Fonte: Conab (2012c).

Segundo o Centro de Inteligência do Feijão (CIF), o mercado interno teve comportamento mais firme, diante da restrição da oferta devido às adversidades climáticas. Os preços do feijão praticados em julho de 2012, mesmo com pequenas reduções, atingiram um patamar bastante elevado comparado com os preços praticados no mesmo período da safra anterior.

Para a safra de 2011/2012, a falta de chuvas nas regiões Nordeste e Sul e o seu excesso na região Sudeste têm influenciado o mercado do feijão. Em Barreiras (BA), o preço da saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 147,5³, com redução de 25,32% frente aos R\$ 197,50 praticados no fim de abril deste ano e, se comparado ao mês de julho de 2012, registrou um aumento de 34,09%. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 190,00 a saca, valor 1,33% maior que o mês de abril/2012. No mercado de São Paulo, o feijão carioca tipo 1 (saca de 60 kg cotada

em R\$ 150,00) queda de 39,39% em relação 27 de abril deste ano, e a cotação do feijão preto (saca de 60 kg cotada em R\$ 127,5) registraram altas de 8,5% (tanto o feijão tipo carioca quanto o feijão preto assinalam altas de 39,53% e 45,71%, respectivamente, em relação ao período de julho de 2011).

Milho

Para a safra 2010/2011, com o bom desenvolvimento da lavoura nas principais regiões produtoras de milho, estima-se que a produção registre 69,4 milhões de toneladas, atingindo mais um recorde para o cereal. O sétimo levantamento da Conab aponta para um aumento de 21% da produção nacional com relação à safra 2010/2011. A Macrorregião Centro-Sul garante 91,5% (63,5 milhões de toneladas) da produção nacional, destacando os estados do Mato Grosso (acrécimo de 76,1%), Mato Grosso do Sul (aumento de 63,1%) e Paraná (acrécimo de 38%).

3 Valores referentes a 27/07/2012.

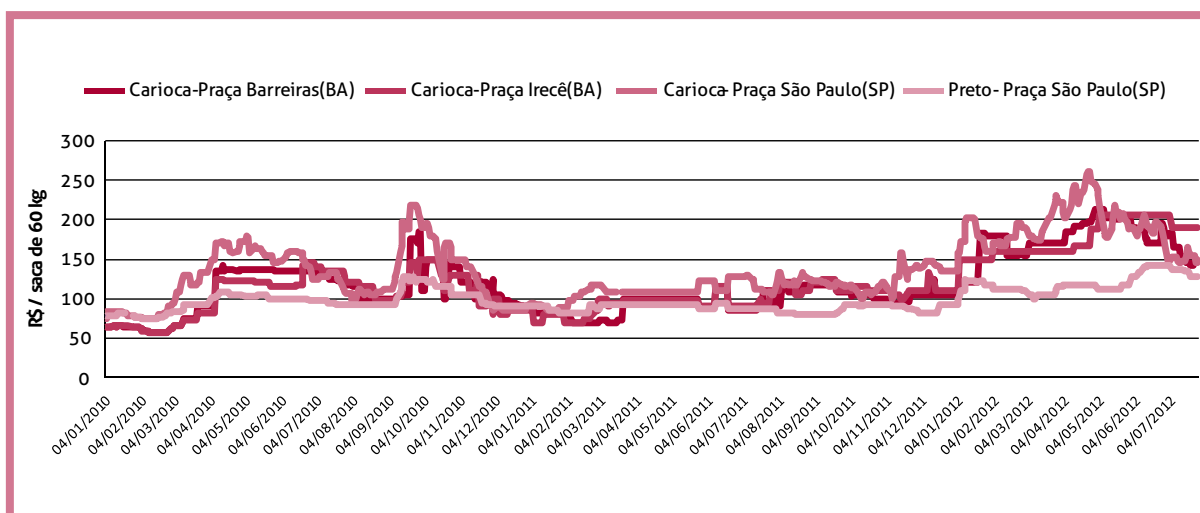


Gráfico 2 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca Tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2009 a Julho/2012⁴

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S. A. (2012).

Estima-se que a área total cultivada na safra 2011/2012 seja de 15,1 milhões de hectares (acréscimo de 1.305,3 mil hectares, representando um incremento de 9,5% sobre a safra anterior). Esse aumento significativo na área cultivada foi estimulado pela produção consolidada na safra anterior e os bons preços praticados no mercado. A macrorregião Centro-Sul teve o maior incremento de área cultivada (20,2%), com destaque para os estados de Mato Grosso (43,6%), Goiás (32,3%) e Mato Grosso do Sul (24,2%).

Para o Nordeste, devido à estiagem que assola a Região, as áreas onde ocorreram as semeaduras da primeira safra tiveram perdas significativas. Dados do décimo levantamento da Conab registram reduções de 24,8% na área destinada ao cultivo com relação à safra 2010/2011. A produção regional estimada é de 4,2 milhões de toneladas, 30,3% menor que a safra anterior. Os estados mais afetados com a escassez de chuvas foram Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, com perdas na produção de milho de 91,9%, 91,6% e 86,6%, respectivamente. Ademais, há registros de

total abandono de lavouras em decorrência do alto grau de comprometimento climático.

No mercado internacional, no mês de julho do ano corrente, as cotações de milho registram alta, sustentadas pela forte estiagem que assola a região sul dos Estados Unidos e pelo otimismo com as exportações do grão, inclusive com as possibilidades das compras da China. Segundo o Cepea/Esalq, os preços futuros na Bolsa de Chicago, nos primeiros contratos (vencimento em julho de 2012) tiveram alta de 21,1%, alcançando U\$ 6,725/ bushel (U\$2624,75/ton.). (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012d).

No Brasil, o mercado está aquecido. A cotação registrada no mês de abril de 2012, em Cascavel (PR), para a saca de milho de 60 kg, foi de R\$ 28,50, valorização de 9,62 sobre a cotação para o mesmo período de 2011, e valorização de 26,67 frente às cotações de abril de 2012. Na praça de Barreiras (BA), a cotação foi de R\$ 25,00 com alta de 31,58% comparada a abril de 2012, e de 6,38% a mais da praticada no mesmo período da sa-

⁴ Valores referentes a 27/07/2012.

Tabela 4 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	Var% (b/a)	Safra 10/11 (c)	Safra 11/12 (d)	Var% (d/c)	Safra 10/11 (e)	Safra 11/12 (f)	Var% (f/e)
NORTE	521,7	547,0	4,8	2.713	2.821	4,0	1.415,5	1.543,1	9,0
NORDESTE	3.147,7	3.276,2	4,1	1.947	1.933	-0,7	6.128,0	6.334,0	3,4
MA	477,6	592,2	24,0	1.842	1.650	-10,4	879,7	977,1	11,1
PI	349,6	383,6	9,7	2.017	2.413	19,6	705,1	925,6	31,3
CE	723,0	734,6	1,6	1.313	815	-37,9	949,3	598,7	-36,9
RN	73,5	80,6	9,7	672	674	0,3	49,4	54,3	9,9
PB	157,2	157,2	0,0	617	710	15,1	97,0	111,6	15,1
PE	298,3	314,3	5,4	640	680	6,3	190,9	213,7	11,9
AL	57,2	57,2	0,0	893	720	-19,4	51,1	41,2	-19,4
SE	221,4	221,4	0,0	4.192	3.950	-5,8	928,1	874,5	-5,8
BA	789,9	735,1	-6,9	2.883	3.452	19,7	2.277,4	2.537,3	11,4
CENTRO-OESTE	3.857,5	5.037,5	30,6	4.489	4.794	6,8	17.315,6	24.150,3	39,5
SUDESTE	2.146,0	2.225,2	3,7	5.104	5.540	8,6	10.952,3	12.327,6	12,6
SUL	4.133,2	4.565,7	10,5	5.225	4.553	-12,9	21.595,5	20.788,7	-3,7
NORTE/NORDESTE	3.669,4	3.823,2	4,2	2.056	2.060	0,2	7.543,5	7.877,1	4,4
CENTRO-SUL	10.136,7	11.828,4	16,7	4.919	4.841	-1,6	49.863,4	57.266,6	14,8
BRASIL	13.806,1	15.651,6	13,4	4.158	4.162	0,1	57.406,9	65.143,7	13,5

Fonte: Conab (2012b).

fra 2010/2011. Em Fortaleza (CE), registra-se o valor de R\$ 35,00, com alta de 12,9% em relação à cotação de abril/2012, e valorização de 6,06% com relação ao mesmo período de abril de 2011. Em São Paulo, houve

valorização de 34% em relação a abril/2012, com a saca de 60 kg sendo comercializada a R\$ 34,00⁵ (Preço CIF).

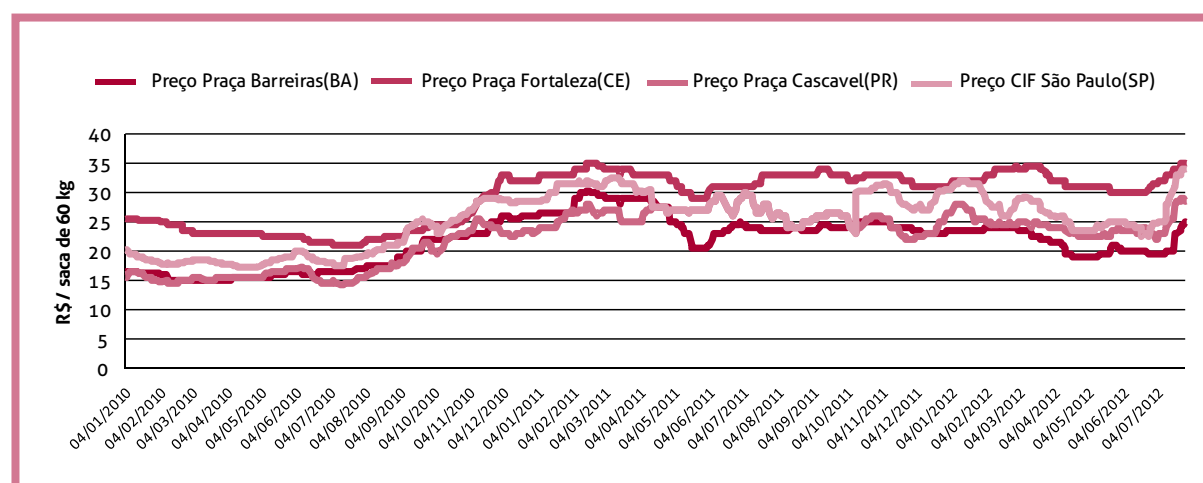


Gráfico 3 - Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de Janeiro/2009 a Julho/2012⁶

Fonte: Elaboração do BNB/Etене/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S. A. (2012).

⁵ Valores referentes a 27/07/2012.

⁶ Valores referentes a 27/07/2012.

Tabela 5 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (em mil t)		
	Safra 10/11 (a)	Safra 11/12 (b)	Var% (b/a)	Safra 10/11 (c)	Safra 11/12 (d)	Var % (d/c)	Safra 10/11 (e)	Safra 11/12 (f)	Var% (f/e)
NORTE	645,5	705,1	9,2	3.063	3.094	1,0	1.977,2	2.181,6	10,3
NORDESTE	1.945,7	2.119,8	8,9	3.213	2.892	-10,0	6.251,5	6.130,1	-1,9
MA	518,2	559,7	8,0	3.087	2.995	-3,0	1.599,7	1.676,3	4,8
PI	383,6	447,3	16,6	2.983	2.842	-4,7	1.144,3	1.271,2	11,1
BA	1.043,9	1.112,8	6,6	3.360	2.860	-14,9	3.507,5	3.182,6	-9,3
CENTRO OESTE	10.819,4	11.463,8	6,0	3.137	3.039	-3,1	33.938,9	34.841,2	2,7
SUDESTE	1.636,9	1.606,2	-1,9	2.824	2.888	2,3	4.622,1	4.638,8	0,4
SUL	9.133,5	9.105,6	-0,3	3.124	2.040	-34,7	28.534,6	18.578,9	-34,9
NORTE/ NORDESTE	2.591,2	2.824,9	9,0	3.176	2.942	-7,4	8.228,7	8.311,7	1,0
CENTRO-SUL	21.589,8	22.175,6	2,7	3.108	2.618	-15,8	67.095,6	58.058,9	-13,5
BRASIL	24.181,0	25.000,5	3,4	3.115	2.655	-14,8	75.324,3	66.370,6	-11,9

Fonte: Conab (2012c).

Soja

Estima-se um plantio de 25 milhões de hectares de soja na safra 2011/2012, valor 3,4% superior ao da safra 2010/2011. (CONAB, 2012b). A produção de soja será de 66,3 milhões de toneladas, resultado 11,9% menor que a safra 2010/2011 (redução de 8,9 milhões de toneladas). Na região Centro-Oeste, que responde por 52,5% da produção nacional, apesar do bom desenvolvimento da cultura no cenário geral, algumas zonas produtoras de soja têm passado por problemas de seca, comprometendo os replantios e resultando em perdas. Já na região Sul, a situação é mais complicada, pois as condições climáticas desfavoráveis prejudicaram a produção, gerando perdas de 34,9%.

Segundo a estimativa da Conab, o Nordeste é a região do país com maior incremento em área plantada com soja, que registrou 2,1 milhões de hectares, acréscimo de 8,9% em relação à safra 2010/2011. A produção regional registrara 6,1 milhões de

toneladas, com redução de 1,9%, em razão de baixas precipitações pluviométricas no fim do ciclo da cultura no estado da Bahia (decréscimo de 9,3% com relação à safra anterior). Beneficiadas por boas condições climáticas, as produções dos estados do Piauí e do Maranhão obtiveram acréscimo de 11,1% e 4,8%, respectivamente.

No mercado externo, com forte pressão da demanda por soja para exportação, as cotações da Bolsa de Chicago registraram aumento. Os contratos de soja em grão finalizaram o mês de julho com valorização de 12,9%. Os contratos de soja de julho/2012 fecharam em US\$ 15,1275/bushel (US\$33,35/ saca de 60 kg). (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012e).

Com a demanda aquecida pelo produto, os preços domésticos também reagiram, aproximando-se da paridade dos preços de exportação. Dados do Cepea/Esalq indicam que a saca da soja de 60 kg foi comercializada a R\$ 84,03⁷ em São Paulo, alta de 29,63% sobre o mês de julho de 2011. Em Sorriso

7 Valores referentes a 26/07/2012.

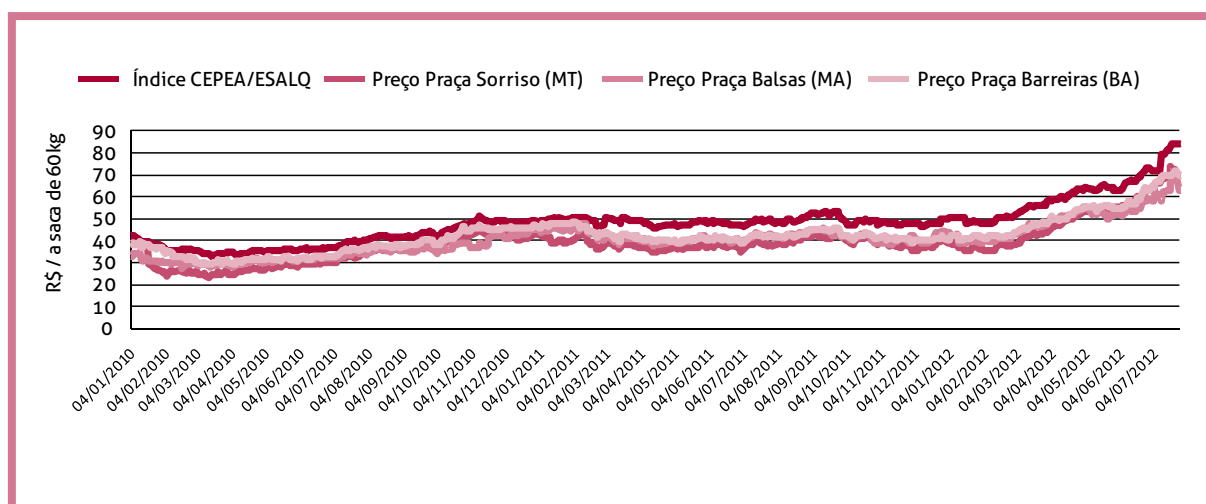


Gráfico 4 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Julho/2010 a Julho/2012⁸

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S. A. (2012).

(MT), houve uma valorização de 34,95% para o mesmo período, com a cotação de R\$ 69,50. No Nordeste, os preços mantiveram-se firmes; em Balsas (MA), o preço da saca de 60 kg foi de R\$ 63,00 (18,2% superior a julho/2011), e, em Barreiras (BA), a cotação chegou a R\$ 70,00, o que representa valorização de 29,6% sobre julho de 2011. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012e).

Café

De acordo com a segunda estimativa da safra 2012 de café, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento, a área plantada no país com a variedade arábica e conilon totaliza 2.071,1 mil hectares. Comparada à safra de 2011, haverá aumento na área cultivada em torno de 0,7% (acréscimo de 14.769 mil hectares). (CONAB, 2012a).

A bienalidade (que intercala um ciclo alto e outro baixo) e as condições climáticas satisfatórias, ocorridas no segundo semestre de 2011, favoreceram as lavouras dos principais estados produtores. Nas regiões mais quentes, o clima foi bastante favorável para

o desenvolvimento vegetativo e produtivo das lavouras. De acordo com a Conab, a expectativa de produção do café é bem acima da alcançada em 2011, assinalando o resultado de 50,44 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, variação de 16,0%. Este resultado positivo total do café beneficiado foi muito influenciado pelo aumento da produção do tipo arábica, de 32,18 milhões de sacas em 2011 para 38,13 milhões de sacas de 60 kg em 2012. Nessa safra, o café tipo arábica deverá representar 75,6% do total de café beneficiado no país. Caso os resultados se confirmem, 2012 será a maior das últimas safras.

Devido às condições climáticas que não foram favoráveis ao desenvolvimento da cultura, Bahia terá resultados inferiores aos da safra/2012 de café. Para o principal produtor de café do Nordeste, estima-se um decréscimo da produção total de 5,3%, passando de 2.290 mil de sacas de café beneficiado para 2.168 mil sacas. Esta variação negativa também foi influenciada pela redução da produção de café arábica de até 7,7%.

⁸ Valores referentes a 26/07/2012.

Tabela 6 – Café Beneficiado. Comparativo de Área e Produção. Safra 2012

UF/ Região	Área (ha)			Produção (mil sacas beneficiadas)						
				Safra 2011			Safra 2012			Var. total %
	Safra 2011	Safra 2012	Var %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.000.869	1.032.530	3,2	21.882	299	22.181	26.340	299	26.639	20,1
Sul e Centro-Oeste	505.201	519.298	2,8	10.442	-	10.442	13.491		13.491	29,2
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	161.105	170.308	5,7	4.001	-	4.001	5.767		5.767	44,1
Zona da Mata - Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	334.563	342.924	2,5	7.439	299	7.738	7.082	299	7.381	-4,6
Espírito Santo	452.527	451.157	-0,3	3.079	8.494	11.573	2.860	9.355	12.215	5,5
São Paulo	169.538	169.538	0,0	3.112	-	3.112	5.041		5.041	62,0
Paraná	74.752	69.489	-7,0	1.842	-	1.842	1.700		1.700	-7,7
Bahia	138.834	138.213	-0,4	1.549	741	2.290	1.430	738	2.168	-5,3
- Cerrado	11.557	12.918	11,8	429	-	429	564		564	31,5
- Planalto	102.338	100.861	-1,4	1.120	-	1.120	866		866	-22,6
- Atlântico	24.939	24.434	(2,0)	-	741	741		738	738	-0,4
Rondônia	153.391	143.126	-6,7	-	1.428	1.428		1.639	1.639	14,7
Mato Grosso	19.899	20.828	4,7	11	127	138	3	116	118	-14,1
Pará	10.448	10.185	-2,5	-	184	184		165	165	-10,2
Rio de Janeiro	12.864	13.242	2,9	247	13	260	262		262	0,7
Outros	23.300	22.883	-1,8	467	10	477	497	3	500	5,0
BRASIL	2.056.422	2.071.191	0,7	32.189	11.296	43.484	38.133	12.315	50.447	16,0

Fonte: Conab (2012c).

De acordo com informações da Organização Internacional do Café (OIC), a cotação mundial de café registra recuo; entretanto, segue em patamar bem elevado devido à redução da estimativa da produção mundial. Segundo os indicadores da Bolsa de Nova York (ICE Futures), os contratos de junho de 2012 fecharam em US\$ 159,16 centavos do dólar por libra peso, com recuo de 24,3% com relação à média de fevereiro deste ano. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012c). Esse fato, combinado à queda de produção dos maiores produtores mundiais de café, com estoques relativamente baixos e uma demanda firme, torna mais efetivo o cenário de bons preços para os próximos meses no mercado internacional.

No mercado interno, os preços do café tipos arábica e conilon se mantiveram firmes devido, principalmente, à demanda por parte das torrefadoras nacionais. Em 30 de julho de 2012, tanto a cotação do tipo arábica quanto a do tipo conilon (robusta) na capital paulista valorizaram-se em 7,22% e 15,98%, respectivamente, com relação ao mês de abril/2012 (Índice CEPEA/ESALQ). Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi comercializado a R\$ 315,00 a saca de 60 kg, pequeno aumento de 1,61% em relação ao mês de abril/2012. Enquanto isso, o preço do Bica Dura T6/7, naquela mesma praça, foi de R\$ 375,00 registrando variação de 7,14%. O café despulpado teve cotação de R\$ 370,00, também registrando variação

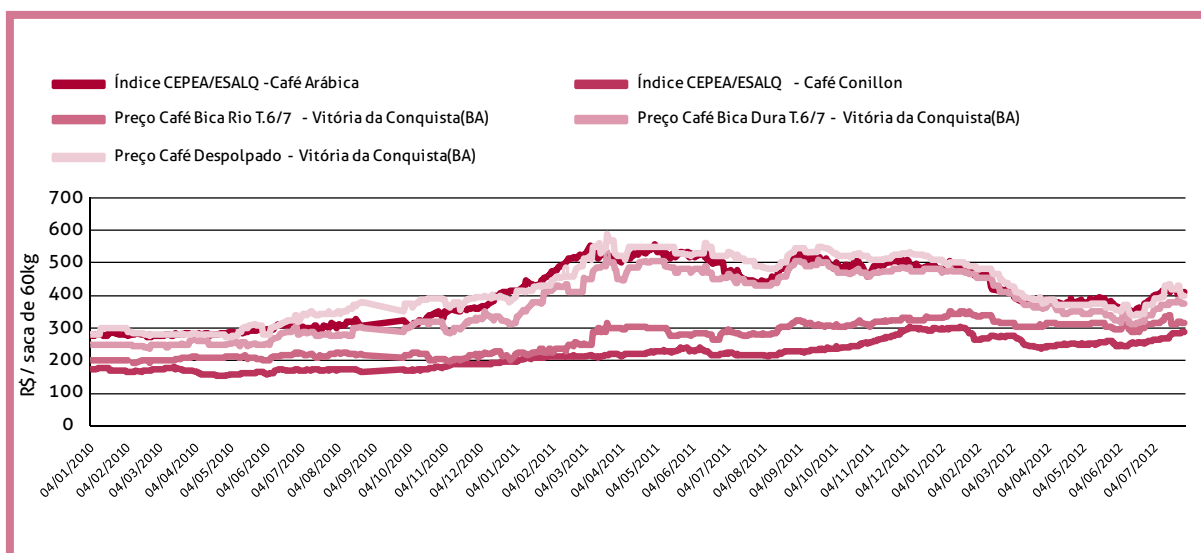


Gráfico 5 – Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para o Café Tipo Arábica e Conillon, de Janeiro/2008 a Julho/2012⁹

Fonte: Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S. A (2012) e Agromensal CEPEA ESALQ (2012d).

positiva de 8,11% no mercado de Vitória da Conquista, BA.

Cana-de-Açúcar

De acordo com a Conab, em seu primeiro levantamento da Safra 2012/2013 de cana-de-açúcar, as estimativas confirmam o crescimento das lavouras em quase todos os estados produtores. No país, a área cultivada é da ordem 8.567,2 mil hectares, 2,4% superior à da safra 2011/2012. Também se espera um acréscimo de 5,4% no volume de cana moída em relação ao da safra passada, totalizando 602,1 milhões de toneladas, frente aos 571,4 milhões de toneladas da safra passada. As condições climáticas mantiveram-se dentro da normalidade, com clima favorável ao desenvolvimento da cana. Em consequência, estima-se a produtividade média nacional em 70.289 kg/ha, provocando aumento de 2,9% sobre os 68.289 kg/ha da safra 2011/2012.

Espera-se que, na safra 2012/2013, o esmagamento da cana para a produção de eta-

nol seja de 50,2% e o restante para a produção de açúcar. Isto deverá gerar 23.956,3 milhões de litros de etanol total, correspondendo a um incremento de 1.098,7 milhões de litros de etanol. (CONAB, 2012b).

No Nordeste, o clima foi favorável à cana-de-açúcar em 2011. Porém, as condições climáticas para 2012 podem prejudicar a fase da brotação, uma vez que os canaviais foram castigados pela estiagem. Registra-se um decréscimo de 1,2% na produção nordestina de cana: 66,7 milhões de toneladas frente a 67,5 milhões de toneladas na safra 2011/2012. O maior produtor nordestino, Alagoas, responderá por 43,9% da produção total da Região, com 29,2 milhões de toneladas. A área plantada assinala decréscimo de 2,2%, com relação à safra anterior. Na produtividade, destacam-se a Bahia (72.000 kg/ha), com valor bem acima da média nacional (70.289 kg/ha), o Piauí e o Ceará (70.000 kg/ha).

As exportações brasileiras do açúcar bruto para junho de 2012 atingiram 1.289,0 mil de toneladas, volume 6,7% menor em

⁹ Valores referentes a 13/04/2012.

Tabela 7 – Cana-de-açúcar. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013– Em Mil Toneladas

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var %	Safra 11/12	Safra 12/13	Var %	Safra 11/12	Safra 12/13	Var %
NORTE	34,4	45,1	31,1	73.547	76.870	4,5	2.530	3.465	37,0
NORDESTE	1.120,1	1.095,3	-2,2	60.287	60.898	1,0	67.529	66.702	-1,2
MA	39,6	37,590	-5,0	59.383	62.000	4,4	2.350	2.331	-0,8
PI	13,9	14,810	6,5	71.310	70.000	-1,8	992	1.037	4,5
CE	3,4	2,940	-14,0	70.100	70.000	-0,1	240	206	-14,1
RN	62,3	61,950	-0,5	51.534	52.650	2,2	3.209	3.262	1,7
PB	122,6	129,820	5,9	53.071	55.210	4,0	6.506	7.167	10,2
PE	326,1	298,390	-8,5	56.515	57.050	0,9	18.430	17.023	-7,6
AL	463,7	458,090	-1,2	64.350	63.960	-0,6	29.836	29.299	-1,8
SE	37,3	37,630	1,0	66.000	66.000	0,0	2.459	2.484	1,0
BA	51,4	54,080	5,3	68.300	72.000	5,4	3.508	3.894	11,0
CENTRO-OESTE	1.379,4	1.505,2	9,1	69.282	69.639	0,5	95.566	104.820	9,7
SUDESTE	5.221,0	5.305,8	1,6	69.760	72.337	3,7	364.212	383.804	5,4
SUL	613,1	615,9	0,5	67.850	70.453	3,8	41.602	43.388	4,3
NORTE/NORDESTE	1.154,5	1.140,4	-1,2	60.689	61.530	1,4	70.059	70.167	0,2
CENTRO-SUL	7.213,5	7.426,8	3,0	69.506	71.634	3,1	501.380	532.011	6,1
BRASIL	8.368,0	8.567,2	2,4	68.289	70.289	2,9	571.439	602.179	5,4

Fonte: Conab (2012b).

relação a maio/2012 (as exportações chegaram a 1.381,9 mil de toneladas), e volume 30,2% bem abaixo dos embarques para o mesmo período de 2011 (1.847,5 mil toneladas), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). As receitas geradas pelas exportações do açúcar foram de US\$ 881,7 milhões em junho/2012, registrando decréscimo tanto em relação ao mês de maio deste ano (US\$ 967,1 milhões, redução em 8,8%), quanto em relação ao mesmo período de 2011 (US\$ 1.401,1 milhões, decréscimo de 37,1%).

No mercado nacional, a cotação do indicador Cepea/Esalq do açúcar em São Paulo foi de R\$ 55,12/sc para o mês de junho de 2012, registrando pequena variação positiva de 0,38% com relação ao mês de junho de 2011, e uma pequena queda de 2,34% em relação ao mês de abril/2012. Estes dados são resultados de demanda estável, onde os

preços no mês de junho/2012 se mantiveram quase constantes. (CONAB, 2012b).

Para a região Nordeste, a cotação da saca de açúcar de 60 kg teve uma leve desaquecida. Em Pernambuco, a saca de 60 kg fechou em março de 2012 por R\$ 64,07, com decréscimo de 1,7% em relação ao preço praticado em abril de 2012. Em Alagoas, o mês de junho também finalizou em baixa de 4,43% em relação preço praticado em junho daquele ano, com a saca de açúcar comercializada a R\$ 64,47.

Quanto às exportações brasileiras de etanol, segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior, o mês de junho/2012 assinala 138 milhões de litros de álcool anidro e hidratado, acréscimo de 71% em relação a fevereiro deste ano. As receitas geradas foram de US\$ 106,7 milhões, valores com específico acréscimo de 56% em relação à receita do mês de fevereiro (US\$ 68,2 milhões).

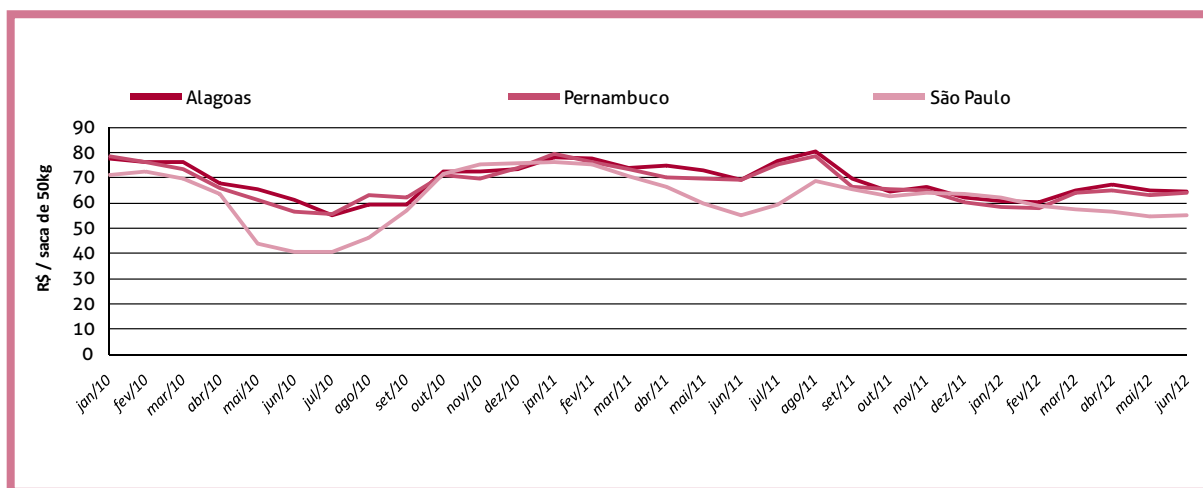


Gráfico 6 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Junho/2012¹⁰

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Agromensal CEPEA ESALQ (2012a).

Para o mês de junho de 2012, os preços do etanol seguem estáveis devido à demanda que esteve em baixa, por parte das distribuidoras, e também do lado da oferta, onde a produção total dos combustíveis teve pequenas variações de queda. No mercado paulista, a cotação do hidratado foi de R\$ 1,08, queda de 5,0% sobre o mês de maio de 2012; para o anidro, também com registro de queda, o litro do combustível foi cotado em R\$ 1,23, ou seja, 4,66% menor em relação a maio/2012.¹⁰

Os preços (por litro) do etanol nos principais mercados do Nordeste assinalam variações positivas no fim do segundo trimestre. Estes acréscimos foram sustentados e explicados, em parte, pela menor produção de álcool hidratado e anidro decorrente da safra 2011/2012, onde o Nordeste obteve redução da produção de 1,2%, sendo que, em Pernambuco, registra-se redução na produção de 7,6% com relação à safra de 2011/2012. Segundo os Indicadores Mensais

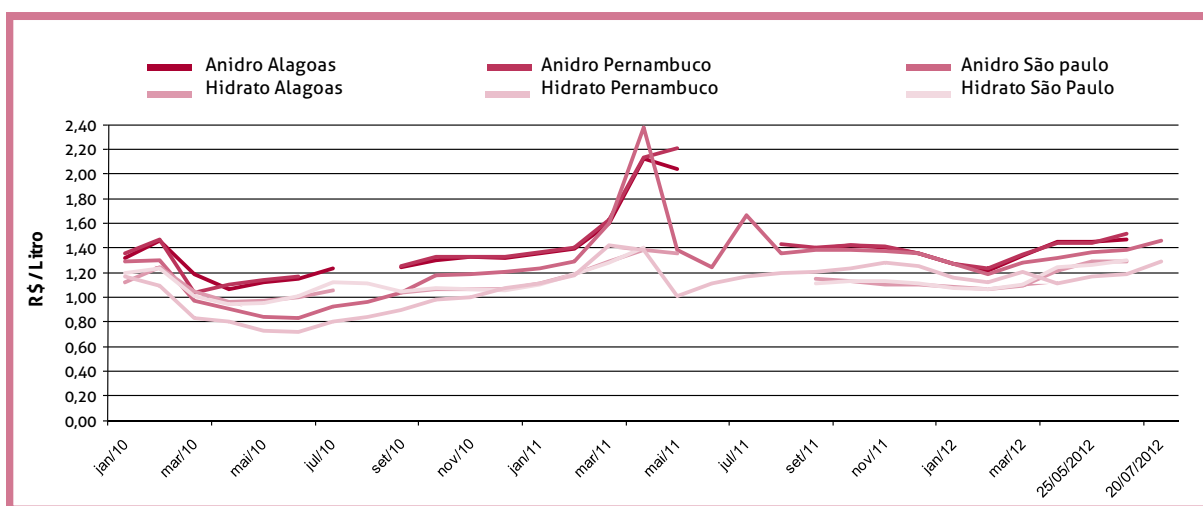


Gráfico 7 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador Mensal CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Junho/2012¹¹

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Agromensal CEPEA ESALQ (2012a).

10 Valores referentes a junho de 2012.

11 Valores referentes à 27/06/2012.

Cepea/Esalq, para do mês de junho, o litro do álcool anidro, computado em Alagoas, foi de R\$1,46 e, em Pernambuco, o litro do combustível registra-se em R\$ 1,51, altas de 1,51% e 5,26%, respectivamente, em relação a

abril/2012. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012a). O preço do álcool hidratado obteve acréscimo de 5,99% em Alagoas (R\$1,28) e 4,78% em Pernambuco (R\$1,29), com relação a abril deste ano.

REFERÊNCIAS

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: açúcar & álcool. [S.L.]: CEPEA, nov. 2011. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012a.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: algodão. [S.L.]: CEPEA, nov. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Algodao.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012b.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: café. [S.L.]: CEPEA, nov. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Cafe.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012c.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: milho. [S.L.]: CEPEA, nov. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Milho.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012d.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: soja. [S.L.]: CEPEA, nov. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Soja.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012e.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Indicador açúcar cristal CEPEA/ESALQ São Paulo**. [S.L.], 2012. Dispo-

nível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 23 jul. 2012a.

_____. **Indicador semanal etanol hidratado CEPEA/ESALQ Combustível (E.S.P.)**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/etanol/>>. Acesso em: 23 jul. 2012b.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira: café: safra 2012: segunda estimativa: maio 2012**. Brasília, DF, 2012a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar: safra 2012/2013: primeiro levantamento: abril de 2012**. Brasília, DF, 2012b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira: grãos: safra 2011/ 2012: décimo levantamento: julho 2012**. Brasília, DF, 2012c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S. A. **Trading analysis information**. São Paulo, 2012.

INFORMATIVO CONJUNTURAL. Culturas do feijão. [S.L.]: Centro de Inteligência do Feijão, dez. 2011. Acesso em: 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.cifeijao.com.br/arquivos/Analise%20CiFeij%2001-06-20122.pdf>>. Acesso em: 2012.

3.2.2 - Pecuária

Os preços do boi gordo continuaram a cair no segundo semestre de 2012, com a escassez de chuvas em algumas das principais regiões produtoras, que levou a maioria dos produtores a vender os bois prontos para o abate, fazendo o indicador ESALQ/BM&FBovespa para o mês de abril fechar em R\$ 93,91/@, baixa de 1,1% em relação ao último dia de março de 2012. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012a). Em maio, as cotações oscilaram, com negociações lentas no mercado; quem tinha animais terminados no pasto preferiu vendê-los, já que o clima não possibilitaria seu ganho de peso, fazendo a cotação cair novamente 1,1% em relação a abril, para R\$ 92,86/@. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012c). Em junho, pelos mesmos motivos do mês anterior, o indicador reduziu-se em 0,2%, ficando em R\$ 92,69/@, acumulando uma queda geral, no segundo trimestre, de 2,3%. (AGROMENSAL CEPEA ESALQ, 2012b).

O preço do leite subiu 1,1% em abril, indo para 0,8676/l, devido à oferta mais restrita do período de entressafra, em que há redução de pastagens. (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2012b). Em maio, o preço médio pago pelo leite aos produtores aumentou 0,8% em relação ao mês anterior, indo para R\$ 0,8742/l. Apesar dos aumentos de preço, a margem do produtor ficou menor pelo aumento dos custos de produção. Neste mês, a segunda maior redução nacional na captação aconteceu na Bahia (-5,4%), em função da estiagem, ficando 20% abaixo do índice de 2011. (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2012a). Em junho, mesmo em entressafra, o preço do leite caiu 2,1%, para R\$ 0,8561/l, por conta das vendas fracas da indústria láctea, enquanto os custos de produção continuaram a subir, chegando ao maior nível desde janeiro de 2008, em razão do aumento recor-

de do farelo de soja, que entra na composição do concentrado. Ao longo do trimestre, a queda acumulada no preço do leite foi de 0,2%. (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2012c).

Para o Nordeste, o preço médio da arroba bovina, segundo dados das Centrais de Apoio Operacional do BNB nos estados é de R\$ 97,65, com tendência de estabilidade em alguns estados e de elevação em outros, como em Sergipe, que está vendendo gado para suprir a atual indisponibilidade de animais para abate na Bahia. No caso do leite, a média do litro paga ao produtor neste período é de R\$ 0,78, com tendência de alta, em razão da chegada do período de entressafra, como no caso do Ceará, estado que foi recentemente incluído no levantamento nacional realizado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), no qual já figurava a Bahia.

Tabela 1 – Nordeste – Cotações Médias Atuais para Arroba do Boi Gordo e Litro de Leite Bovino – Abril de 2012

UF / Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	88,00	0,62
Piauí	91,50	0,85
Ceará	90,00	0,80
Rio Grande do Norte	110,00	0,80
Paraíba	90,00	0,75
Pernambuco	104,00	0,73
Alagoas	106,50	0,84
Sergipe	110,00	0,83
Bahia	98,50	0,73
Norte de Minas Gerais	88,00	0,81
Média da área de atuação do BNB	97,65	0,78

Fonte: Elaboração do BNB/Etene a partir dos Dados de 2012 da Conjuntura Econômica e Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste.

REFERÊNCIAS

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, abr. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 19 jul. 2012a.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, jun. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 19 jul. 2012b.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.], maio 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/05_maio/Pecuaria.htm>. Acesso em: 19 jul. 2012c.

BM&FBOVESPA. **Cotações on line:** boi gordo. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&page_type=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGl>. Acesso em: 24 jul. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **CEPEA/leite:** apesar de entressafra, agentes esperam recuo nos preços. Piracicaba, 2012.

Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Maio_12.doc>. Acesso em: 20 jul. 2012a.

_____. **CEPEA/leite:** captação cai 4%, mas preço ao produtor aumenta só 1%. Piracicaba, 2012.

Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Abr_12.doc>. Acesso em: 20 jul. 2012b.

_____. **CEPEA/leite:** em plena entressafra, preço cai 2% e custo de produção é o maior da série. Piracicaba, 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Junho_12.doc>. Acesso em: 20 jul. 2012c.

3.2.3 - Agronegócio

3.2.3.1 - Desempenho do faturamento

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) alcançará R\$ 296 bilhões em 2012, resultado 4,6% maior em relação ao ano anterior, que em termos absolutos representa aproximadamente um acréscimo de R\$ 13 bilhões. (Tabela 1). No entanto, o aumento do VBP teve como causa principal o efeito dos reajustes de preços dos mercados agrícolas em resposta à restrição de oferta. Produtos de grande peso no cálculo do VBP como, por exemplo, arroz e soja, tiveram a estimativa de safra reduzida por razão da estiagem.

O VBP das lavouras agrícolas temporárias sofreu redução de 0,2% atribuída à forte queda das safras de soja e cana-de-açúcar. De modo geral, os produtos agrícolas cresceram 2,0%, o que significa o incremento absoluto de R\$ 3,5 bilhões. Por sua vez, os

produtos pecuários destacam-se pelo crescimento de 8,9% em relação a 2011. Contudo, a tendência é a de desaceleração, puxada pelo recuo dos preços pecuários e pela crise da suinocultura.

Tabela 1 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2011 e 2012

R\$ Milhões de junho/12

Produtos	2011	2012	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	177.798	181.314	2,0	3.515
- lavouras temporárias (1)	142.353	142.021	-0,2	-332
- lavouras permanentes (2)	35.445	39.292	10,9	3.847
grãos (3)	78.793	78.947	0,2	154
outras lavouras	99.005	102.366	3,4	3.361
Pecuários	106.191	115.638	8,9	9.447
- carnes (4)	85.928	93.785	9,1	7.858
- derivados (5)	20.263	21.853	7,8	1.590
Total	283.989	296.952	4,6	12.963

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do IBGE (2012a, 2012b).

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha de caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

Face à repercussão dos efeitos climáticos na região, o Nordeste perderá participação no VBP nacional. No segmento agrícola, o recuo será de 0,4% (de 15,2% para 14,8%), destacando-se a queda de 3,7% da lavoura temporária nordestina que influenciou, inclusive, a retração do valor nacional de 0,2% do mesmo segmento. O VBP pecuário, comparativamente, manterá a participação de 11%.

Prevê-se que o valor da produção agropecuária do Nordeste crescerá 1,9% em relação ao ano anterior. O valor da produção agrícola regional deverá passar de R\$ 38,7 bilhões para R\$ 39,4 bilhões no período. (Tabela 2).

Cabe salientar, no entanto, que das 27 culturas que tiveram suas safras reavaliadas, 14 apresentaram reduções de produção. Impactaram positivamente as culturas de castanha-de-caju (43,1%), de café (16,5%) e de pimenta-do-reino (12,2%) e negativamente a de girassol (-98,8%), de batata inglesa (-83,6%) e de mamona (-59,8%).

A partir desta edição de BNB Conjuntura Econômica, o cálculo das quantidades pecuárias passará a ser corrigido pelo coeficiente de variação sazonal estimado por meio dos dados da pesquisa de produção pecuária trimestral do IBGE, de modo a medir com maior precisão as oscilações da produção do setor.

Tabela 2 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2011 E 2012

Produtos	Unidade	2011	2012	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2011	2012	2011	2012
Lavoura temporária (a)							
Brasil						142.353.496	142.021.316
Nordeste						18.958.941	18.248.801
Abacaxi	Mil frutos	609.913	632.197	0,87	0,92	531.630	582.223
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.702.133	1.748.385	1,07	1,13	1.826.488	1.982.240
Alho	Tonelada	9.394	6.146	3,96	4,18	37.155	25.683
Amendoim (em casca)	Tonelada	14.196	7.589	1,16	1,22	16.445	9.289
Arroz (em casca)	Tonelada	1.165.211	751.507	0,63	0,66	732.296	499.012
Batata doce	Tonelada	179.076	179.076	0,60	0,63	107.100	113.158
Batata inglesa	Tonelada	344.039	53.470	0,80	0,85	275.612	45.258
Cana-de-açúcar	Tonelada	72.955.694	72.300.253	0,06	0,07	4.654.172	4.873.253
Cebola	Tonelada	283.337	278.792	0,86	0,91	244.575	254.264
Fava (em grão)	Tonelada	6.667	6.667	2,55	2,70	17.030	17.994
Feijão (em grão)	Tonelada	818.436	367.135	2,02	2,14	1.655.703	784.729
Fumo (em folha)	Tonelada	17.901	16.833	3,36	3,55	60.207	59.818
Girassol	Tonelada	1.131	13	0,86	0,91	970	12
Mamona (baga)	Tonelada	108.428	41.305	1,02	1,08	111.105	44.719
Mandioca	Tonelada	7.904.634	7.767.654	0,20	0,21	1.604.911	1.666.307
Melancia	Tonelada	701.213	701.213	0,38	0,40	266.375	281.443
Melão	Tonelada	456.686	456.686	0,73	0,77	333.422	352.282
Milho (em grão)	Tonelada	5.040.807	4.586.362	0,40	0,42	2.010.484	1.932.701
Soja (em grão)	Tonelada	6.228.019	6.341.748	0,62	0,65	3.855.767	4.148.258
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	190.246	100.171	0,35	0,37	66.217	36.838
Tomate	Tonelada	611.764	566.457	0,90	0,95	551.276	539.322
Lavoura permanente (b)							
Brasil						35.444.826	39.292.255
Nordeste						8.035.652	8.496.922
Abacate	Tonelada	9.480	9.480	0,56	0,59	5.309	5.609
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	168	168	0,98	1,03	164	173

continua

Tabela 2 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2011 E 2012 conclusão

Produtos	Unidade			Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Banana	Tonelada	2.778.923	2.681.172	0,54	0,57	1.505.713	1.534.922
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	34.175	34.175	1,96	2,07	66.831	70.611
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	156.289	140.667	5,72	6,05	894.692	850.812
Café (beneficiado)	Tonelada	156.836	172.878	3,97	4,19	622.507	724.994
Caqui	Tonelada	119	119	1,63	1,73	194	205
Castanha-de-caju	Tonelada	226.330	306.509	1,18	1,25	267.977	383.437
Coco-da-baía	Mil frutos	1.382.552	1.362.041	0,45	0,47	620.315	645.679
Dendê (coco)	Tonelada	231.272	231.272	0,18	0,19	41.655	44.011
Goiaba	Tonelada	130.474	130.474	0,70	0,74	91.479	96.654
Guaraná (semente)	Tonelada	3.026	2.540	5,92	6,25	17.907	15.882
Laranja	Tonelada	1.940.390	1.941.271	0,32	0,33	613.685	648.692
Limão	Tonelada	83.859	83.859	0,48	0,51	40.525	42.817
Maçã	Tonelada	415	415	1,06	1,12	440	465
Mamão	Tonelada	1.170.569	1.170.569	0,89	0,94	1.036.844	1.095.492
Manga	Tonelada	846.530	846.530	0,54	0,57	456.918	482.763
Maracujá	Tonelada	699.242	699.242	0,89	0,94	621.229	656.368
Marmelo	Tonelada	250	250	1,74	1,84	435	459
Palmito	Tonelada	20.320	20.320	0,39	0,41	7.823	8.266
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.149	4.407	4,06	4,29	16.831	18.889
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	283.141	250.118	0,97	1,03	275.952	257.556
Tangerina	Tonelada	41.267	41.267	0,45	0,48	18.701	19.759
Urucum (semente)	Tonelada	2.447	2.447	1,90	2,01	4.649	4.912
Uva	Tonelada	273.832	285.067	2,95	3,11	806.877	887.495
Agricultura							
Brasil						177.798.322	181.313.571
Nordeste						26.994.593	26.745.723
Pecuária							
Brasil						106.191.066	115.638.386
Nordeste						11.699.880	12.672.596
Carne bovina	Tonelada	1.100.991	1.117.276	6,62	6,99	7.284.147	7.810.003
Frango	Tonelada	1.156.795	1.243.993	1,95	2,06	2.260.278	2.568.142
Leite	Milhões de litros	3.181	3.276	0,84	0,88	2.662	2.897
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	10.396	10.906	2,56	2,71	887.277	983.458
Suínos	Tonelada	393.856	385.313	3,21	3,39	1.265.516	1.308.097
Agropecuária							
Brasil						283.989.388	296.951.957
Nordeste						38.694.473	39.418.320
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						13,3	12,8
Lavoura permanente (b)						22,7	21,6
Agricultura (c)						15,2	14,8
Pecuária (d)						11,0	11,0
Agropecuária (c + d)						13,6	13,3

Fontes: IBGE (2012a, 2012b) e AgraFNP (2011).

Nota: Valores a Preços de Junho de 2012.

No tocante às participações estaduais no VBP do Nordeste, os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão respondem por 74,4% (R\$ 29,3 bilhões) do VBP da Região, ou seja, os demais representam pouco mais de 25% do total, R\$10,1 bilhões. (Tabela 3).

A Bahia, com R\$ 7,3 bilhões, e o Maranhão, com R\$ 2,4 bilhões, foram os estados

mais importantes na composição do VBP das lavouras temporárias regionais, enquanto a Bahia (R\$ 4,9 bilhões) e Pernambuco (R\$ 1,3 bilhão) exerceram esse mesmo papel no VBP das lavouras permanentes. Estes mesmos estados também foram predominantes na pecuária, com R\$ 4,3 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, respectivamente.

Tabela 3 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2012 R\$ Milhões Jun./2012

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
MA	2.465	13,5	80	0,9	2.545	9,5	1.591	12,6	4.136	10,5
PI	1.631	8,9	121	1,4	1.751	6,5	888	7,0	2.639	6,7
CE	762	4,2	909	10,7	1.671	6,2	1.599	12,6	3.270	8,3
RN	733	4,0	292	3,4	1.025	3,8	447	3,5	1.472	3,7
PB	904	5,0	224	2,6	1.128	4,2	624	4,9	1.751	4,4
PE	1.633	8,9	1.322	15,6	2.954	11,0	2.318	18,3	5.272	13,4
AL	2.050	11,2	82	1,0	2.132	8,0	435	3,4	2.567	6,5
SE	751	4,1	496	5,8	1.246	4,7	415	3,3	1.662	4,2
BA	7.320	40,1	4.972	58,5	12.292	46,0	4.356	34,4	16.649	42,2
BA+PE+CE+MA	12.180	66,7	7.283	85,7	19.463	72,8	9.864	77,8	29.327	74,4
Demais	6.069	33,3	1.214	14,3	7.283	27,2	2.809	22,2	10.091	25,6
Soma	18.249	100,0	8.497	100,0	26.746	100,0	12.672	100,0	39.418	100,0

Fontes: IBGE (2012a, 2012 b) e AgraFNP (2011).

REFERÊNCIAS

AGRAFNP. **Anualpec:** anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat.** Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

IBGE. **SIDRA:** levantamento sistemático da produção agrícola municipal. [S.l.],

2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=LA&z=t&o=26>>. Acesso em: 26 jul. 2012a.

_____. **SIDRA:** produção agrícola municipal 2010. [S.l.], [2010?]. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/default.shtm>>. Acesso em: 27 jul. 2012b.

3.3 - Produção Industrial do Brasil

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a atividade industrial brasileira recuou 0,9% em maio frente a abril, a terceira variação negativa consecutiva nesse tipo de comparação. Nas comparações interanuais, os resultados foram também insatisfatórios. (Gráfico 1).

Comparativamente a maio de 2011, constatou-se uma queda de 4,7%. Nessa base de comparação, dezessete das vinte e sete atividades assinalaram decréscimo, a maior para veículos automotores, com variação negativa de 16,8%. Vale mencionar que 75% dos produtos pesquisados no setor apresentaram queda.

O recuo na produção da indústria automobilística ocorreu a despeito das medidas adotadas para estimular a produção local. Uma dessas medidas foi o aumento de 30 pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis im-

portados desde dezembro de 2011, que engendrou uma queda de 34,2% nas compras internacionais de veículos no acumulado janeiro-maio, totalizando US\$ 1,495 bilhão. Esse valor não inclui as importações provenientes da Argentina e do México, não atingidas pelo aumento do IPI. A medida se aplica apenas para automóveis que não possuem 65% de peças fabricadas no Brasil, Mercosul e México. (SILVA, 2012).

Essa medida vem estimulando a construção de fábricas locais. É o caso do contrato de licença e transferência de tecnologia assinado entre a brasileira CN Auto e a fabrican-

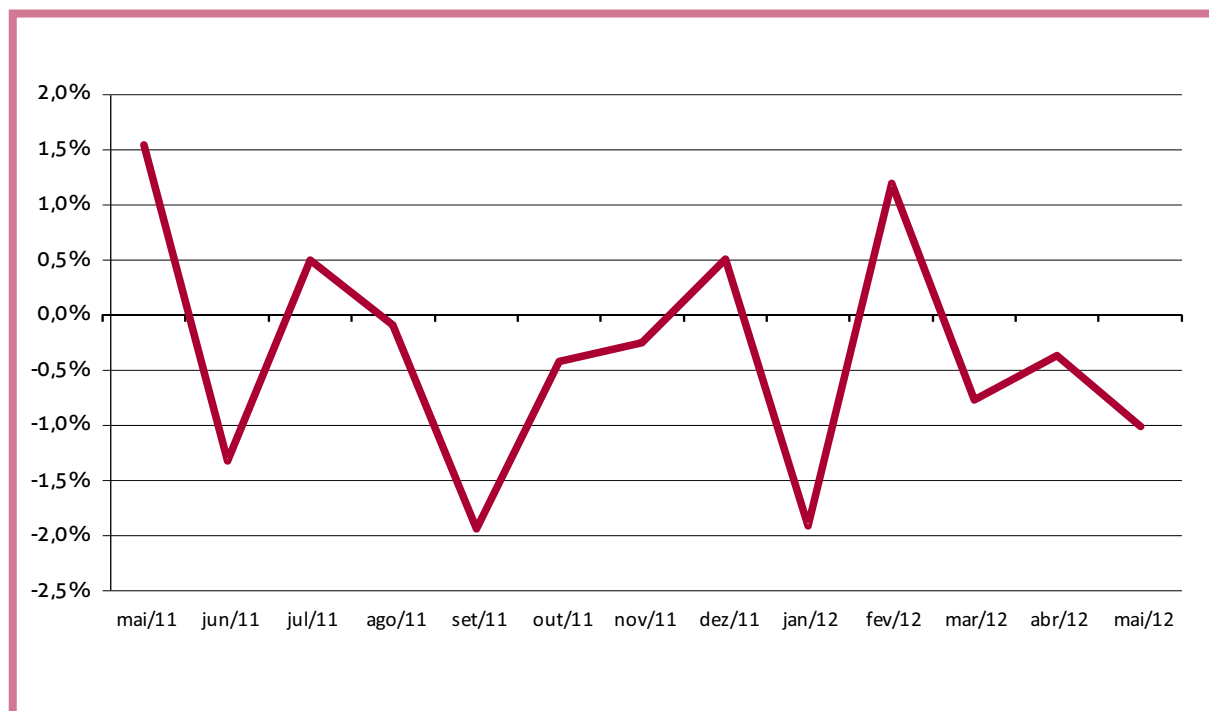


Gráfico 1 – Brasil – Produção Física Industrial, Mês/Mês Imediatamente Anterior. Maio de 2011 a Maio de 2012

Fonte: IBGE (2012).

te chinesa de veículos *Hafei Motor Company* que prevê a produção de automóveis da nova linha de modelos *Towner* a partir de 2014 em Linhares, Espírito Santo. Na primeira fase, serão investidos R\$ 250 milhões com recursos próprios e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). De acordo com o presidente da *Hafei Motor*, Liu Zhengjun, a produção doméstica possibilitará uma diminuição dos gastos relativos ao pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados. (FÁBRICA..., 2012).

Por categoria de uso, o pior desempenho ficou com o segmento de bens de capital, com diminuição de 12,2%, superior à média nacional, seguido por bens de consumo duráveis (-9,5%), bens intermediários (-2,7%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-2,7%).

No acumulado do ano, a produção industrial registrou retração de 3,4%, por conta das variações negativas de quinze das vinte e sete atividades pesquisadas. Os maiores recuos vieram de veículos automotores (-18,1%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação (-16,0%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-9,4%).

Dentre as categorias de uso, bens de capital (-12,0%), bens de consumo duráveis (-10,0%) e bens intermediários (-2,0%) assinalaram decréscimos. Já o segmento de bens de consumo semiduráveis e não duráveis (0,0%) apresentou estabilidade nesse indicador.

Entre outros fatores, o baixo desempenho da produção industrial está associado à trajetória de queda da produtividade a partir do segundo semestre de 2010. A produtividade média registrou queda de 0,8% entre junho de 2011 e maio de 2012 comparativamente ao período anterior. (SALÁRIO..., 2012). De acordo com o IEDI,

a queda na produtividade reduz a capacidade das empresas de absorver aumentos de custos sem repassá-los aos preços. Num ambiente de concorrência acirrada com importados, muitas são levadas a reduzir a margem de lucro ou fazer demissões. (SALÁRIO..., 2012).

Nesse cenário, observa-se que a expansão da demanda interna no período recente está beneficiando principalmente o setor importador em detrimento da produção doméstica. Os dados levantados pelo Banco Central (BC) no seu último relatório de inflação confirmam esse fato. (RELATÓRIO DE INFLAÇÃO, 2012). O estudo procurou analisar a importância da produção industrial e dos importados no consumo doméstico. Os resultados são pouco favoráveis à produção doméstica. De fato, a participação dos importados no incremento anual do consumo de bens industriais saltou de 40% em 2008 para 100% em 2011.

Por categoria de uso, constata-se que o consumo de bens duráveis cresceu 21,8% entre 2008 e 2011. Entretanto, a produção interna aumentou apenas 5% nesse período, enquanto as importações registraram um incremento de 167,2%. No segmento de bens de capital, o consumo teve alta de 44,3%, de 2008 a 2011. Esse dinamismo favoreceu, sobretudo, as importações, que apresentaram uma expansão de 87,5%. Já a produção doméstica teve uma alta de apenas 17,8% no período. O crescimento do consumo de "não duráveis" foi de 8,7% no quadriênio analisado. Contudo, a produção assinalou um acréscimo de somente 5%, ao passo que as compras internacionais do segmento registraram expansão de 62,3%.

No primeiro semestre de 2012, observa-se a continuidade do crescimento no processo, pois as importações industriais, em um contexto de arrefecimento do consumo. Isto significa que os produtos importados estão ampliando sua participação no mercado.

Uma das implicações da substituição da produção doméstica por importados é o aumento da ociosidade. Por categoria de uso, três segmentos reduziram o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) em maio de 2012, comparativamente ao mes-

mo mês do ano anterior, com ênfase para bens de capital. O único segmento que registrou estabilidade no NUCI foi o de bens de consumo duráveis, o que pode significar uma reação às medidas de estímulo fiscais e monetárias do governo.

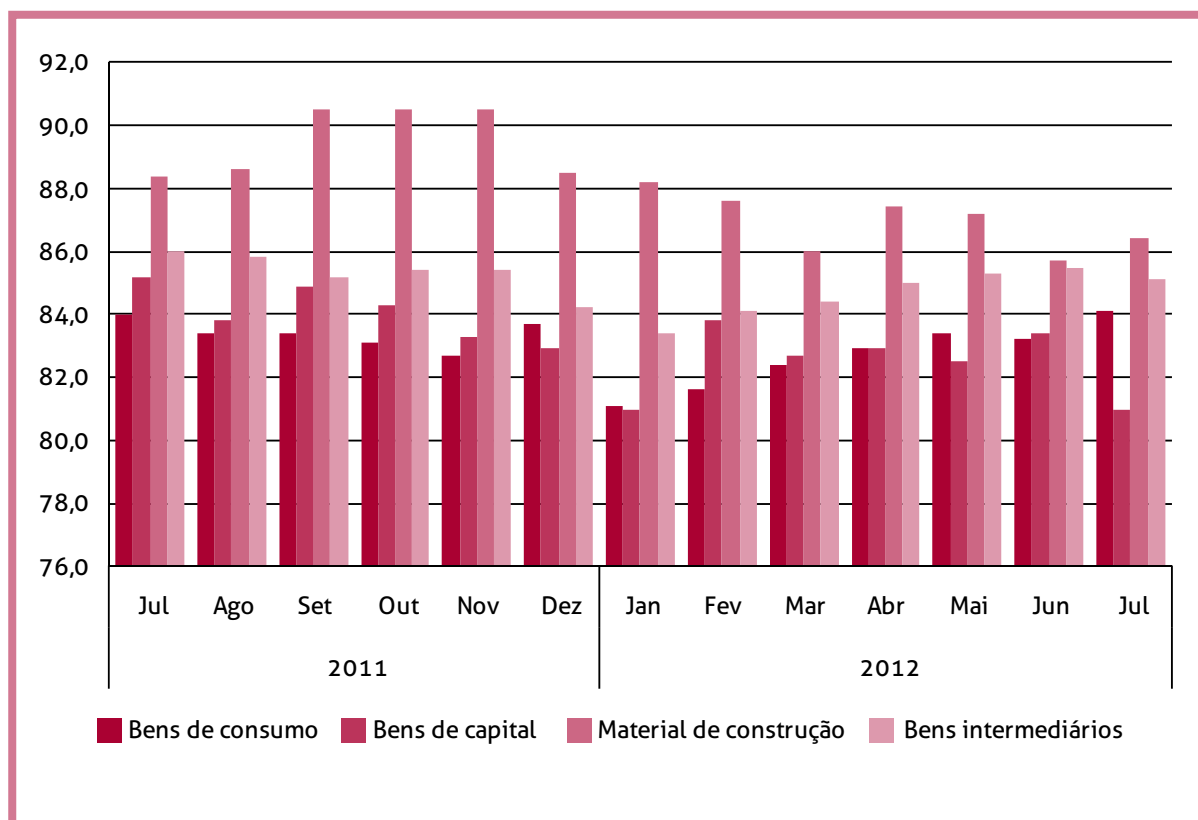


Gráfico 2 – Brasil: Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal por Categoria de Uso. Maio de 2011 a Maio de 2012

Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados: utilização média da capacidade instalada. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

FÁBRICA de R\$ 250 mi produzirá veículos da marca Towner no ES. Global 21, 25 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/noticias/2019070/1/fabrica-de-r-250>

-mi-produzira-veiculos-da-marca-towner-no-es>. Acesso em: 25 jul. 2012.

IBGE. Pesquisa industrial mensal: produção física. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2012.

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, v. 14, n. 2, jun. 2012. 145 p. Disponível em: <www.bcb.gov.br/htms/re

linf/port/2012/06/ri201206P.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SALÁRIO sobe mais que desempenho da indústria. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2012. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2012/iedi_na_imprensa_20120725_salario_sobe_mais_que_

desempenho_na_industria.html>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SILVA, C. Alta do IPI freia carros importados. **Global 21**, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/noticia/2018846>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

3.3.1- Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial nordestina assinalou retração de 0,6% em maio de 2012 em relação a abril, o terceiro recuo seguido nessa base de comparação. (IBGE, 2012). No indicador mês mesmo mês do ano anterior, o resultado de maio também foi negativo, com queda de 0,6% em relação a maio de 2011. Em contrapartida, a atividade industrial na Região apresenta incremento de 2,4% no acumulado dos cinco primeiros meses de 2012.

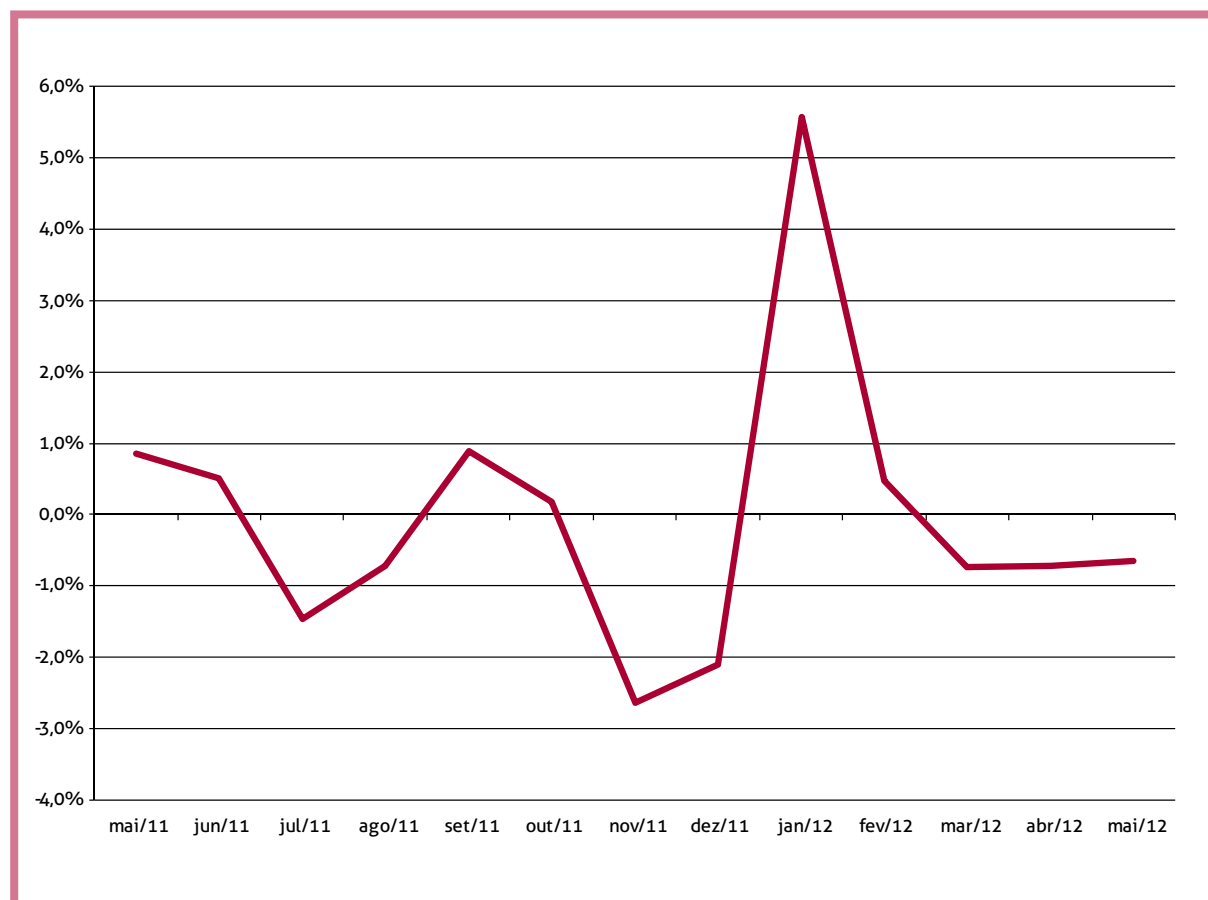


Gráfico 1 – Nordeste – Produção Física Industrial - Maio de 2011 a Maio de 2012 - Indicador Mês Imediatamente Anterior

Fonte: IBGE (2012).

No indicador mensal, a economia nordestina assinalou decréscimo pelo terceiro mês consecutivo. Em maio, sete dos onze segmentos pesquisados apresentaram declínio, com ênfase para têxtil (-12,5%), produtos químicos (-3,1%) e metalurgia básica (-6,8%).

A desvalorização cambial observada em 2012, assim como as medidas de incentivo anunciadas pelo governo, como a desoneração da folha de pagamento, não foram suficientes para reverter os resultados negativos da indústria têxtil nordestina. No estado do Ceará, principal produtor têxtil da região, o recuo no mês de maio no confronto com igual mês do ano anterior chegou a 21,6%. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a produção têxtil caiu 22,1%.

A falta de competitividade da indústria cearense em um contexto de demanda interna aquecida estimula o crescimento das

importações de produtos semiacabados e acabados, principalmente da Ásia. De fato, as importações do Estado, de produtos têxteis, permanecem elevadas. Em contrapartida, as exportações do setor foram prejudicadas pela crise econômica mundial e o protecionismo de países tradicionalmente importadores, como a Argentina.

Diante desse cenário, o governo federal continua anunciando medidas com o objetivo de estimular as produções nacional e regional dos segmentos intensivos em mão de obra (vestuário, calçado e têxtil). Recentemente, o governo publicou um decreto que aumenta de 8% para 20% a margem de preferência a produtos vinculados a esses segmentos nas compras governamentais. O produto doméstico terá preferência de compra, mesmo no caso de seu custo de produção superar em até 20% o do estrangeiro. (UNIÃO, 2012).

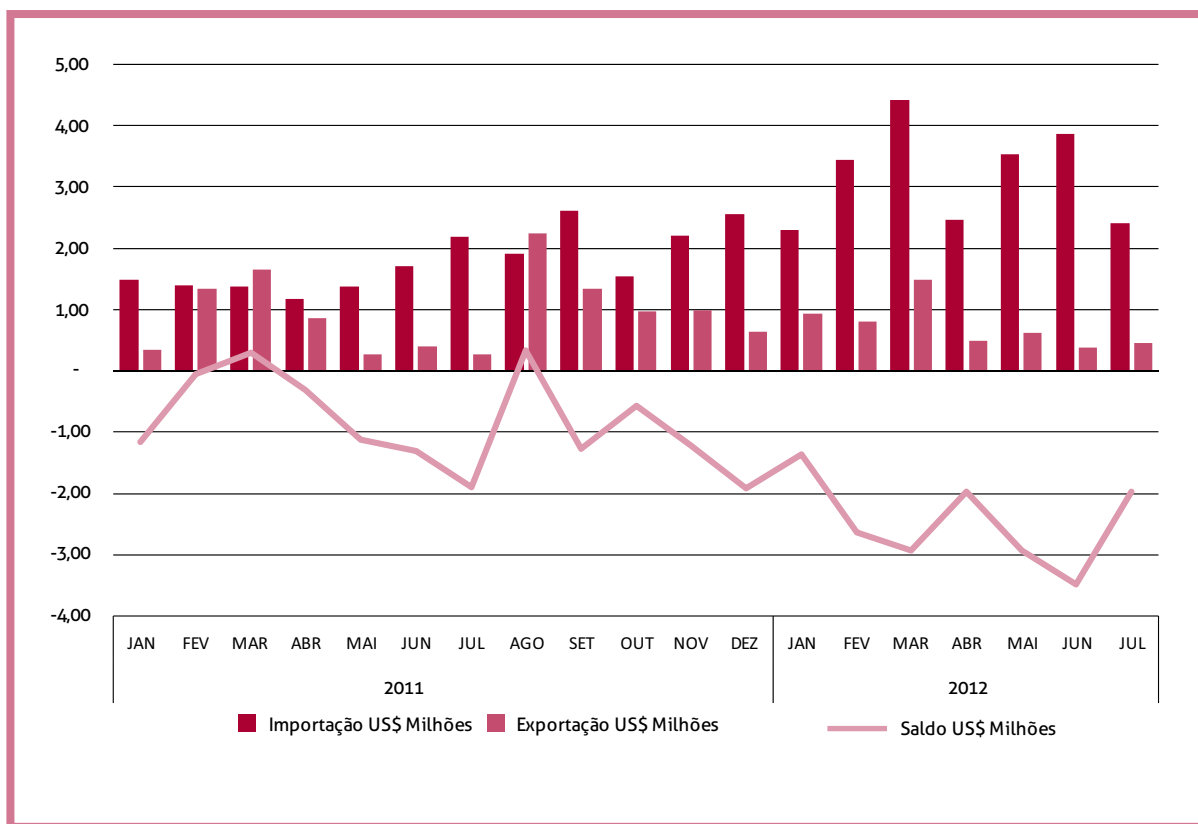


Gráfico 2 – Ceará – Exportações e Importações da Indústria Têxtil – Janeiro de 2011 a Julho de 2012

Fonte: Brasil (2012a).

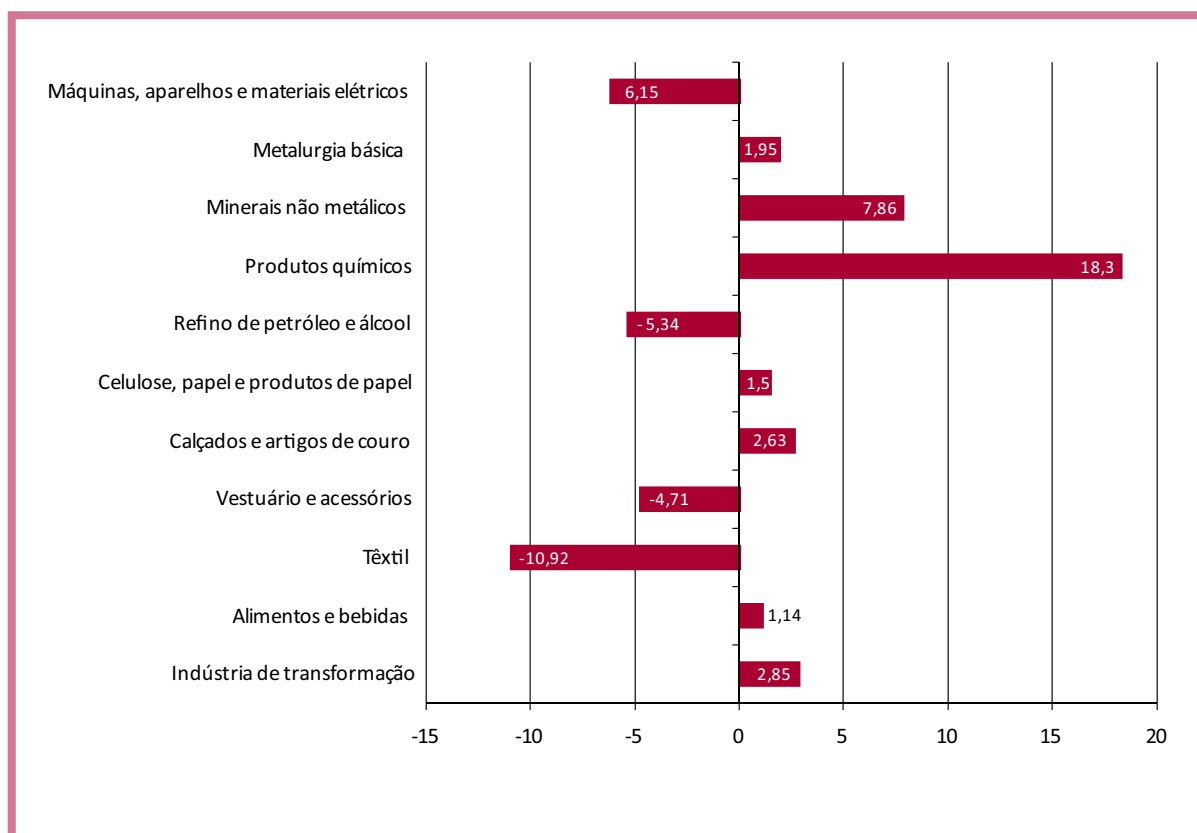


Gráfico 3 – Nordeste – Classe e Gêneros da Indústria de Transformação – Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE (2012).

Já no acumulado janeiro-maio, seis dos onze ramos investigados assinalam variação positiva. As maiores contribuições foram verificadas nas atividades de produtos químicos (18,3%), minerais não metálicos (7,9%) e alimentos e bebidas (1,1%). Em sentido contrário, refino de petróleo e produção de álcool (-5,9%) e metalurgia básica (-5,9) exerceram as principais influências negativas.

O crescimento significativo de produtos químicos na Região deve-se, sobretudo, ao desempenho da indústria química/petroquímica baiana, que teve incremento de 21% nesse tipo de comparação. Esse resultado decorre, em grande parte, da base de comparação deprimida em função das paralisações causadas pelo desligamento do setor elétrico em fevereiro de 2011.

O desempenho da indústria baiana de produtos químicos está em sintonia com

a trajetória nacional. Dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) revelam que o índice de produção apresentou expansão de 4,6% no primeiro semestre de 2012, enquanto as vendas internas assinalaram alta de 8,7%.

Na avaliação da Abiquim (2012), os números favoráveis, sobretudo no primeiro trimestre, refletem

a reposição de estoques em diversas cadeias consumidoras de produtos químicos e também pela ocorrência de compras preventivas, motivadas pelas expectativas de elevação dos preços de produtos químicos derivados do petróleo e da nafta petroquímica no mercado internacional.

Ademais, a Associação considera que a desvalorização do real frente ao dólar e ao euro permitiu um ganho de competitividade da produção nacional em relação às importações. (ABIQUIM, 2012).

Entretanto, a desaceleração na produção e nas vendas do setor verificada no segundo trimestre parece indicar a redução da demanda externa em função da crise econômica internacional e da queda da demanda doméstica de importantes ramos consumidores de produtos químicos.

No caso da indústria nordestina de refino de petróleo e produção de álcool, a conjuntura é de retração. A menor fabricação de óleo diesel e naftas para petroquímica pressionou negativamente esse segmento na primeira metade do ano.

Grande parte desse resultado reflete a queda de 6,1% da produção de derivados de petróleo no estado da Bahia, com ênfase para a retração de óleo diesel (-11,8%), óleo combustível (-10,4%) e nafta (-18,8%). A parada programada de manutenção da unidade 6 da Refinaria Landulpho Alves (RLAM)

explica esse recuo. (FIEB, 2012). Em contrapartida, constata-se um forte incremento das importações de produtos vinculados a esse segmento, com destaque para óleo diesel e gasolina.

Esse cenário regional segue a tendência nacional de crescimento substancial das compras internacionais de combustíveis no primeiro semestre. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as importações de combustíveis e lubrificantes cresceram 11,4% no acumulado janeiro-julho. (BRASIL, 2012b). A expansão das importações em um cenário de crescimento do consumo doméstico torna urgente a realização de investimentos em refinarias. Vale destacar que, há três décadas, não se inaugura uma refinaria no país.

Entretanto, no Plano de Negócios aprovado pela Petrobras, para o período de 2012-

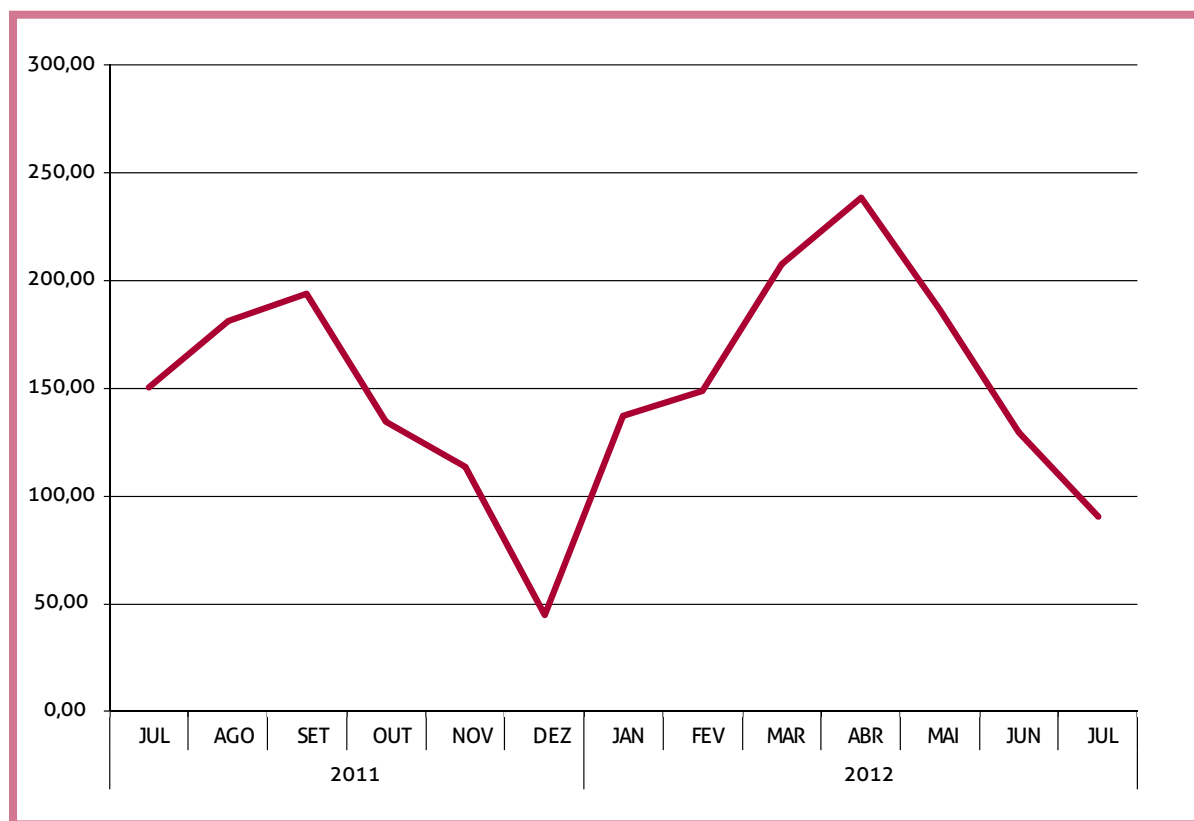


Gráfico 4 – Bahia – Importação de Produtos do Segmento de Refino de Petróleo e Produção de Álcool – Julho de 2011 a Julho de 2012

Fonte: Brasil (2012a).

2016, um montante de US\$ 27,8 bilhões foi colocado em avaliação. (TORRES, 2012). Desse total, 50% estão associados com o segmento de Refino, Transporte e Comercialização, o que implica a reavaliação do orçamento e cronograma dos projetos das refinarias do Ceará (Premium II) e do Maranhão (Premium I). O objetivo da reavaliação é adequar os projetos aos parâmetros internacionais de preços, prazo e utilização de tecnologia padronizada. (ABIQUIM, 2012).

No caso do Ceará, o governador Cid Gomes recebeu a informação de executivos vinculados à coreana Dongkuk do possível interesse da também coreana GS Caltex de estabelecer parceria com a Petrobras para a construção da refinaria Premium II. Vale mencionar que a GS Caltex é a segunda Companhia da Coreia do Sul no segmento de refinarias.

De acordo com o governador, a presidente da Petrobras, Maria Graça Foster, sinalizou a possibilidade de antecipação do cronograma caso sejam viabilizadas parcerias. A refinaria Premium II terá capacidade de processar 300 mil barris de petróleo por dia.

A realização desses investimentos na área de refino torna-se crucial para reduzir o descompasso entre oferta e demanda de derivados de petróleo. O aumento da demanda doméstica por combustíveis engendra um incremento das importações, tornando o país vulnerável às variações dos preços internacionais. A alta recente dos preços externos tem sido a grande responsável pelo prejuízo de R\$ 1,3 bilhão da Petrobras no segundo trimestre de 2012, já que a companhia compra combustível com preço mais alto do que o de revenda. Os reajustes nos preços internos têm como objetivo corrigir essa defasagem entre os preços.

Em suma, o primeiro semestre de 2016 mostra um crescimento importante da economia nordestina, na contramão do recuo da indústria no plano nacional. Entretanto, vale destacar que segmentos intensivos em mão de obra e representativos na estrutura industrial da região Nordeste, como têxtil e vestuário, continuam a apresentar resultados desfavoráveis. A expectativa é que esses setores reajam no segundo semestre às medidas fiscais e monetárias anunciadas pelo governo.

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. Relatório de Acompanhamento Conjuntural: RAC: julho 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.abiquim.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 7 ago. 2012a.

_____. Balança comercial mensal: julho 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2012b.

FIEB. Relatório de análise setorial da indústria baiana. Salvador, 2012. Disponível em: <[http://www.slideshare.net/SistemaFIEB/relatorio-de-anlise-setorial-da-industria-baiana-edio-04-2012](http://www.slideshare.net/SistemaFIEB/relatorio-de-analise-setorial-da-industria-baiana-edio-04-2012)>. Acesso em: 28 jul. 2012.

IBGE. Pesquisa Industrial Mensal: produção física regional: junho 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados>.

php?id_pesquisa=36>. Acesso em: 7 ago. 2012.

TORRES, Sergio. Ceará vai buscar parceria na Coreia para refinaria da Petrobrás. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2012. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,ceara-vai-buscar-parceria-na-coreia-para-refinaria->

-da-petrobras--,910207,0.htm>. Acesso em: 29 jul. 2012.

UNIÃO eleva proteção para confecções. **Valor Econômico**, 18 jun. 2012. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/6/18/uniao-eleva-protecao-para-confeccoes>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

3.4 - Desempenho do Comércio no Brasil

A presente análise do desempenho do comércio baseia-se no conceito de “volume de vendas” da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), que representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação. (IBGE, 2012).

A PMC reúne dados de 5.700 empresas sediadas no território nacional, com 20 ou mais empregados e receita bruta oriunda, predominantemente, da atividade comercial varejista. A presente análise do desempenho do comércio baseia-se no conceito de “volume de vendas” da PMC, que representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

A Tabela 1 mostra os resultados do comércio varejista e explicações sintéticas do desempenho de cada um dos grupos de atividades, dispostos em ordem decrescente de sua contribuição para a taxa global do varejo. Em maio, o comércio varejista restrito apresentou desempenho negativo de 0,8% em relação a abril de 2012; todavia, no acumulado de 2012, o crescimento foi de 9,0% no ano e de 7,3% nos últimos 12 meses. Com relação a maio de 2012, o comércio varejista restrito também cresceu 8,2% em relação a maio de 2011.

O comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veí-

culos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou os seguintes índices de desempenho em maio: desempenho negativo de 0,7% em relação a abril de 2012; crescimento de 4,2% em relação a maio de 2011 e, nos acumulados de 2012, de 5,8% no ano e de 5,3% nos últimos 12 meses.

Em geral, os resultados do comércio varejista até maio de 2012 foram influenciados por medidas governamentais de estímulo à demanda, destinadas a contrabalançar as expectativas desfavoráveis do cenário econômico, propiciando a expansão do poder de compra da população: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os produtos de linha branca; redução de taxas de juros e *spreads* bancários; manutenção do crédito. Destaquem-se, ainda, o aumento da massa salarial e da renda e a manutenção dos níveis de emprego e, claro, a ocorrência do Dia das Mães.

Tabela 1 – Índices de Desempenho (%) do Comércio Varejista no Brasil em 2012

Grupos de Atividades	Índices de Desempenho (%) ¹				Comentários
	A	B	C	D	
Varejista Restrito	-0,8	8,2	9,0	7,3	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,1	9,0	9,3	6,1	Com crescimento acumulado de 9,3% em 2012, o grupo continua a exercer o principal impacto na composição da taxa global de varejo (55,7%), impulsionado pelo aumento do poder de compra da população e do Dia das Mães.
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	9,3	13,8	14,9	Com crescimento acumulado de 13,8% em 2012 e o segundo maior impacto positivo na composição da taxa mensal de varejo (24,8%), esse desempenho se justifica, especificamente, pelo incentivo do governo ao consumo, mediante redução de alíquotas do IPI para a linha branca.
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	0,0	10,9	10,5	9,9	Com crescimento acumulado de 10,5% em 2012 e o terceiro maior impacto positivo na composição da taxa mensal de varejo ampliado (9,4%), o desempenho do grupo em patamar acima da média do grupo é explicado, especificamente, pelo caráter essencial e diversificação de seus produtos.
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,2	8,1	7,6	4,2	Com crescimento acumulado de 7,6% e o quarto maior impacto na composição da taxa mensal de varejo (9,4%), esse grupo de atividades, composto por lojas de departamentos, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos etc., foi bastante favorecido em maio pelo Dia das Mães.
Combustíveis e lubrificantes	-0,8	7,4	4,4	2,1	Com crescimento acumulado de 4,4% e a quinta maior contribuição na composição da taxa global de varejo (8,7%), o desempenho do grupo acima da média global deveu-se à queda de 4,4% dos preços dos combustíveis nos últimos 12 meses, segundo o IPCA.
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,5	17,3	28,1	26,4	Com crescimento acumulado de 28,1% e o sexto maior impacto na composição da taxa global de varejo (4,7%), o desempenho se deveu, especificamente, à ampliação de programas de inserção digital, à queda de 8,6% dos preços dos microcomputadores nos últimos 12 meses, segundo o IPCA, e à crescente importância dos produtos de informática e comunicação nos hábitos de consumo das famílias.
Tecidos, vestuário e calçados	0,3	3,8	1,2	1,6	Com desempenho acumulado de 1,2% e a sétima contribuição na composição da taxa global de varejo (4,4%), os resultados abaixo da média se explicam pelo aumento dos preços do setor de 6,2% nos últimos 12 meses, segundo o IPCA.
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,6	-3,6	2,3	3,1	Com índice de crescimento acumulado de 2,3% e impacto negativo (-0,2%) na composição da taxa global de varejo, o desempenho reflete, em boa parte, a sazonalidade na compra dos produtos.
Varejista Ampliado	-0,7	4,2	5,8	5,3	
Material de construção	-11,3	3,6	11,1	8,7	Com desempenho acumulado de 11,1% e a sétima maior contribuição na composição da taxa global de varejo (4,7%), o desempenho abaixo da média refletiu as incertezas do mercado e expectativas de redução das taxas de juros, que geram adiamento de investimentos.

continua

Tabela 1 – Índices de Desempenho (%) do Comércio Varejista no Brasil em 2012

conclusão

Grupos de Atividades	Índices de Desempenho (%) ¹				Comentários
	A	B	C	D	
Varejista Restrito	-0,8	8,2	9,0	7,3	
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,5	-2,5	-0,8	1,2	Com resultado negativo acumulado de -0,8% e a menor contribuição na composição da taxa global de varejo (-21,2%), o desempenho desse grupo não refletiu ainda as medidas de redução do IPI adotadas pelo governo, além das cautelas dos vendedores diante do crescimento da inadimplência.

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene, com base nos Dados do IBGE (2012), LCA Setorial (2012).

Índices de desempenho (com base no volume de vendas):

A) Índice Mês/Mês – maio./abr. 2012, série com ajuste sazonal.

B) Índice Mensal – maio 2012/2011; C) Índice Acumulado em 2012;

D) Índice Acumulado nos últimos 12 meses.

Entretanto, tais medidas não produziram os efeitos esperados sobre a demanda, diante da reduzida capacidade das famílias de assumirem novas dívidas: a taxa de inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) subiu pelo segundo mês consecutivo e atingiu 8% em maio; o endividamento das famílias também alcançou 43,3% em abril, com 22% de sua renda mensal comprometida com pagamento de dívidas. (LCA SETORIAL, 2012).

Comparando-se o índice mensal de maio de 2012 com o de 2011, dois grupos de atividades apresentaram decréscimos: livros, jornais, revistas e papelaria (-3,6%) e veículos, motocicletas, partes e peças (-2,5%). Os dois grupos de atividades com melhores desempenhos foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (17,3%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (10,9%).

3.4.1- Desempenho do comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio varejista por região. Considerando o resultado acumulado em 2012 do comércio varejista ampliado, o Gráfico 1 mostra seis estados nordestinos com desempenho superior ao do Brasil, de 5,8%, com destaque para Piauí (10,4%) e Bahia (7,8%), que, certamente, se recuperam dos resultados de 2011, abaixo da média nacional. O Rio Grande do Norte, com crescimento de apenas 3,6%, é o estado com o pior desempenho.

A PMC fornece a taxa de variação acumulada do comércio por atividade para Bahia, Ceará e Pernambuco. De acordo com a Tabela 2, Bahia sobressaiu até agora no comércio varejista ampliado, com crescimento de 7,8% em 2012. Os dois grupos de atividades com melhores resultados em cada estado foram: na Bahia, equipamentos e materiais para es-

critório, informática e comunicação (19,4%) e combustíveis e lubrificantes (13,2%); no Ceará, combustíveis e lubrificantes (18,8%) e móveis e eletrodomésticos (17,9%); e, em Pernambuco, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (35,1%) e material de construção (21,0%).

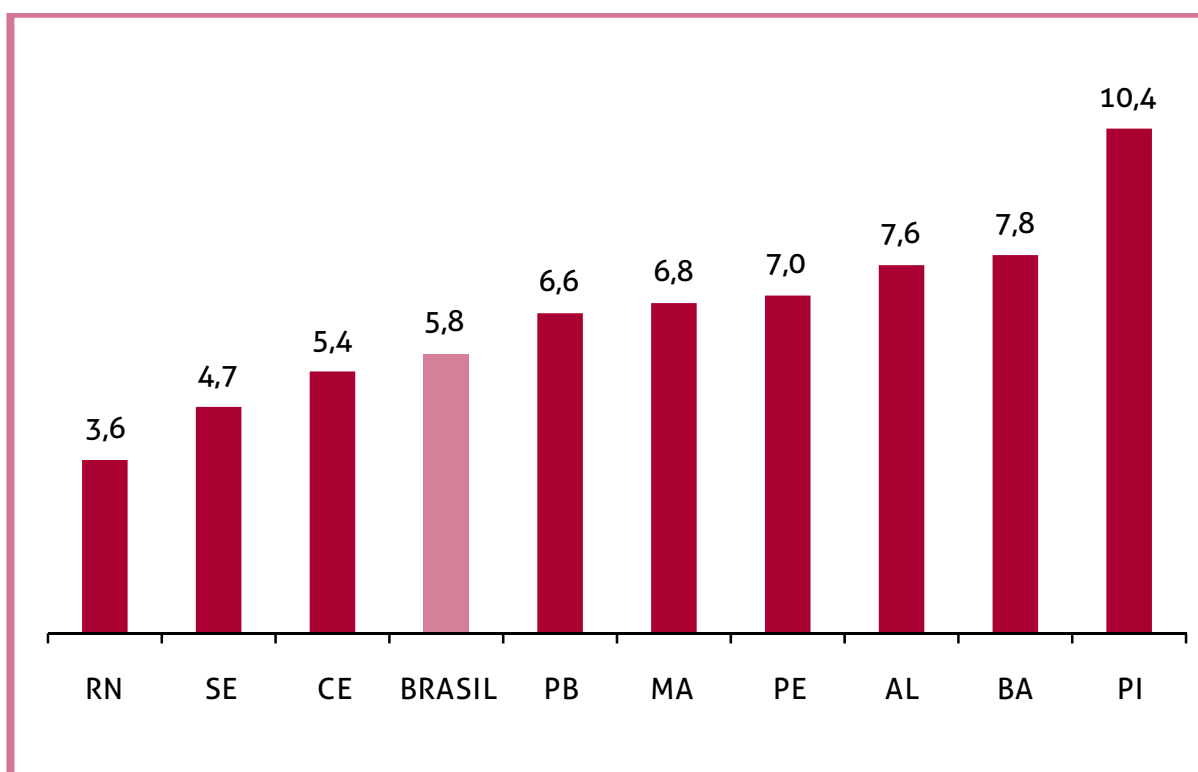


Gráfico 1 – Percentuais de Variação Acumulada do Comércio Varejista Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste - Janeiro a Maio de 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do IBGE (2012).

Tabela 2 – Percentuais de Variação Acumulada do Comércio Varejista na Bahia, Ceará e Pernambuco – Janeiro a Maio de 2012 ⁽¹⁾

Atividades	Bahia	Ceará	Pernambuco
Comércio Varejista Restrito	9,5	7,8	11,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	5,4	12,7	35,1
Móveis e eletrodomésticos	12,1	17,9	17,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-18,5	-6,8	13,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	11,5	-0,7	17,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,5	4,7	8,8
Tecidos, vestuário e calçados	5,7	3,4	7,9
Combustíveis e lubrificantes	13,2	18,8	8,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	19,4	-14,4	5,7
Comércio Varejista Ampliado	7,8	5,4	7,0
Material de construção	7,1	10,9	21,0
Veículos, motos, partes e peças	3,8	-1,1	-3,5

Fonte: Elaboração: da Equipe do BNB/Etene Conjuntura Econômica a partir dos Dados do IBGE (2012).

Base no ano: igual período do ano anterior = 100.

Embora os consumidores permaneçam cautelosos em suas decisões de compra no próximo trimestre, as perspectivas para o desempenho do comércio varejista no se-

gundo semestre são mais promissoras, como indicam alguns determinantes do consumo, como a manutenção da renda do trabalho e da taxa de desemprego em nível baixo (LCA

SETORIAL 2012), o recuo da inadimplência dos consumidores no mês de julho. (SERASA EXPERIAN, 2012).

Além disso, espera-se que algumas medidas tomadas pelo governo possam realmente suavizar os efeitos do fraco desempenho da indústria, segundo aponta relatório da LCA (LCA SETORIAL, 2012): o aumento expressivo

dos licenciamentos de veículos (com a perspectiva de prorrogação dos preços com IPI reduzido), a desoneração da folha de pagamento de alguns setores a partir de agosto (como têxtil, confecções, couro, calçados, móveis, autopeças, tecnologia da informação, dentre outros) e a redução das taxas de juros, motivada também pela intensidade competitiva entre os bancos.

REFERÊNCIAS



IBGE. **Pesquisa mensal de comércio**: fevereiro 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

LCA SETORIAL. **Relatório de crédito**: julho de 2012. [S.l.], 2012.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa Experian de inadimplência do consumidor**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

Mensalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para seis Regiões Metropolitanas (RMs) definidas. Em junho de 2012, excepcionalmente, a PME não foi divulgada para todas as Regiões Metropolitanas. A RM do Rio de Janeiro ficou de fora por conta de uma greve dos servidores do IBGE, que atrasou o cronograma de disponibilização dos dados. No entanto, o órgão de estatística não deixou de divulgar as informações para as demais regiões, embora, com ausência das informações para a referida RM e dos índices calculados para o agregado das regiões metropolitanas. Por conta disso, a análise dos dados será realizada para o mês de junho com dados oficiais para Recife e Salvador e, para maio, quando os dados de junho não puderem ser apresentados.

A PME para o mês de junho assinalou uma taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) estimada em 6,1%, variação de 0,1 ponto percentual (p.p.) com relação a maio de 2012. Quando comparado com junho de 2011, a taxa cai 0,3 p.p..

Os resultados para as duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas revelaram

que, em junho, a RM de Recife (6,3%) apresentou taxa de desemprego pouco acima da média do agregado das regiões metropolitanas, e Salvador (7,9%) continua registrando taxa de desemprego acima da média nacional. (Gráfico 1). Na comparação com junho de 2011, Recife assinalou decréscimo de 0,1 p.p., enquanto Salvador registrou declínio de 2,3 p.p..

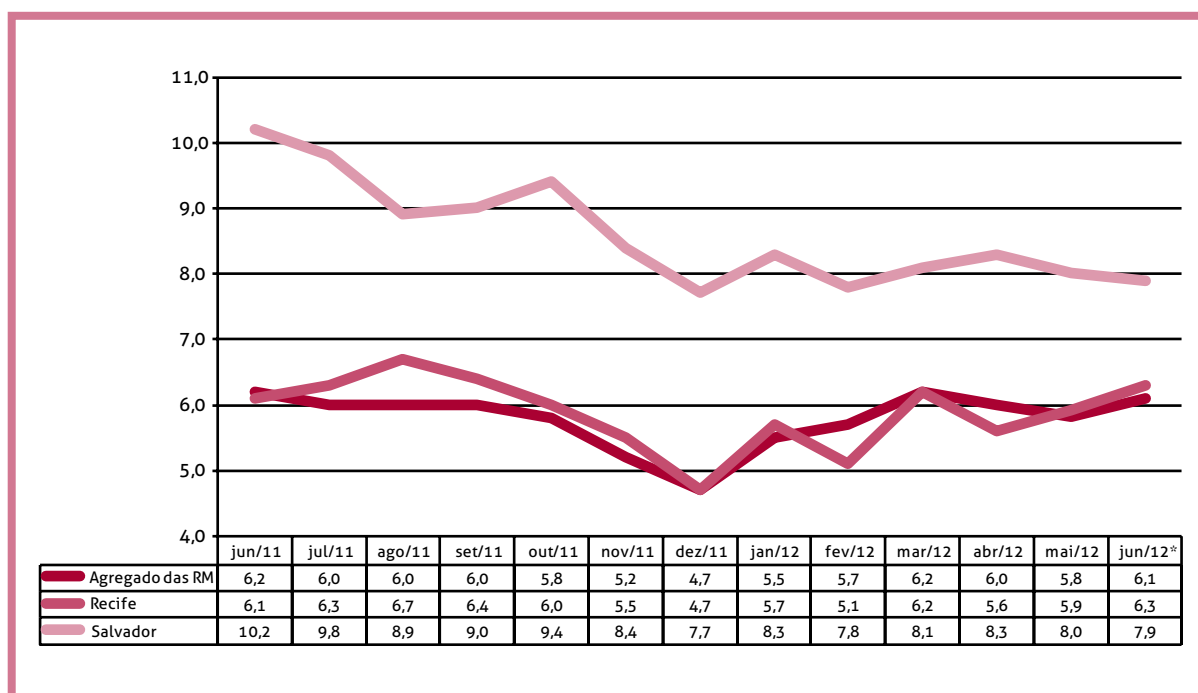


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE (2012).

(*) Taxa referente ao agregado das cinco RMs disponibilizadas pela PME.

1 A PME é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Segundo estimativas da PME, a população ocupada nas seis regiões metropolitanas somou, em maio último, 23,0 milhões de pessoas; na comparação com o mês imediatamente anterior a variação foi significativa (1,2%). Na comparação com maio de 2011, houve incremento de 554 mil ocupados, variação de 2,5%.

Na Região Metropolitana de Recife, o contingente ocupado em maio de 2012 foi estimado em 1.593 mil pessoas (48,4% da população em idade ativa). Segundo a pesquisa, 55,8% das pessoas ocupadas pertencem ao sexo masculino, 65,7% têm entre 25 e 49 anos de idade, 60,4% possuem 11 anos de estudo ou mais e 57,5% trabalham em empreendimentos com, no mínimo, 11 pessoas.

Na Região Metropolitana de Salvador, a população ocupada em dezembro de 2011 foi estimada em 1.749 mil pessoas (50,0% da população em idade ativa). O sexo masculino predomina entre os ocupados (52,7%), bem como as pessoas entre 25 e 49 anos de

idade (66,7%) e com, pelo menos, 11 anos de estudo (64,2%). A PME também revelou que 60,4% dos ocupados trabalhavam em empreendimentos com no mínimo 11 pessoas (Tabela 1).

Com relação à distribuição setorial da população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, apenas Educação, saúde, serviços sociais, administração pública registrou variação de 2,7% de abril para maio/2012 (equivalente a 100 mil pessoas). No confronto com maio de 2011, os seguintes grupamentos de atividade apresentaram variação positiva: construção (4,8%, equivalentes a 83 mil pessoas); serviços prestados às empresas, alugueis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (4,9%, equivalentes a 176 mil pessoas); educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social (6,1%, equivalentes a 217 mil pessoas) e outros serviços (3,6%, equivalentes a 140 mil pessoas).

Tabela 1 – População Ocupada no Total das Regiões Metropolitanas e nas de Recife e Salvador (%). Maio/2012

Categoria	Total das 6 RM's	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	54,6	55,8	52,7
Feminino	45,4	44,2	47,3
Faixa Etária			
10 a 14 anos	0,2	0,2	0,2
15 a 17 anos	1,6	1,1	0,9
18 a 24 anos	13,6	13,2	11,5
25 a 49 anos	62,3	65,7	66,7
50 anos ou mais	22,3	19,8	20,6
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,5	2,1	1,5
1 a 3 anos	3,4	4,1	3,7
4 a 7 anos	16,6	18,6	14,6
8 a 10 anos	16,6	14,4	16
11 anos ou mais	61,8	60,4	64,2
Tamanho do Empreendimento			
1 a 5 pessoas	31,5	37,3	33,2
6 a 10 pessoas	5,4	5,2	6,4
11 ou mais pessoas	63,1	57,5	60,4

Fonte IBGE (2012).

Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo grupamento de atividades. Junho 2011/2012

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADES	TODAS 6 RMs		RECIFE		SALVADOR	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	maio/11	maio/12	maio/11	maio/12	maio/11	maio/12
Indústria	16,7	16,1	10,7	10,4	10,0	9,4
Construção	7,7	7,9	7,7	8,0	9,6	9,5
Comércio	18,9	18,5	24,3	22,9	21,1	21,3
Serviços prestados às empresas	15,9	16,3	15,1	17,1	15,1	15,7
Educação, saúde e adm. Pública	15,8	16,3	18,3	18,2	18,5	17,4
Serviços domésticos	6,9	6,8	6,4	6,8	8,0	8,8
Outros Serviços	17,4	17,6	16,7	16,0	16,8	17,3

Fonte: IBGE (2012).

No recorte regional, na RM de Recife, quatro dos sete grupamentos de atividade pesquisados apresentaram resultados inferiores, em maio de 2012, comparados a maio de 2011. Na RM de Salvador, o resultado é mais positivo, dos sete grupamentos, apenas três apresentaram resultados inferiores, nessa mesma base de comparação, conforme apresentado na Tabela 2.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis regiões metropolitanas pesquisadas em maio de 2012, estimado em 11,2 milhões de postos de trabalho, corresponde a 48,9% de toda a população ocupada. (Tabela 3). Em

relação a maio do ano passado, registrou-se incremento de 3,9%, ou seja, foram inseridos 427 mil trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, os trabalhadores com carteira assinada corresponderam a 45,0% e 47,1% da população ocupada, respectivamente.

Em Recife, o emprego formal no setor privado experimentou acréscimo de 32 mil contratações com carteira assinada no período maio 2012/maio 2011. A informalidade retraiu nesse período, com a saída 13 mil trabalhadores sem carteira assinada no mercado de trabalho. Na Região Metropolitana de

Tabela 3 – Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado (%). Maio 2004/2012

Mês/Ano	Todas 6 RM	RM Recife	RM Salvador
maio/04	39,2	32,9	36,8
maio/05	40,5	35,0	35,7
maio/06	41,7	33,8	36,5
maio/07	42,2	36,9	35,4
maio/08	44,1	38,4	38,5
maio/09	44,9	39,3	40,5
maio/10	46,3	42,2	41,4
maio/11	48,2	43,8	44,5
maio/12	48,9	45,0	47,1

Fonte: IBGE (2012).

Salvador, a informalidade decresceu 4,2% naquele mesmo período, devido à redução de 13 mil trabalhadores sem carteira assinada. Por outro lado, o contingente dos empregados com carteira assinada aumentou 7,5%, ao incorporar 64 mil novos trabalhadores.

O rendimento médio real habitual da população ocupada no país e nas duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas no mês de junho de 2012 apresentou crescimento em doze meses. No âmbito nacional,

incremento de 5,7%², esse resultado ainda pode ser creditado ao expressivo aumento do salário mínimo, que proporcionou um importante ganho real ao trabalhador e Na RM de Salvador, o valor de R\$ 1.419,60 significou um avanço de 2,6% em doze meses. Na RM de Recife, o rendimento real habitual médio chegou a R\$ 1.212,28, aumento de 13,4%, também em doze meses. Na RM de Recife, o rendimento real habitual médio chegou a R\$ 1.212,28, aumento de 13,4%, também em doze meses. (Gráfico 2).

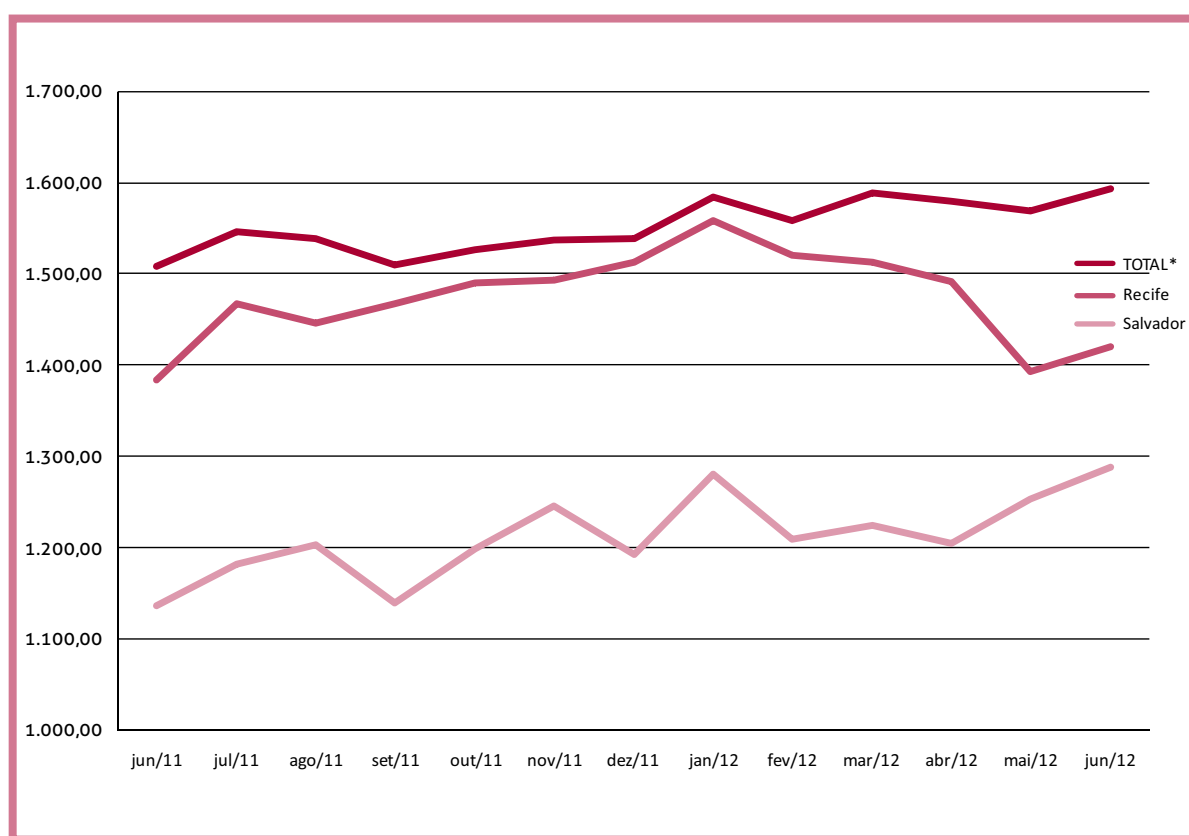


Gráfico 2 – Rendimento Real habitual Médio (em R\$) – Junho de 2011 a Junho de 2012

Fonte: ibge (2012).

REFERÊNCIA

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**: maio/junho 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2012.

2 Média das cinco Regiões Metropolitanas disponibilizadas pelo IBGE.

4.1 - Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentam um primeiro semestre positivo para o Brasil, porém com desempenho inferior ao de igual período de 2011. Entre janeiro e junho de 2012, foram geradas 1.047.914 novas vagas, sendo criados 120.440 novos postos de trabalho somente em junho (Gráfico 1).

No Gráfico 2 apresentam-se os dados de admitidos e desligados para a região Nordeste, que apresenta maior contratação de mão de obra, o que leva a Região a obter um saldo positivo para o primeiro semestre do ano, porém com saldo inferior ao mesmo período em 2011. Neste semestre, foram geradas 27.743 postos de trabalho, sendo 22.436 postos de trabalhos somente em junho.

Na comparação inter-regional, o Sudeste concentra 59,2% do saldo nacional, enquan-

to o Nordeste assinala o pior resultado, com apenas 2,65% do saldo nacional, reflexo do desempenho negativo dos primeiros meses do ano. Ademais, na região Nordeste, no tocante ao acumulado do ano, a indústria de transformação ainda apresenta valores negativos, por conta do segmento de alimentos e bebidas. Entretanto, segundo a tendência mensal, esse setor já experimenta forte recuperação. Serviços e construção civil apresentaram, respectivamente, saldos positivos de 63.282 e 22.033 postos de trabalho.

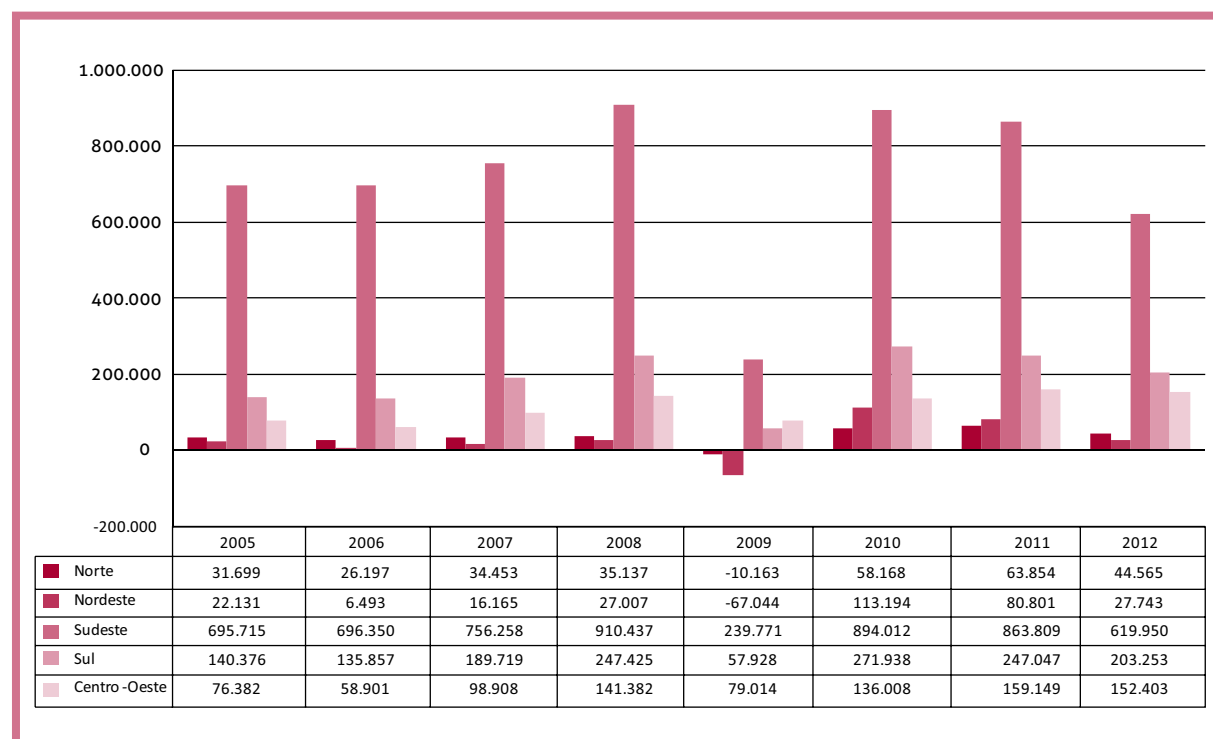


Gráfico 1 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Acumulado do Ano – Junho de 2005 a Junho de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

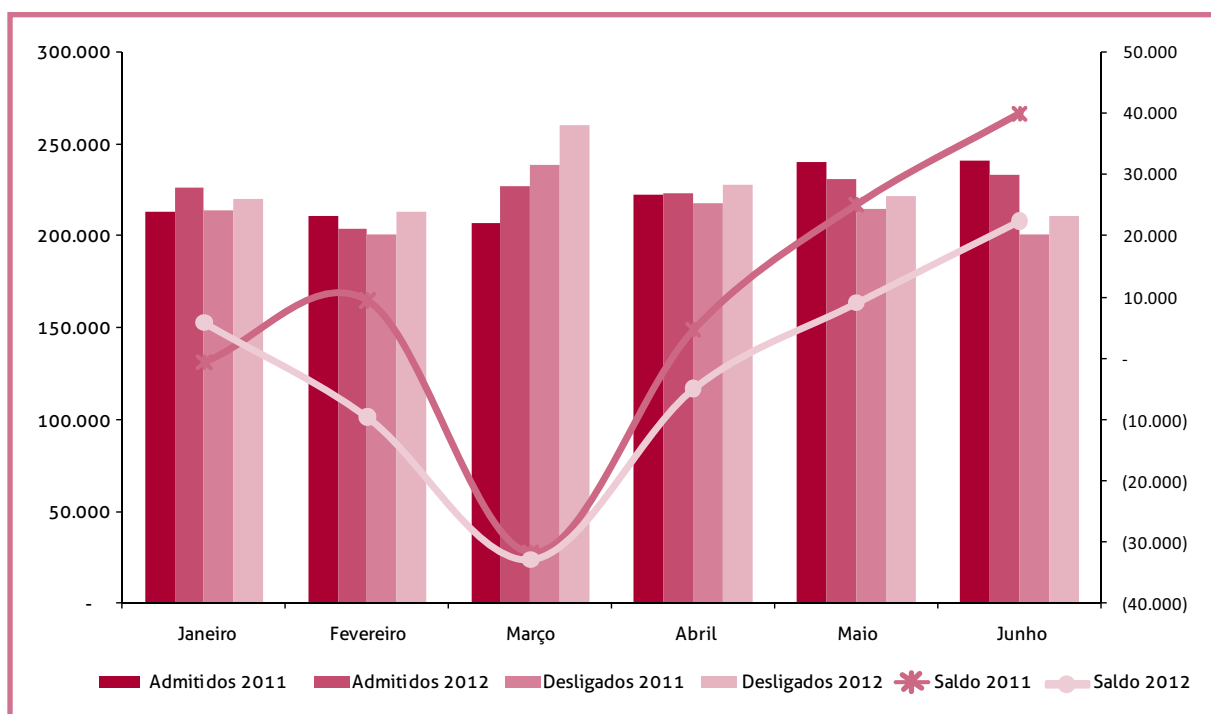


Gráfico 2 – Região Nordeste. Evolução dos Admitidos, Desligados e Saldo de Empregos no Acumulado do Ano – Janeiro a Junho de 2011 e Janeiro a Junho de 2012

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

Tabela 1 – Brasil e Regiões – Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Janeiro a Junho 2012

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	9.126	134.094	7.635	205.907	56.122	469.699	29.891	135.440	1.047.914
Nordeste	664	-66.962	568	22.033	10.949	62.095	1.187	-2.791	27.743
Norte	1.731	-363	43	15.645	4.933	21.825	-1.003	1.754	44.565
Sudeste	4.299	94.957	3.460	113.526	14.693	256.387	22.493	110.135	619.950
Sul	706	68.134	1.354	25.787	16.532	81.597	6.620	2.523	203.253
Centro-Oeste	1.726	38.328	2.210	28.916	9.015	47.795	594	23.819	152.403

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública

O Gráfico 3 indica a trajetória mensal da geração de empregos celetistas na região Nordeste. O primeiro trimestre do ano obedece aos efeitos sazonais do período, podendo-se observar em março o pior resultado mensal da série. A partir de abril, percebe-se um cenário mais favorável, que, historicamente, se mantém até novembro. Numa

análise da evolução nos últimos doze meses, verifica-se que o resultado de junho de 2012 se aproxima daquele obtido em junho de 2011. Essa expansão do saldo alcança seu ápice em setembro, em decorrência do aumento do volume de contratações em setores como indústria e comércio, consequência das comemorações de fim de ano.

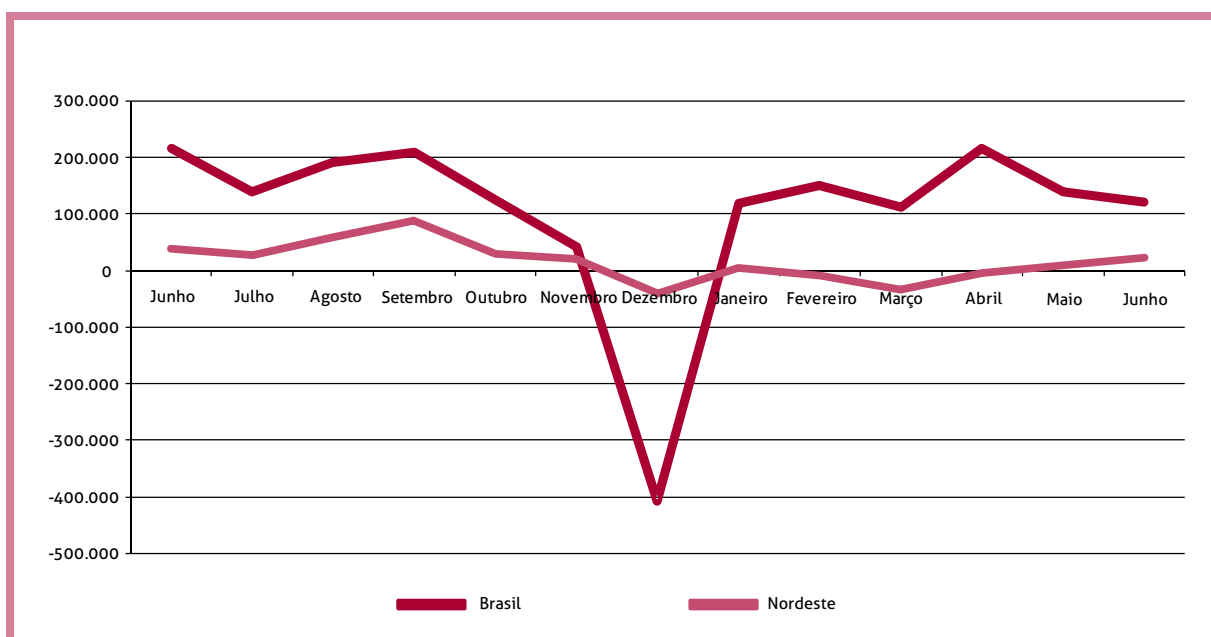


Gráfico 3 – Brasil – Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal) Junho. 2011 - Junho. 2012 (Saldo)

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

No Nordeste, todos os estados apresentaram saldo positivo em junho, com destaque para os estados de Pernambuco e Ceará com respectivos 46,7% e 17,5% do total de empregos gerados no mês. No acumulado de 2012, apenas o estado de Alagoas manteve saldo negativo no semestre. Na comparação do acumulado no ano 2011/2012, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte obtiveram resultado melhor no corrente ano. (Tabela 2).

Dos setores de atividades do Nordeste, a análise do desempenho do acumulado no ano revela situação que apenas a indústria de transformação, deficitária, com redução de 66.962 postos de trabalho, e agropecuária redução de 2.791 postos de trabalho. Os estados de Alagoas e Pernambuco terminaram o ciclo da colheita da cana-de-açúcar no primeiro trimestre e deram início ao processo de fabricação de etanol e açúcar. Embora se

Tabela 2 – Nordeste – Geração de Empregos Formais por Estado (Saldo) – 2011 e 2012

Estados	Resultado Mensal Junho		Acumulado no Ano (Janeiro - Junho)	
	2011	2012	2011	2012
Brasil	215.393	120.440	1.414.660	1.047.914
Nordeste	39.953	22.436	80.801	27.743
Alagoas	1.450	97	-28.537	-37.595
Bahia	11.767	241	60.472	22.436
Ceará	4.084	3.926	20.352	9.979
Maranhão	4.683	1.865	6.279	6.062
Paraíba	2.504	1.506	-760	3.926
Pernambuco	11.328	10.485	13.485	8.750
Piauí	1.702	1.588	5.770	6.106
Rio Gde. Do Norte	1.407	1.631	-1.703	10.485
Sergipe	1.028	1.097	5.443	2.843

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

tenha iniciado o ciclo de contratação de mão de obra, que se eleva mês a mês, essa recuperação ainda não foi capaz de reverter o saldo desse setor na região.

O setor de serviços, com 62.095 novos empregos celetistas, e o comércio, com 10.949,

apresentaram saldo positivo nos nove estados da Região. Apesar de ter obtido um resultado adverso em Alagoas, Ceará e Maranhão, a construção civil, com 22.033 postos de trabalho, mantém-se como o segundo maior empregador formal da Região, como se pode ver na Tabela 3.

Tabela 3 – Nordeste – Evolução do Emprego Celetista por Atividade e Estado – Janeiro a Junho de 2012 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	4	-39.345	18	-440	271	2.291	72	-466	-37.595
Bahia	333	3.597	-382	5.606	1.241	10.818	119	9.002	30.334
Ceará	58	-2.057	80	-780	606	12.928	295	-1.151	9.979
Maranhão	128	1.177	-136	-2.811	2.686	3.824	419	775	6.062
Paraíba	0	-4.391	231	3.351	1.448	5.586	152	-5.635	742
Pernambuco	33	-22.382	265	10.963	2.675	17.892	33	-729	8.750
Piauí	48	936	146	1.836	345	1.598	-28	1.225	6.106
Rio Gde. do Norte	-26	-3.704	232	975	1.308	4.109	-3	-2.369	522
Sergipe	86	-793	114	3.333	369	3.049	128	-3.443	2.843
Nordeste	664	-66.962	568	22.033	10.949	62.095	1.187	-2.791	27.743

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego.

CAGED. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<www.caged.gov.br>. Acesso em: 26 jul.

2012.

5-SETOR EXTERNO

5.1 - Contexto Internacional e Balança Comercial Nordestina

O Fundo Monetário Internacional permanece com previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial reduzidas, relativamente aos períodos anteriores à crise financeira que eclodiu em 2007/2008. De fato, aquele órgão antecipa para os anos de 2012 e 2013 taxas de expansão da economia global de 3,5 e 3,9%, respectivamente.

Ressalte-se o comportamento de baixo crescimento das economias avançadas (1,4 e 1,9% nos próximos dois anos) face o desempenho das economias emergentes e em desenvolvimento (5,6 e 5,9%), que têm sido impulsionadoras do crescimento, ainda que moderado, do PIB global.

Dentre as economias avançadas, destacam-se os Estados Unidos, que registram expectativas de incremento do PIB da ordem de 2,0 e 2,3% e o Japão, com aumentos de 2,4 e 1,5%. A Zona do Euro permanece com estimativas pífias de variação do PIB: -0,3% em 2012 e 0,7% em 2013.

No que toca às economias em desenvolvimento, as maiores taxas de expansão do PIB são as projetadas para a China (8,0 e 8,5%) e Índia (6,1 e 6,5%). Para a América Latina, são previstas trajetórias bem mais modestas (3,4 e 4,2%), sendo a maior economia desta área, o Brasil, detentora de projeções de 2,5 e 4,6%.

Todas estas projeções foram fundamentadas nas hipóteses de que as condições financeiras na Zona do Euro iriam melhorar ao longo de 2013 e que os países desta Área iriam pôr em ação as medidas tomadas pelos líderes da União Europeia em junho de 2012. O Fundo Monetário Internacional

(FMI) ainda assumiu que os Estados Unidos manteriam o déficit fiscal de 2012 e 2013 no mesmo patamar.

Desta forma, persistem riscos na economia mundial que podem rebaixar ainda mais essas previsões. Dentre eles, cumpre salientar a possibilidade de os Estados Unidos não manterem os recentes cortes nos impostos. Isto geraria redução no déficit fiscal em 2013, o que implicaria consequências para o resto do mundo. No médio prazo, existe a preocupação em como será realizada a consolidação fiscal dos EUA e do Japão.

No que concerne às economias em desenvolvimento, há o receio de que a recente trilha de expansão destas economias, acima de tendências históricas, possa ter levado a superinvestimentos em alguns setores de países como a China – o que acarretaria menores taxas de crescimento do PIB asiático.

No que se refere a pressões inflacionárias, o desaquecimento da economia global levou à queda dos preços das *commodities*, inclusive petróleo, e a uma projeção de inflação mundial em 2012 e 2013 em torno de 3 a 3,5%.

Neste contexto internacional, o FMI projeta incremento do volume de comércio mun-

dial em 2012 em 3,8%. Saliente-se que este mesmo indicador para 2010 e 2011 foi de 12,8 e 5,9%, respectivamente. Neste cenário, o crescimento da corrente de comércio brasileira, no primeiro semestre de 2012, foi de 1,7%. O Brasil registrou exportações de US\$ 117,2 bilhões e importações de US\$ 110,1 bilhões. Estas cifras são representativas de queda de 0,9% dos valores vendidos e aumento de 4,6% no montante comprado do restante do mundo, comparativamente a igual período de 2011.

Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), constata-se que, no acumulado do ano, até maio, o índice de preço dos produtos exportados pelo Brasil registrou queda de 0,1%; e produtos básicos, de -3,6%, e os semimanufaturados, de -1,0%, foram as classes de produto com

maiores declínios de preços. Manufaturados apresentaram aumentos de preços de 4,3%.

Desta forma, antecipa-se que, para o período janeiro-junho, o crescimento das exportações tenha sido decorrente do aumento do volume exportado. Até maio, as maiores expansões de volume exportado foram de produtos básicos (7%).

A análise dos dados de comércio exterior da região Nordeste revela que as exportações (US\$ 9,1 bilhões) e as importações (US\$ 12,7 bilhões) resultaram em déficit da balança comercial regional. No país, somente as regiões Nordeste e Sul registraram déficit no semestre.

Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba e Sergipe apresentaram déficit comercial no período em análise. (Gráfico 1).

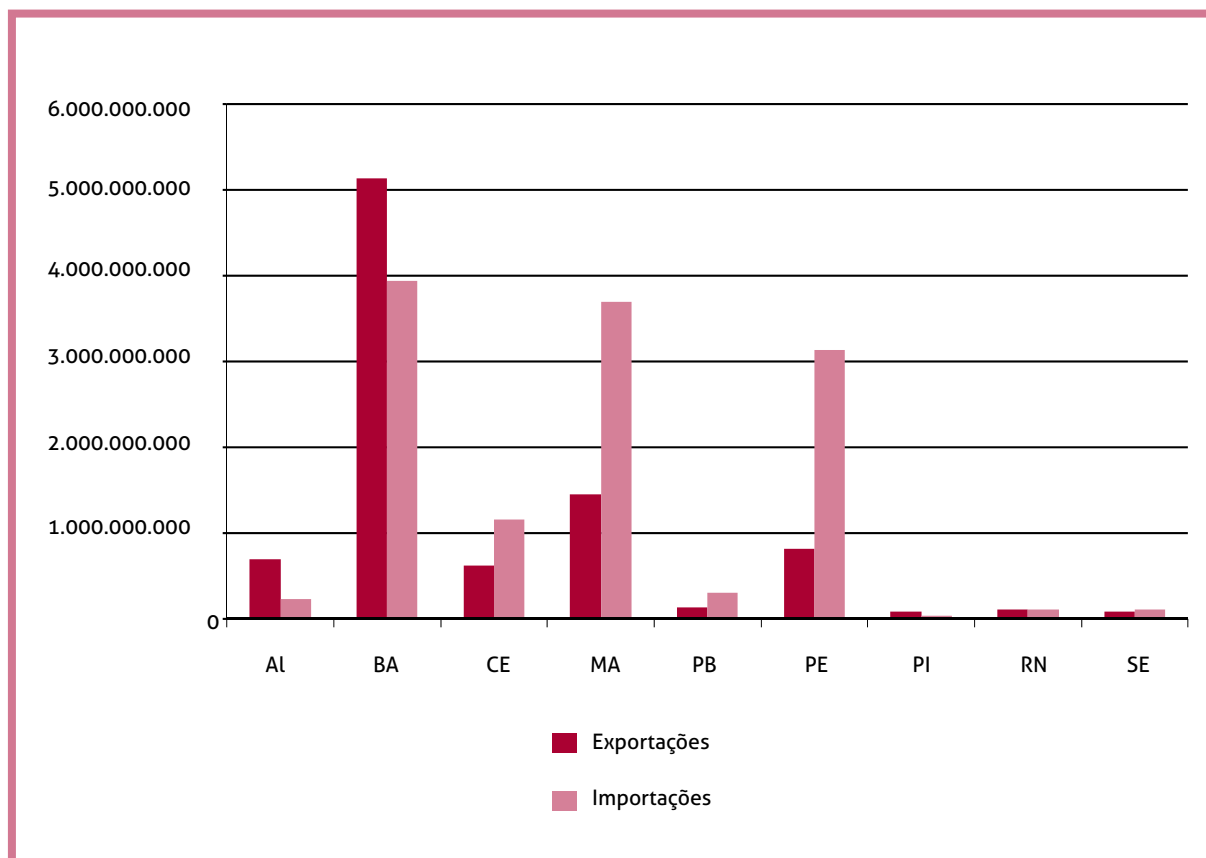


Gráfico 1 – Exportações e Importações dos Estados Nordestinos – Janeiro a Junho 2012
 Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

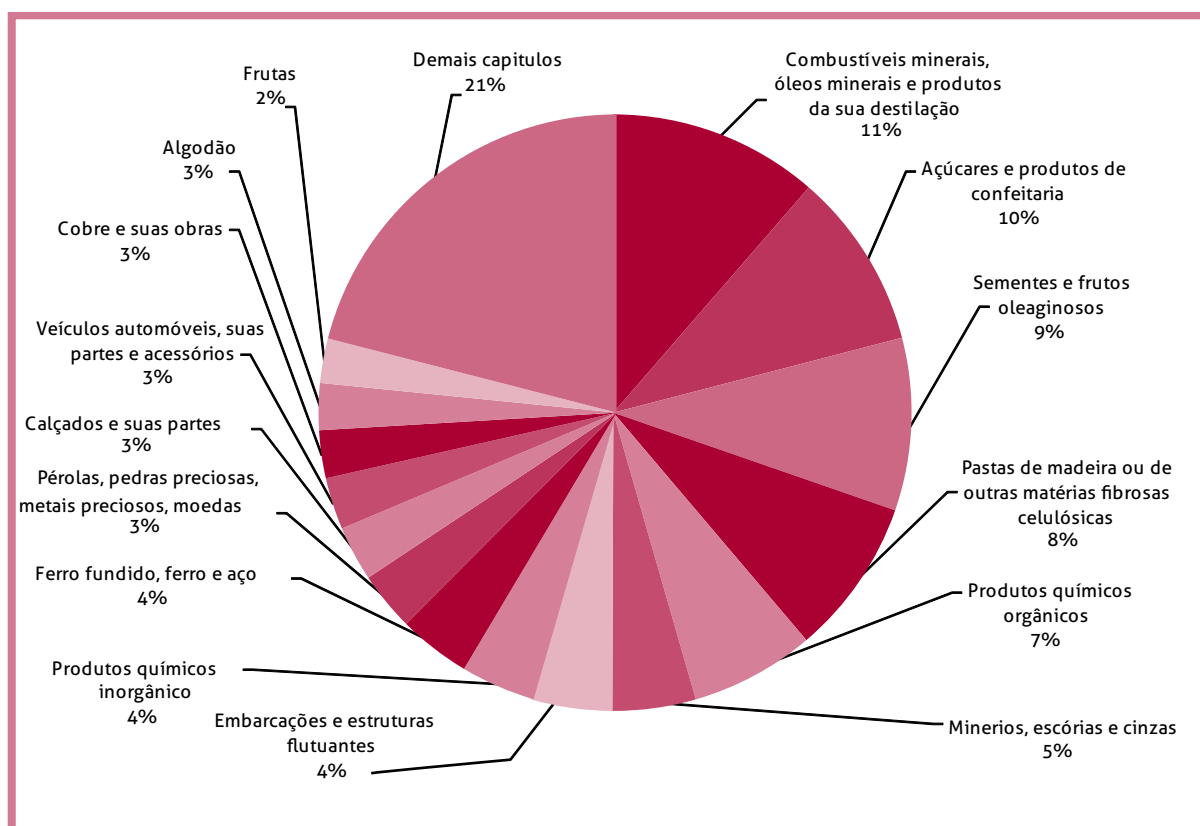


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

A região Nordeste registrou cerca de metade de suas exportações concentradas em seis capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A análise do desempenho exportador, bem como, das importações da Região é realizada, no que segue, a partir dos dados estaduais.

Alagoas

O estado de Alagoas exportou US\$ 697,6 milhões entre janeiro e junho de 2012. Este montante foi representativo de declínio de 12,8% face igual período de 2011. A análise das exportações de Alagoas revela que estas são reflexos da importância da cana-de-açúcar para a economia do Estado. A pauta exportadora é bastante concentrada: 89% decorrem do capítulo açúcares e produtos de confeitaria e 10% de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres.

Alagoas exportou 46% a mais em quantidade de açúcares que no primeiro semestre de 2011. Entretanto, os valores exportados foram inferiores aos registrados nos meses iniciais do ano passado. Esta redução de preços decorre de dois fatores: a manutenção da produção mundial de açúcar e a recente desvalorização do real em 2012.

No que concerne à produção mundial de açúcar, a safra de 2011/2012 deve ser, consoante a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), praticamente a mesma de 2010/2011, o que acarretará, excedente de 6,5 milhões de toneladas. (AGÊNCIA ESTADO, 2012).

Os principais países de destino da exportação alagoana foram: Rússia (18,0%), Canadá (11,3%), Egito (8,4%), Portugal (7,8%), Holanda (5,2%), Argélia (4,7%), Tunísia

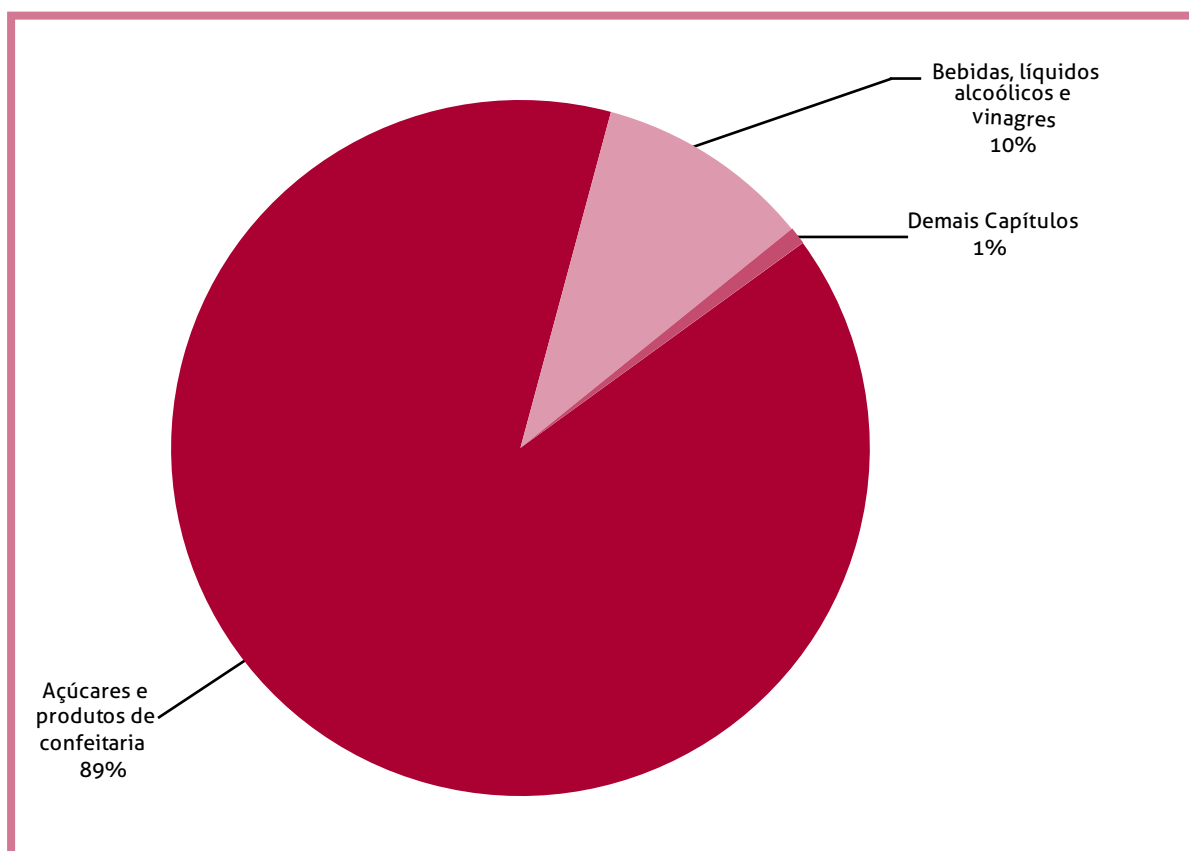


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

(4,7%), Japão (4,4%), Reino Unido (4,2%) e Geórgia (3,9%).

As importações alagoanas atingiram US\$ 222,4 milhões, 8,6% superiores ao primeiro semestre de 2011. Foram importados principalmente bens de capital (31,4%) e insumos industriais (43,7%). Desta maneira, Alagoas apresentou saldo da balança comercial de US\$ 475,2 milhões.

Bahia

As exportações baianas somaram US\$ 5.134,8 milhões nos seis meses iniciais de 2012, 4,7% superiores aos valores do mesmo período de 2011.

A pauta exportadora baiana é a mais diversificada dentre os estados nordestinos. Apesar disto, apenas seis empresas foram responsáveis por mais de 50% dos valores exportados pelo Estado: Petrobras (20,0%),

Braskem S.A. (11,0%), Bahia Sul Celulose S.A. (7,2%), Parapanema S.A. (5,3%), Ford Motor Company Brasil Ltda. (5,0%) e Veracel Celulose S.A. (5,0%).

Isoladamente, o principal produto exportado foi *fuel-oil*, somando US\$ 946,6 milhões, 7,1% a mais que a cifra registrada no primeiro semestre de 2011.

No capítulo "pasta de madeira ou outras matérias fibrosas etc." (US\$ 775,1 milhões), destacaram-se dois produtos. O produto pasta química de madeira não conífera a soda/sulfato (US\$ 581,8 milhões) foi o segundo produto a angariar mais dólares para o Estado. Além deste, pasta química de madeira para dissolução, somou US\$ 193,3 milhões, o que significou aumento de 2,5% no período em análise. Para o segundo semestre de 2012, o Conselho de Produtores de Papel e Celulose antecipa aumentos dos estoques

mundiais, pressionando assim, os preços internacionais para baixo.(FONTES, 2012).

No capítulo produtos químicos orgânicos (US\$ 605,8 milhões e queda de 4,4%) deve-se salientar o desempenho de três produtos: P-xileno (US\$ 112,0 milhões e aumento de 20,8%), Propeno (US\$ 90,4 milhões e declínio de receita de 18,8%) e Benzeno (US\$ 83,7 milhões e incremento de 38,8%).

Veículos automóveis tratores, ciclos etc. é um capítulo da pauta de exportações do Estado (US\$ 255,2 milhões) em que se constatou queda das vendas. Automóveis, com motor a explosão, principal componente deste capítulo, somou US\$ 220,8 milhões, representativos de declínio de vendas de 4,6% na comparação primeiro semestre de 2012 relativamente ao mesmo intervalo de 2011.

O capítulo sementes e frutos oleaginosos, grãos etc. (US\$ 510,8 milhões) teve a ressaltar o produto soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 509,1 milhões), que representou 10% das exportações da Bahia.

Segundo a FAO, a produção global de soja deve cair em 9,5%, em 2011/2012, em virtude da redução da área plantada nos Estados Unidos e do decréscimo da produtividade dos principais produtores da América do Sul (Brasil, Argentina e Paraguai) por causa do Fenômeno *La Nina*. Desta maneira, ainda espera-se a manutenção dos preços elevados da soja no segundo semestre de 2012. (AGÊNCIA ESTADO, 2012).

Do total das exportações baianas, 54,6% são destinadas a apenas cinco países: Estados Unidos (13,8%), Argentina(12,3%), An-

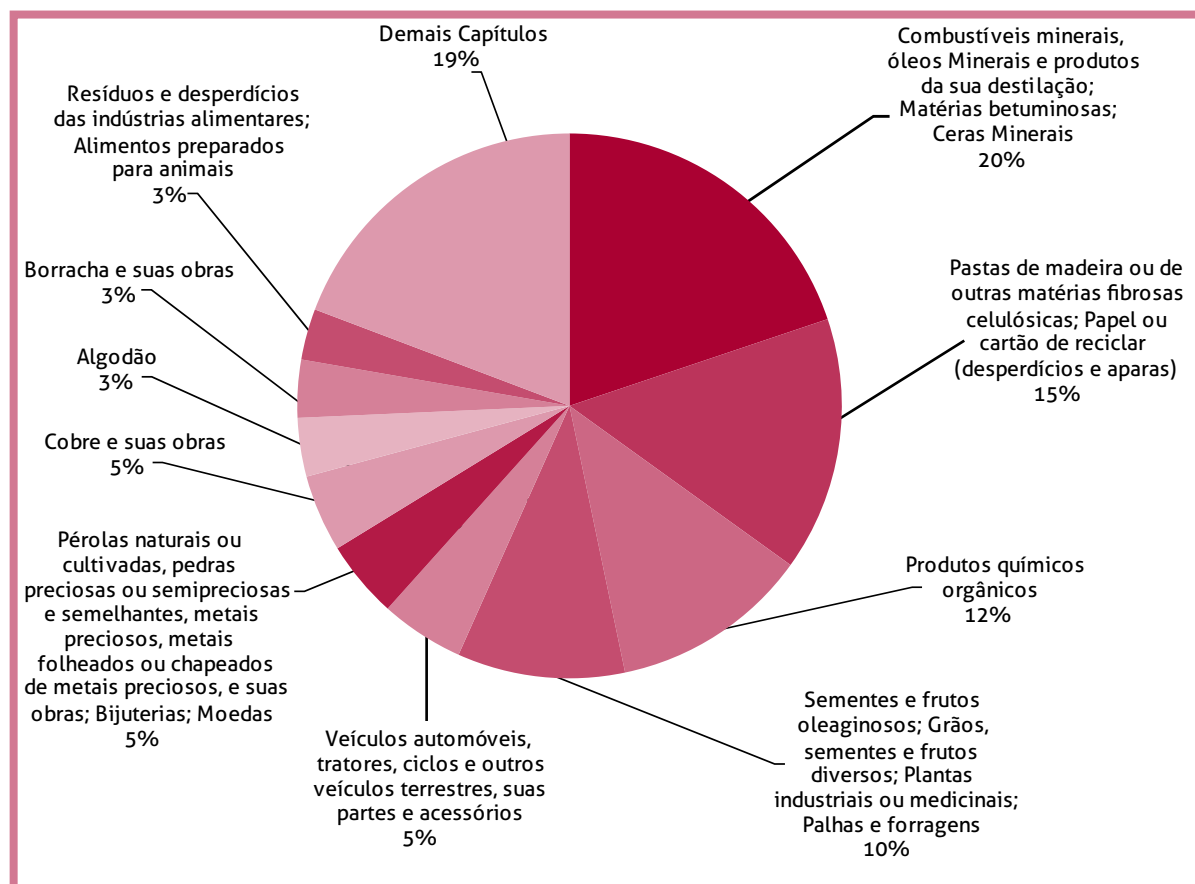


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações de Bahia – Jan-Jun. 2012

Fonte Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

tilhas Holandesas (11,3%), China (10,3%) e Holanda (6,9%).

As importações da Bahia (US\$ 3.953,4 milhões) expandiram-se 7,7% no primeiro semestre de 2012 comparativamente aos seis meses iniciais de 2011 e resultaram no saldo de balança comercial de US\$ 1.181,4 milhões. É importante frisar a forte presença do comércio intraindústria na balança comercial baiana. O Estado tem, dentre os principais produtos exportados, elementos das indústrias petroquímica, automobilística e de minerais de cobre. Ao mesmo tempo, destacam-se entre os produtos importados as naftas para petroquímica (US\$ 832,8 milhões), automóveis (US\$ 482,4 milhões), sulfetos de minérios de cobre (US\$ 309,0 milhões), e catodos de cobre (US\$ 135,7 milhões).

Ceará

De janeiro a junho de 2012, o Ceará exportou US\$ 614,5 milhões, destacando-se as vendas dos setores de calçados, fruticultura, couros e peles, ceras vegetais e tecidos de algodão.

Calçados, polainas etc. e suas partes (US\$ 165,9 milhões), teve queda de vendas de 5,6%, face o mesmo período de 2011. O declínio foi devido à diminuição dos preços dos calçados, já que a quantidade de pares vendidos cresceu 9,9%.

Os países compradores de calçados cearenses revelaram desempenho desigual neste primeiro semestre de 2012. Dentre os principais destinos das exportações, os países europeus tiveram, em geral, declínio nas compras, com destaque para o comportamento de Reino Unido e Itália, ambos com reduções superiores a 65%, no período em análise. Já nas Américas, Estados Unidos, com aumento de vendas de 26% e Paraguai (27%) contribuíram para amenizar a queda das vendas.

Frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 121,9 milhões) teve declínio de vendas de 1,7%. Contribuíram para este resultado o decréscimo de vendas (-8,7%) da castanha de caju, que chegaram a US\$ 88,3 milhões. Melões frescos (US\$ 19,9 milhões) registraram aumentos dos valores exportados de 44%.

As exportações de melões vêm sendo acompanhadas por ações para manutenção e expansão de vendas no mercado internacional. Produtores do melão amarelo Rei, por exemplo, buscaram adotar sistema de rastreamento que permita ao consumidor final detectar toda a trajetória da fruta. Esta ferramenta é valiosa em mercados sensíveis às variações de qualidade e possibilidades de contaminação por agrotóxicos como é o caso do mercado europeu. (ITAUEIRA IMPLANTA..., 2012).

O capítulo peles, exceto peleteria e couros (US\$ 103,0 milhões) apresentou crescimento de 15% das exportações no período em análise. As principais empresas exportadoras do segmento foram Cascavel Couros Ltda. (US\$ 84,3 milhões) e Bermas Maracaná Indústria e Comércio de Couro (US\$ 15,8 milhões).

O capítulo Algodão (US\$ 29,9 milhões) abrangeu essencialmente 3.927 toneladas de tecidos de algodão. Houve queda nas vendas deste capítulo (-30%) e os principais compradores dos tecidos cearenses concentraram-se em países da América Latina: Argentina (US\$ 10,4 milhões), Paraguai (US\$ 2,8 milhões), Bolívia (US\$ 2,3 milhões) e Colômbia (US\$ 2,0 milhões).

Gorduras e óleos animais ou vegetais (US\$ 42,3 milhões) teve incremento de vendas de 43%, sendo praticamente a sua totalidade (US\$ 42,2 milhões) oriunda do produto ceras vegetais.

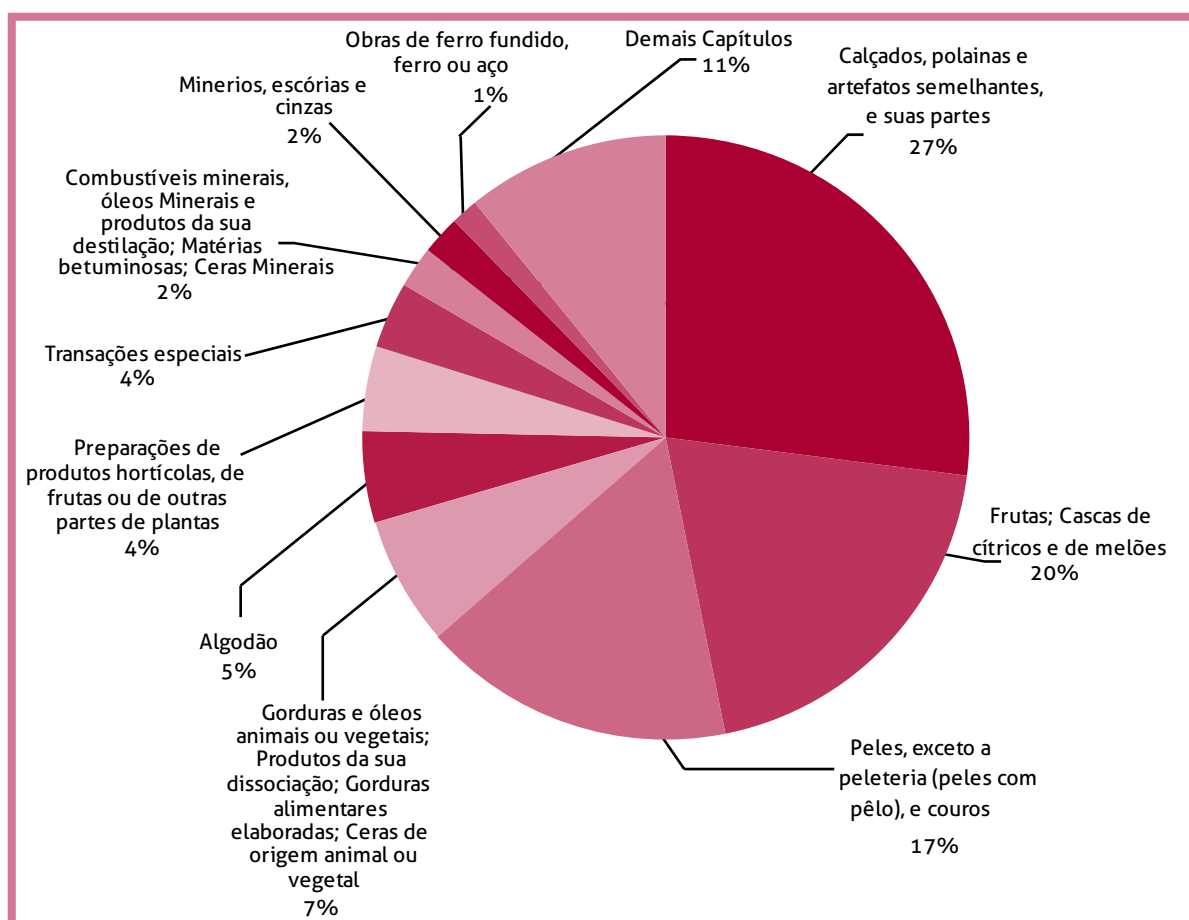


Gráfico 5 - Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

A maior parte das exportações cearenses foi destinada a quatro países: Estados Unidos (26,6%), Holanda (6,7%), Argentina (6,2%) e China (5,3%).

Enquanto as exportações cearenses praticamente se mantiveram constantes em relação ao primeiro semestre de 2011 (expansão de 0,7%), as importações (US\$ 1.149,6 milhões) tiveram aumento de 22,4%, o que gerou déficit na balança comercial cearense de US\$ 535,0 milhões. Foram importados predominantemente insumos industriais (46%) e alimentos destinados à indústria (9,5%). De fato, dentre os principais produtos importados, destacam-se: gás natural liquefeito (12%), diversos laminados de ferro e aço (10,2%), outros trigos e misturas com centeio (8,4%), outros grupos eletrogerado-

res de energia eólica (4,2%) e óleos de dendê em bruto (3,1%).

Maranhão

Em 2012, até o fim de junho, o Maranhão exportou US\$ 1.453,2 milhões, dos quais, 19,2% foram destinados aos Estados Unidos, 16,9% à China, 9,6% à Islândia, 8,6% à Espanha, 5,3% à Noruega e os 40,4% restantes distribuídos em mais de vinte e cinco países.

A pauta de exportação maranhense permanece alicerçada em *commodities* agrícolas e minerais. Os cinco principais produtos de exportação foram: alumina calcinada (US\$ 360,1 milhões), minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (US\$ 323,8 milhões) soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 296,4 milhões), ferro fundido bruto não

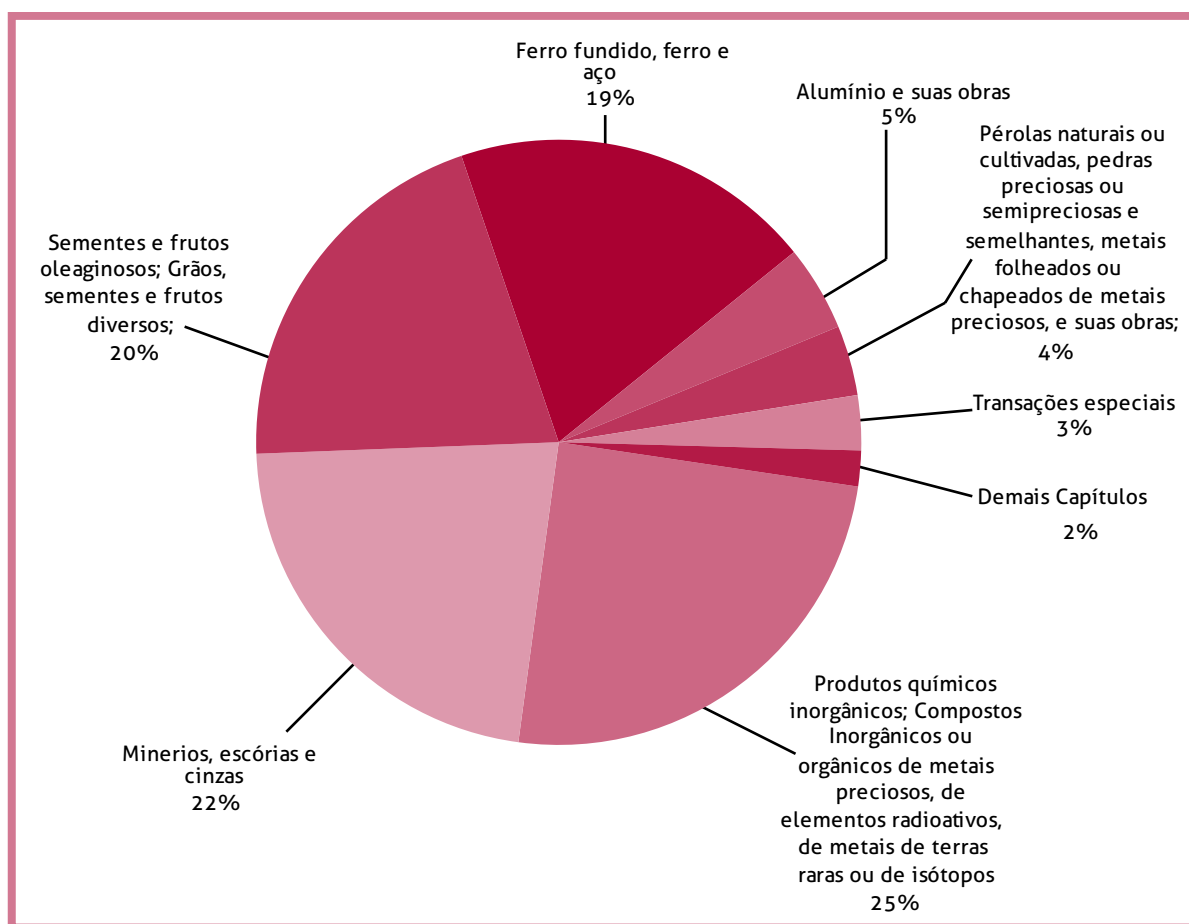


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro a Junho 2012

Fonte Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

ligado (US\$ 281,7 milhões) e alumínio não ligado em forma bruta (US\$ 59,1 milhões).

No que tange às importações (US\$ 3.690,9 milhões), o Maranhão teve quase a totalidade destas (83,6%) oriundas de compras de combustíveis e lubrificantes, sob o formato de óleo diesel, outras gasolinas, exceto para aviação e querosenes de aviação.

O baixo crescimento das exportações (4,5%) aliado ao aumento (54,3%) dos valores importados conduziu o estado maranhense ao déficit da balança comercial de US\$ 2.237,7 milhões.

Paraíba

No primeiro semestre de 2012, a Paraíba exportou US\$ 124,8 milhões, representati-

vos de crescimento de 43% relativamente a igual período de 2011.

Dentre os principais capítulos exportados destacam-se calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes (US\$ 59,6 milhões) com aumento de 39% no montante exportado, sendo a maior parte (US\$ 55,7 milhões) das vendas realizadas pela empresa Alpargatas S.A.

Como segundo maior segmento exportador, está o grupo de açúcares e álcool, com os capítulos açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 27,5 milhões) e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 18,6 milhões), que conjuntamente expandiram as exportações em cerca de 81%.

Minérios, escórias e cinzas (US\$ 5,226 milhões) foi o capítulo que apresentou um úni-

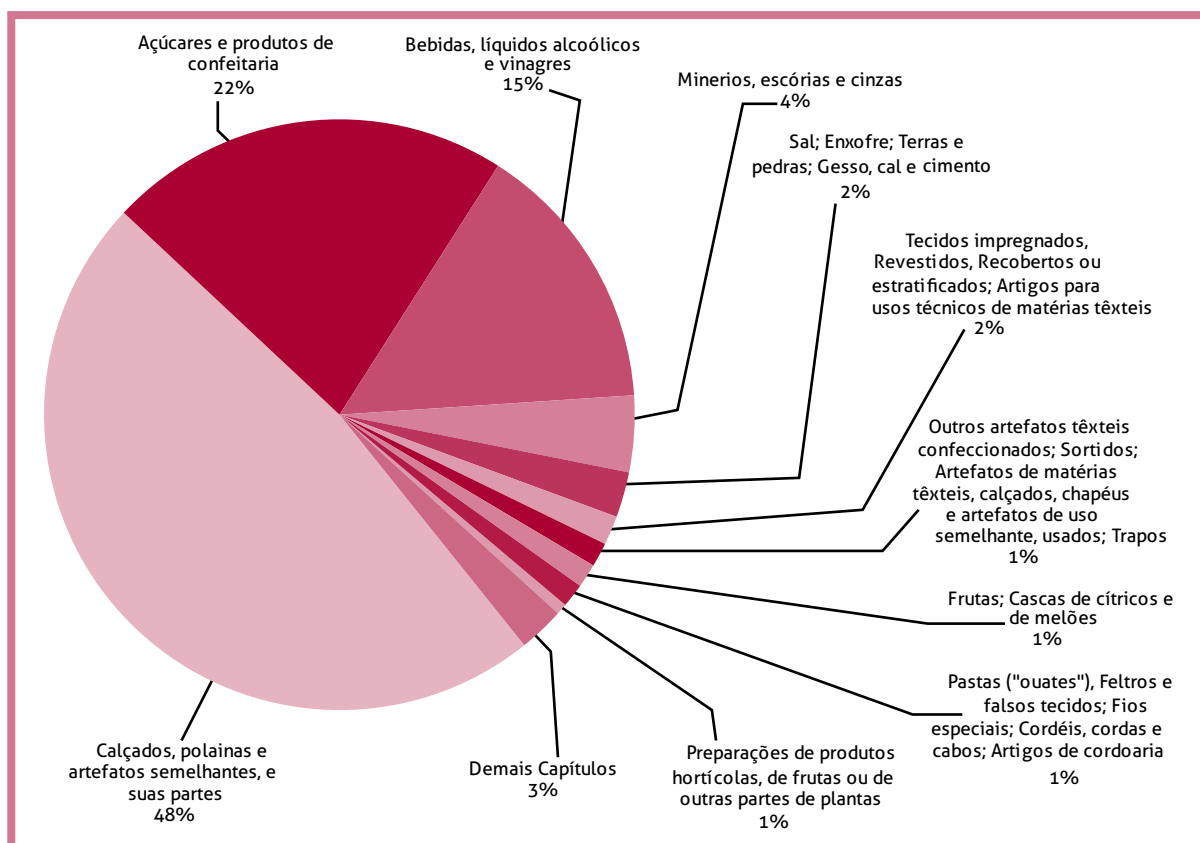


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

co produto de exportação: ilmenita ou minérios de titânio. Em 2011, este produto teve como destino apenas a França. De janeiro a junho de 2012, houve expressivo crescimento nas quantidades vendidas (64%) que se destinaram à França e países Baixos.

No que concerne às importações paraibanas (US\$ 296,6 milhões) estas declinaram 53,3%, mas ainda assim, o Estado registrou déficit na balança comercial de US\$ 171,8 milhões.

As importações da Paraíba foram originárias preponderantemente da China (32,1%), dos Estados Unidos (15,9%), da Argentina (11,0%), do Vietnã (10,6%) e do México (2,9%).

Ressalte-se que o principal capítulo importado pelo Estado foi calçados (US\$ 42,7 milhões), sendo que o produto calçados para

esportes com origem no Vietnã somou US\$ 27,9 milhões.

Pernambuco

De janeiro a junho de 2012, o estado de Pernambuco foi responsável por exportações de US\$ 820,6 milhões, valor que representa 68% do total exportado no ano de 2011. Desta forma, na análise do primeiro semestre de 2012 *vis-à-vis* o mesmo período de 2011, Pernambuco expandiu seus valores exportados em 75,8%.

O grande destaque do Estado, conforme assinalado no último número de BNB Conjuntura Econômica, é a introdução de um novo produto de exportação: plataformas de perfuração/exploração flutuantes. Foi exportada uma unidade, no valor de US\$ 404,9 milhões, pela empresa Estaleiro Atlântico Sul.

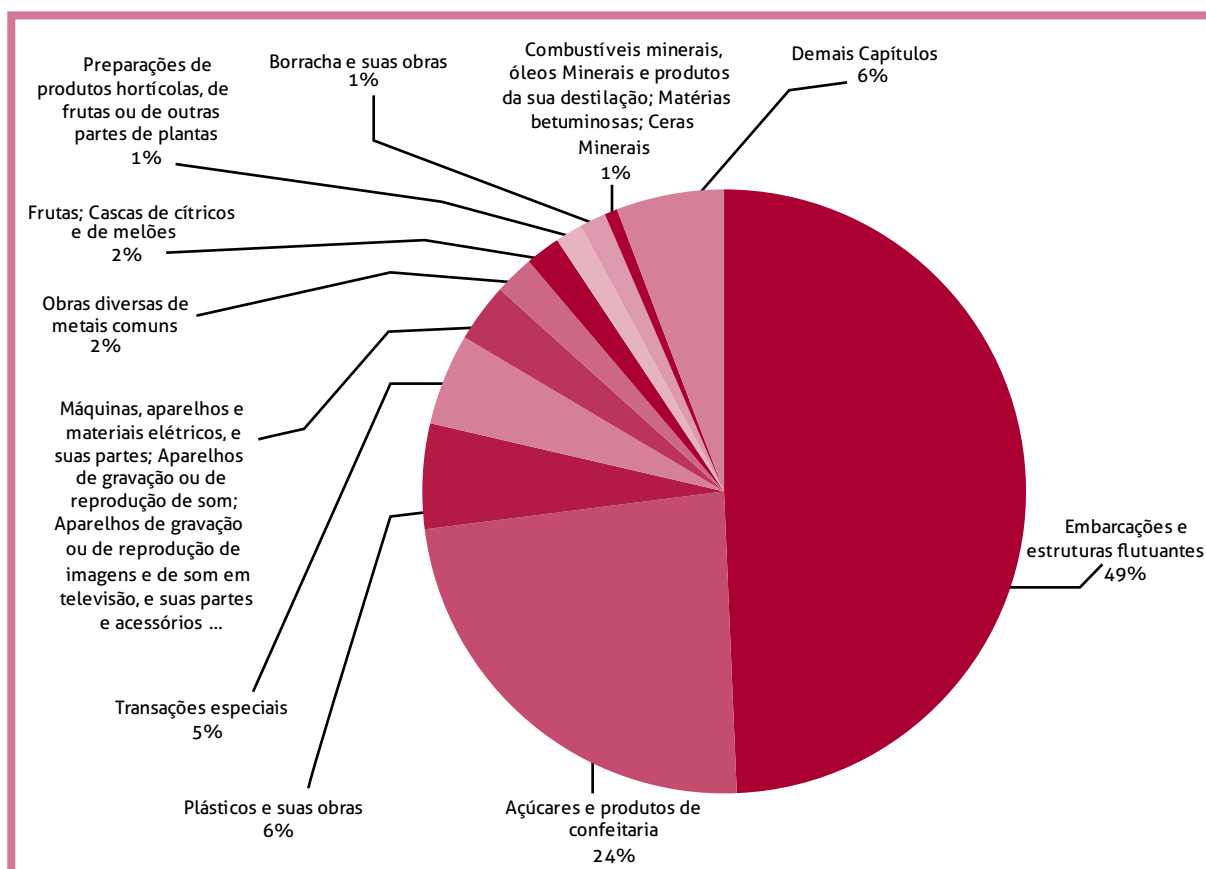


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações de Pernambuco – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

Em geral, os principais capítulos exportados pelo Estado registraram declínio de vendas. Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 194,1 milhões), plásticos e suas obras (US\$ 46,2 milhões), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 25,8 milhões) apresentaram reduções nos valores exportados de 15,9%, 17,3% e 13,2%, respectivamente.

Os principais destinos das exportações foram países Baixos (51%), Argentina (5,2%) e Estados Unidos (4,9%).

As importações pernambucanas (US\$ 3.136,0 milhões) concentraram-se em combustíveis e lubrificantes (45,5%), bens intermediários (29,6%), bens de capital (15,1%) e bens de consumo (9,8%).

Piauí

No primeiro semestre de 2012, as exportações piauienses (US\$ 88,9 milhões) cresceram 79,6% enquanto as importações (US\$ 49,7 milhões) aumentaram 35,5%, comparativamente a igual período de 2011. Desta maneira, o Piauí apresentou superávit da balança comercial de US\$ 39,1 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Estado foram: soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 46,7 milhões), ceras vegetais (US\$ 26,0 milhões), algodão debulhado, não cardado (US\$ 5,9 milhões) e mel natural (US\$ 3,8 milhões).

A China (25,2%), Estados Unidos (14,9%), Vietnã (9%), Arábia Saudita (8,7%) e a Espa-

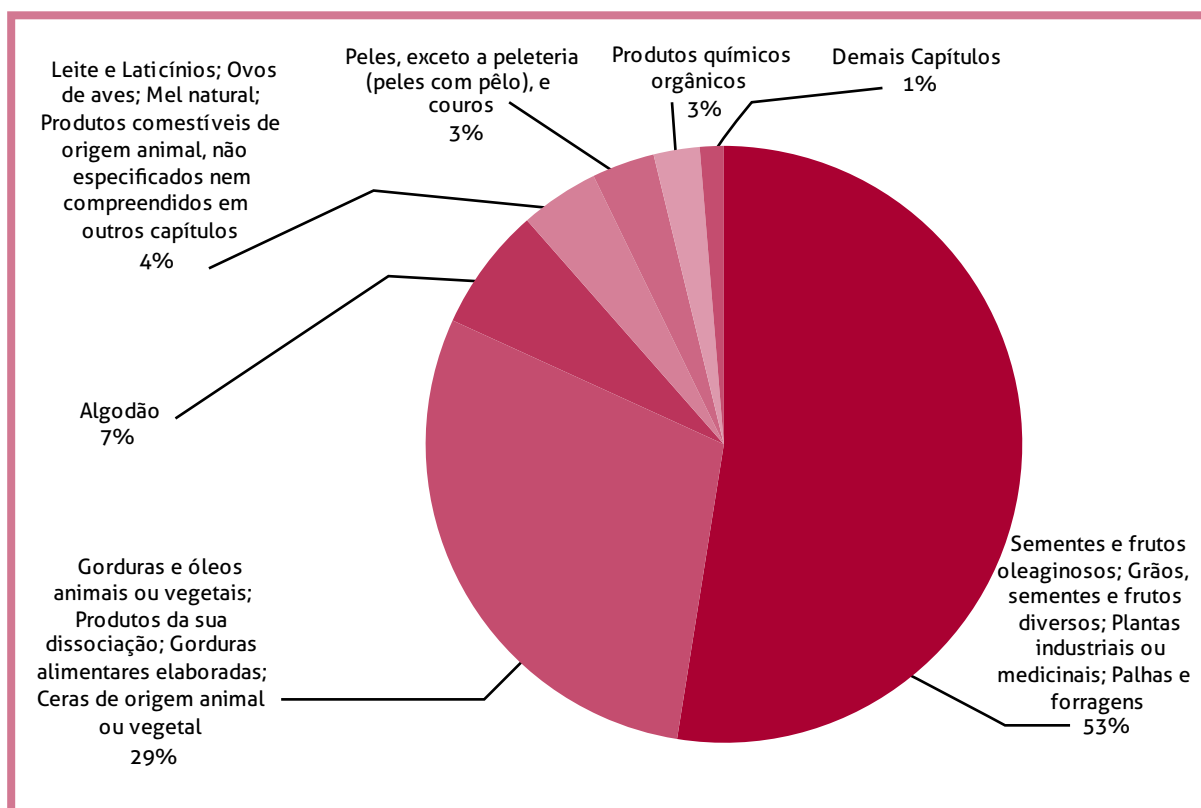


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

nha (8,6%) destacaram-se como principais países de destino das exportações do Estado.

Rio Grande do Norte

No primeiro semestre de 2012, o estado do Rio Grande do Norte expandiu suas exportações em 15,0% e reduziu as importações em 6,5%, comparativamente ao mesmo período de 2011. Desta maneira, as exportações potiguaras foram de US\$ 121,6 milhões, as importações, US\$ 106,9 milhões, o que resultou em saldo da balança comercial de US\$ 14,7 milhões.

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões chegou a 41% do total exportado (US\$ 50,2 milhões), teve incremento de 5%, sendo este decorrente de aumento nas quantidades exportadas. Castanha de caju (US\$ 22,8 milhões) foi o principal produto exportado neste capítulo, sendo seguido por melões frescos (US\$ 13,8 milhões).

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria somou US\$ 20,2 milhões às exportações potiguaras, com incremento de mais de 400% no montante exportado e de mais de 1000% nas quantidades vendidas. Ressalte-se que a produção global de açúcar deve ser 2% maior na safra 2012/2013, fato decorrente da maior rentabilidade do açúcar relativamente ao etanol e da desvalorização do real. Essa desvalorização acarretou incentivo à produção/exportação do produto já que, com o mesmo preço internacional, o produtor recebe mais em moeda nacional. O aumento da oferta de cana-de-açúcar gerou queda de preços no mercado mundial.

No que toca ao destino das exportações, Estados Unidos (30,8%), Espanha (9,9%), países Baixos (9,1%), Provisão de Navios e Aeronaves (7,8%) e Argentina (4,4%) foram os países/fins que mais se destacaram.

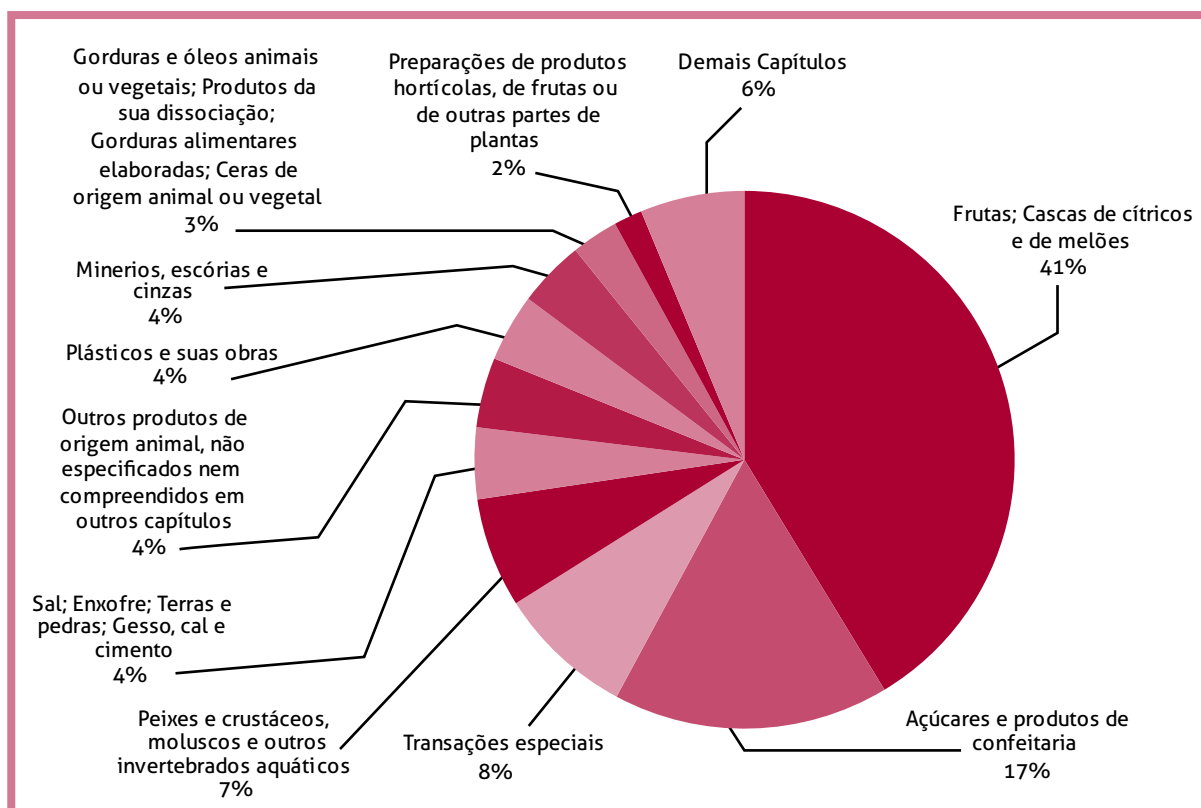


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

Sergipe

De janeiro a junho de 2012, Sergipe exportou US\$ 74,3 milhões e importou US\$ 120,1 milhões, resultando em déficit da balança comercial de US\$ 45,7 milhões.

Tropfrutit Nordeste S.A. (US\$ 26,6 milhões), Maratá Sucos do Nordeste Ltda. (US\$ 21,1 milhões) e Vucalbrás Azaléia S.A. (US\$ 7,3 milhões) foram as principais empresas exportadoras do Estado.

Os principais produtos exportados foram sucos de laranjas congelados, não fermentados (US\$ 36,8 milhões), com expansão de 199% e outros sucos de laranjas, não fermentados (US\$ 9,9 milhões), com aumento de 8,5%.

Não há expectativa de continuidade de incremento de vendas nesta proporção no segundo semestre. Há estoques elevados de sucos no Brasil (que detém metade da produção mundial) em virtude de supersafra em 2011, da redução de consumo do suco no mundo e da proibição da exportação para os Estados Unidos em razão do uso no Brasil do fungicida carbendazim, proibido no mercado americano. (BRANDT, 2012).

Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 10,8 milhões) e calçados e suas partes (US\$ 9,1 milhões) registraram decrementos de 16,9% e 15,1% em virtude de queda nas quantidades vendidas.

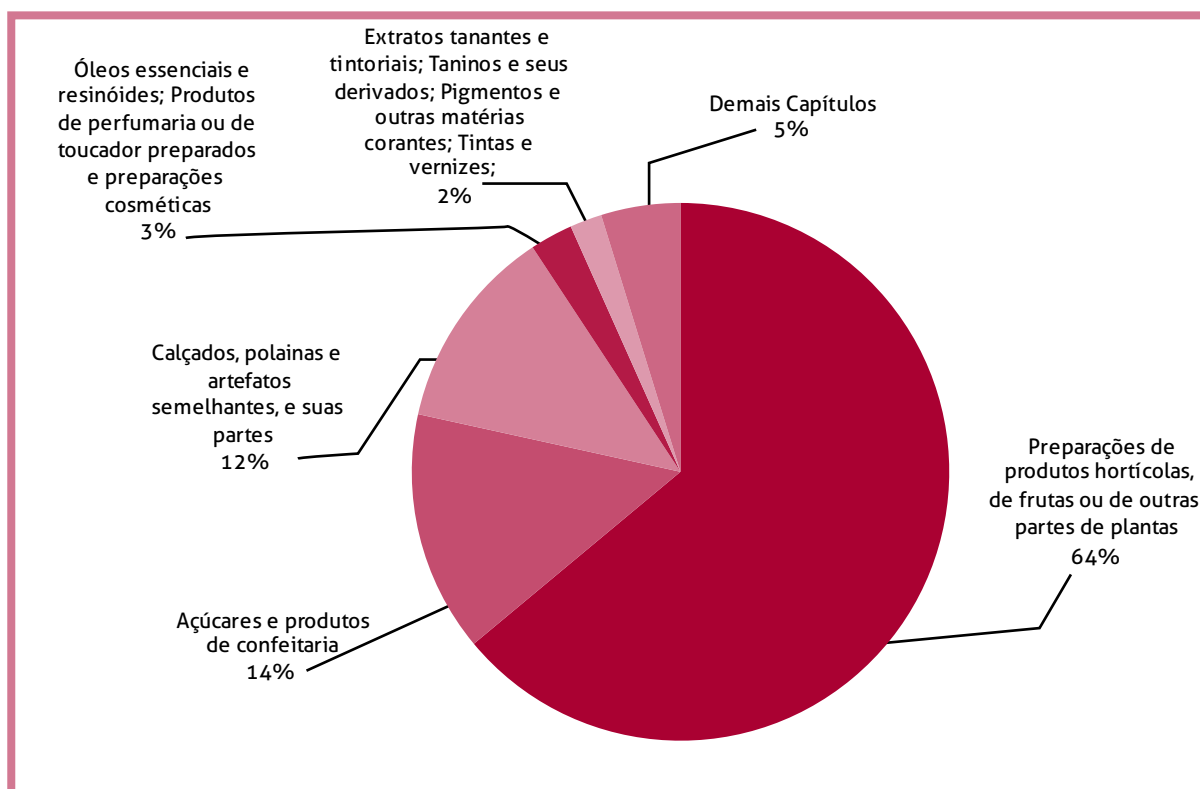


Gráfico 11 – Participação do Capítulo (NCM) em relação ao Total das Exportações de Sergipe – Janeiro a Junho 2012

Fonte: Elaboração do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Aliceweb (2012).

5.2 - Câmbio e Balanço de Pagamentos

No primeiro semestre de 2012, o balanço de pagamentos brasileiro registrou resultado geral de US\$ 21,8 bilhões, valor inferior em 49,2% ao mesmo período de 2011. A conta relativa a transações correntes apresentou déficit de US\$ 25,3 bilhões equivalente a 2,2% do PIB. A conta capital e financeira teve superávit de US\$ 45,5 bilhões, com destaque para o item investimento direto estrangeiro que somou influxos líquidos de US\$ 34,7 bilhões.

O Relatório Focus do Banco Central de 03.08.2012 relata que as instituições financeiras pesquisadas preveem, para dezembro de 2012, taxa de câmbio da ordem de R\$2,02/US\$ 1,00. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012). Cumpre salientar a mudança de cerca de 10% para mais relativamente

à previsão relatada três meses atrás. Esta alteração decorre da recente desvalorização da moeda nacional em virtude do ritmo de crescimento mais baixo das exportações (comparativamente ao mesmo período de 2011), ao menor influxo líquido na conta capital e financeira e aos efeitos das medidas sobre o câmbio adotadas em 2011. Dentre elas, destacam-se a Medida Provisória 539 e o Decreto Lei 7.536 que determinaram que as instituições financeiras com posição vendida em dólar superior à comprada pagariam 1% de Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) sobre o excedente, podendo esta alíquota subir até 25%. (BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539, 2012; BRASIL. DECRETO LEI 7.536, 2012).

Para o ano de 2012, a equipe de BNB Conjuntura Econômica projeta as exportações nordestinas na ordem de US\$ 20 bilhões e as importações em US\$ 26 bilhões. Importante enfatizar que parte significativa do comércio

exterior nordestino é decorrente da atuação da maior empresa exportadora/importadora da Região, a Petrobras, o que acarreta grande variabilidade no comportamento da corrente de comércio da região Nordeste.

REFERÊNCIAS

ALICEWEB. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

AGÊNCIA ESTADO. Produção mundial de açúcar deve crescer 4,6%, estima FAO. **Globo Rural**, 3 maio 2012. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI304447-18531,00-PRODUCAO+MUNDIAL+DE+ACUCAR+DEVE+CRESCE+ESTIMA+FAO.html>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus**:relatório de mercado.[S.l.], 2012. Disponível em:<<http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20120803.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

BRANDT,R. Estoque alto de laranja dá prejuízo de R\$ 1,2 bilhão. **Globo 21**, 16 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/noticias/2019019/1/estoque-alto-de-laranja-da-prejuizo-de-r-1-2-bilhao-ricardo-brandt>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.536, de 26 de julho de 2011. Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos/2011/dec7536.htm>>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011. Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/539.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2012.

FONTES,S. Alta nos estoques mundiais vai pressionar preços. **Valor Econômico**, 31 jul. 2012. Disponível em:<<https://conteudoclip-pingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/7/31/alta-nos-estoques-mundiais-vai-pressionar-precos>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

FUNCEX. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 30 jul. 2012.

ITAUEIRA implanta sistema de rastreamento do melão. **PIB**, 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.revistapib.com.br/noticias_visualizar.php?id=873>. Acesso em: 1 ago. 2012.

LATIN America needs to rebuild resilience and flexibility. IMF Survey Magazine: Countries & Regions, 25 Apr.2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2012/CAR042512A.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

WEAK global recovery depends on progress in Europe and United States. **IMF Survey Magazine: In the News**, 16 Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2012/NEW071612A.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1- Arrecadação de ICMS

O Nordeste tem uma participação média de 13% na riqueza gerada pelo país. Os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) nordestino representava 13,01% do PIB brasileiro em 2000 e passou a representar 13,51% em 2009. A relação entre as arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Nordeste e Brasil apresenta-se mais favorável à Região, conforme visualizado no Gráfico 1, indicando possíveis sinais de melhor gestão da arrecadação nos estados.

Pela arrecadação média do ICMS e associando-se a participação da população do Nordeste no total do país, em torno dos 28%, entende-se que a Região deva permanecer privilegiada na repartição do fundo, em favor do equilíbrio socioeconômico entre as regiões. Com relação aos respectivos estados, a análise deve ser mais criteriosa, dado que o Nordeste tem dois estados entre os dez maiores arrecadadores do país.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Brasil cresceu 10,2% no período janeiro a maio de 2012, quando comparada com o mesmo período de 2011, conforme apresentada na Tabela 1. A variação real¹ ficou em 4,5%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu, no mesmo período, 5,8% em termos reais ou 11,6% nominais. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil

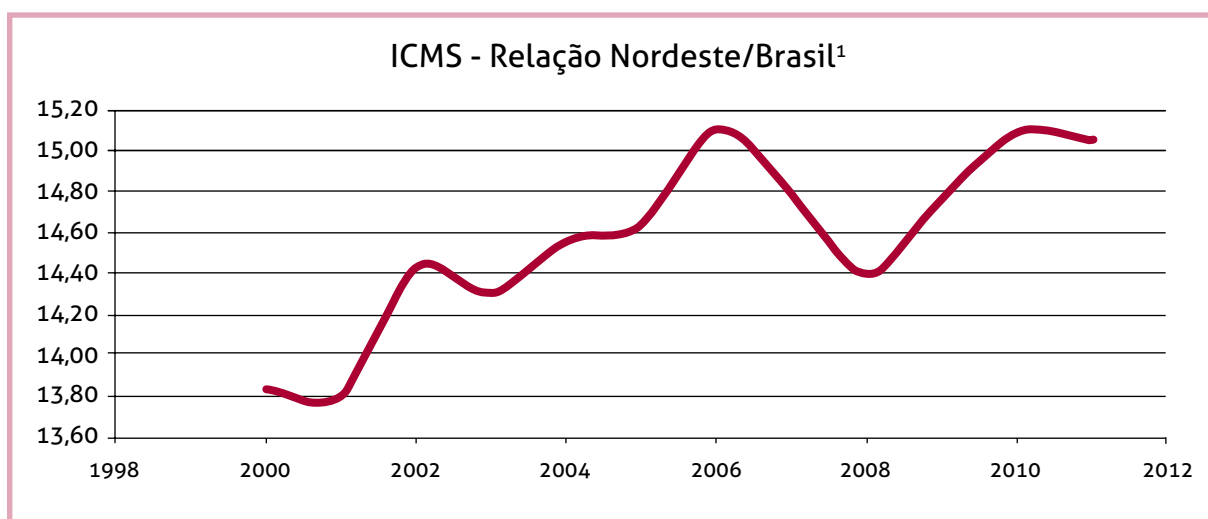


Gráfico 1 – Relação entre as Arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Nordeste e Brasil

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etене/Conjuntura Econômica a partir de Dados da Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

¹ICMS a preços correntes.

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA no período em análise (índices médios de 2012 e 2011), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

é uma aproximação aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se que a Região continue a apresentar, em seu PIB, crescimento um pouco maior que o crescimento do PIB brasileiro. O ICMS do Nordeste também cresceu acima do montante do Brasil, em 2011, em função do volume de recursos em investimentos em infraestrutura, principalmente em Pernambuco e Ceará, que compensaram os fatores conjunturais associados à indústria, dada a expressiva queda observada na produção física industrial nordestina (-4,7%) quando comparada com a redução de 0,3% da produção física industrial do Brasil. (IBGE, 2012). Se é plausível associar o ICMS à parte do PIB consumo (comércio e serviços), dado que a compra de bens de capital e bens intermediários se torna crédito das empresas na composição da arrecadação do imposto, observa-se que o arrefecimento do crescimento do PIB do país está diretamente atrelado à agricultura e à indústria.

Crescimento significativo de arrecadação do ICMS, acima da média da Região e do país, ocorreu nos estados de Sergipe, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, cabendo destacar o crescimento da arrecadação de Sergipe, 19,1%. O crescimento da arrecadação nos estados de Pernambuco e Alagoas foram os menores da Região, cabendo ressaltar um crescimento zero em Alagoas, em termos reais, conforme se vê na Tabela 1.

No crescimento diferenciado de 19,1% na arrecadação de Sergipe, no período analisado, destaca-se o aumento da arrecadação do ICMS-Dívida Ativa (761,5%), que passou a representar 4,8% do total arrecadado do Estado, no período janeiro a maio de 2012. Centra-se nas arrecadações do setor primário e na arrecadação o subsetor de energia, com

evoluções de 98,7% e 109,7%, respectivamente. O aumento da arrecadação no Maranhão deve-se, principalmente, à evolução da arrecadação das áreas de energia (41,4%) e petróleo (17,6%), que representam 36,3% da arrecadação do Estado, no período janeiro a maio de 2012. No caso do Ceará, as maiores variações ocorreram em: energia (17,30%) e petróleo (28,3%), que representam 31,8% da arrecadação total do Estado. O crescimento da arrecadação do Rio Grande do Norte é oriundo dos setores primário (54,1%), terciário (15,7%) e energia (45,5%), que responderam por 69,3% da arrecadação do Estado.

A menor evolução da arrecadação, no estado de Alagoas, de 5,5%, se deveu, principalmente, à queda de 4,2% na arrecadação do setor petróleo, e ao pequeno crescimento de energia (4,0%) e do setor terciário (5,8%). Petróleo e energia representam 22,6% do total arrecadado em 2012, e o setor terciário, mais 54%. A segunda menor arrecadação na Região, Pernambuco, com um crescimento de 7,4%, se deve à baixa arrecadação em quase todos os setores, à exceção do setor energia, que cresceu 12,5%.

O nível de concentração espacial de renda no Brasil pode ser visto por diversos prismas. A arrecadação do ICMS também possibilita essa visão. Os dez estados com maiores arrecadações desse tributo detêm, juntos, 81,4%, em média, do total recolhido no país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012), como se vê na Tabela 2. Pelas contas regionais de 2009 do IBGE, a economia desses dez estados corresponde a 81,2% do PIB brasileiro. O grupo inclui todos os estados do Sul e do Sudeste, Bahia, Pernambuco e Goiás².

2 Pelas contas regionais de 2009, o Distrito Federal entraria no grupo dos dez maiores PIB estaduais, ocupando a 7ª posição deslocando o estado do Espírito Santo, que passa a ocupar a 11ª posição.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS – R\$ Milhões

Estados/ Região	2011 ¹	Part. %	2012 ¹	Part. %	Var. %	Var. Real % ²
Alagoas	966	0,8	1.018	0,8	5,5	0,0
Bahia	5.255	4,4	5.874	4,5	11,8	6,0
Ceará	2.619	2,2	2.998	2,3	14,5	8,5
Maranhão	1.307	1,1	1.514	1,2	15,8	9,8
Paraíba	1.165	1,0	1.292	1,0	10,9	5,2
Pernambuco	3.968	3,3	4.261	3,2	7,4	1,8
Piauí	831	0,7	932	0,7	12,1	6,3
Rio Grande do Norte	1.277	1,1	1.455	1,1	14,0	8,0
Sergipe	795	0,7	947	0,7	19,1	12,9
Nordeste ²	18.184	15,2	20.291	15,4	11,6	5,8
Brasil ²	119.266	100,0	131.439	100,0	10,2	4,5

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

Nota¹: Alguns valores foram estimados para os estados da Bahia, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul.

1. Valores de Janeiro a Maio de 2011 e 2012. 2. Índice de inflação utilizado, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio (jan. - maio) de 2011 e 2012.

Tabela 2 – Principais Estados Arrecadadores do ICMS – R\$ Milhões¹

Estados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ²
São Paulo	68.682	74.676	78.786	90.016	88.273	98.849	102.139	43.454
Rio de Janeiro	18.046	19.136	19.545	21.044	21.493	24.639	25.155	11.522
Minas Gerais	21.057	21.998	24.107	27.404	25.134	29.119	29.219	12.669
Rio Grande do Sul	15.313	15.274	15.285	17.496	16.974	19.165	19.503	8.516
Paraná	11.796	11.977	12.577	13.885	13.876	14.857	15.962	7.078
Bahia	10.543	11.121	11.148	12.089	11.411	13.009	13.231	5.874
Santa Catarina	7.854	7.976	8.513	9.371	9.596	11.100	12.514	5.175
Pernambuco	5.808	6.288	6.753	7.324	7.722	9.004	9.926	4.261
Goiás	5.686	6.072	6.523	7.246	7.554	8.752	9.875	4.226
Espírito Santo	6.242	6.581	7.330	8.257	7.509	7.459	7.748	3.737
Total	171.027	181.099	190.566	214.134	209.543	235.951	245.273	106.512
Brasil	208.932	222.388	233.978	263.265	257.881	289.931	301.297	131.439
Participação %	81,9	81,4	81,4	81,3	81,3	81,4	81,4	81,0

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do Banco Central do Brasil (2012).

1. A preços do último mês (maio de 2012).

2. Valores de 2012, de Janeiro a Maio.

6.2 - Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação.³ A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos por uma Lei Complementar (LC nº 62) de 1989, em que 85% do total foram para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). (BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 62, 2012). Os coeficientes estaduais foram determinados através de combinações de critérios, que utilizam o território de cada estado, sua população e o inverso da renda *per capita*. Ocorreram mudanças expressivas na distribuição da renda *per capita* entre os estados, no período 1989-2011, especialmente na região Centro-Oeste, que se beneficiou do rápido crescimento do agronegócio na última década, porquanto ela representava 8,8% do PIB brasileiro em 2002, e passou a representar 9,5% em 2009. (VIDAL; BARROSO; SANTOS, 2012). O informe sobre as contas regionais de 2009, citado, traz um indicador que tenta estimar o nível de produtividade entre os estados. O indicador em questão relaciona as seguintes variáveis:

$$\frac{(\text{PIB do Estado} / \text{PIB do Brasil})}{(\text{População do Estado} / \text{População do Brasil})}$$

Quando o indicador é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB do Brasil, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Em outras palavras, a riqueza

gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante no contexto do país. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média brasileira. Por outro lado, quando o indicador é menor que a unidade, deduz-se que a produtividade estadual é menor em comparação com a produtividade média brasileira. Este indicador varia entre 0,4 e 0,6, para todos os estados do Nordeste e deveria ser discutido quando da concepção da distribuição do FPE. O referido informe traz, ainda, outras informações que deixam mais claro o grau do desequilíbrio regional, como o PIB *per capita* do Nordeste de R\$ 10.042,00 a preços correntes de 2009, o menor entre todas as regiões, e a participação da população rural nordestina no total da população é a maior entre as regiões, posição de 2010.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. O assunto está em discussão em vários órgãos técnicos dos executivos Federal e Estadual e no Congresso Nacional. A reforma terá que cumprir dois critérios especificados na decisão do STF, ou seja, deve ser equalizadora e capaz de adaptar-se dinamicamente às condições dos estados. Cabe salientar que qualquer reforma

³ Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, 2012). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

Tabela 3 – Fundo de Participação dos Estados (FPE) – Nordeste – R\$ Mil – Janeiro a Junho

Estados /Região	2011 ¹	2012 ¹	Participação (%)	Programação 2012 ³
Alagoas	1.043.753	1.122.545	4,2	2.227.188
Bahia	2.357.470	2.535.434	9,4	5.030.433
Ceará	1.840.800	1.979.760	7,3	3.927.948
Maranhão	1.811.018	1.947.731	7,2	3.864.400
Paraíba	1.201.516	1.292.218	4,8	2.563.828
Pernambuco	1.731.233	1.861.923	6,9	3.694.153
Piauí	1.084.222	1.166.070	4,3	2.313.543
Rio Grande do Norte	1.048.219	1.127.348	4,2	2.236.718
Sergipe	1.042.549	1.121.250	4,2	2.224.618
Nordeste	13.160.780	14.154.278	52,5	28.082.830
Brasil	25.089.611	26.983.606	100,0	53.536.892

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/CEIS/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do Tesouro Nacional... (2012a, 2012c).

Nota¹: Valor Semestral - Jan a Jun - 2011 e 2012.

Nota²: Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Nota³: Valores estimados para o ano pelo Tesouro.

da fórmula de distribuição horizontal do FPE será de tal maneira que os ganhos por parte de alguns estados implicarão perdas de outros. Com isso, a reforma deve prever tempo suficiente para que os estados prejudicados possam ajustar suas finanças diante de eventuais perdas. Atualmente, 18 projetos de lei complementar (dez originados na Câmara e oito no Senado) estão em tramitação, para alterar a sistemática da distribuição do FPE, o que evidencia a dificuldade de se obter um consenso. O Banco do Nordeste, certamente, deverá participar dessa discussão.

A Tabela 3 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 7,5%, no período analisado, janeiro- junho de 2012, com relação ao mesmo período de 2011. Em termos reais, o crescimento foi de 2,0%⁴, abaixo do crescimento observado no ICMS Nordeste. Como o FPE tem como base o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), impostos mais impactados pelas ativi-

dades da agricultura e indústria, é mais um sinal para a previsão de crescimento mais baixo do PIB em 2012. A previsão do Tesouro Nacional, para 2012, sinaliza um crescimento de 11,4%, com relação a 2011⁵, valor de R\$ 28,1 bilhões. O percentual de realização do primeiro semestre foi de 50,4%.

Sobre as transferências do FPM, há de se observar que o seu crescimento nominal, para a região Nordeste, é praticamente igual ao do FPE, 7,7% para 7,5%, respectivamente, conforme indicado na Tabela 4. Alguns estados têm variações distintas, como a Bahia com 6,6%, Piauí com 12,0% e Sergipe com 10,4%. Dentre os fatores que prejudicam a uniformidade das variações do FPM destacam-se as mudanças nos coeficientes de distribuição do FPM de um ano para o outro, bem como eventuais bloqueios de repasses decorrentes da maior vulnerabilidade dos municípios à não observância das contrapartidas das transferências.

⁴ Como deflator foi utilizado o IPCA, índice médio do primeiro semestre de 2011 e 2012.

⁵ A projeção consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 (PLOA) – 2012.

Tabela 4 – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Nordeste – R\$ Mil – Janeiro a Junho

Estados/Regiões	2011 ¹	2012 ¹	Participação (%)		Variação % 2012/2011	Programação 2012 ³
			2011	2012		
Alagoas	624.761	672.150	2,4	2,4	7,6	1.407.669
Bahia	2.408.849	2.568.021	9,2	9,1	6,6	5.378.149
Ceará	1.369.311	1.472.945	5,2	5,2	7,6	3.084.755
Maranhão	1.092.212	1.174.608	4,2	4,2	7,5	2.459.955
Paraíba	848.121	912.307	3,2	3,2	7,6	1.910.625
Pernambuco	1.317.045	1.416.302	5,0	5,0	7,5	2.966.130
Piauí	668.292	748.565	2,5	2,7	12,0	1.567.704
Rio Grande do Norte	661.332	711.310	2,5	2,5	7,6	1.489.681
Sergipe	381.709	421.266	1,5	1,5	10,4	882.249
Nordeste	9.371.632	10.097.476	35,7	35,8	7,7	21.146.918
Brasil	26.256.570	28.238.659	100,0	100,0	7,5	59.139.590

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/CEIS/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do Tesouro Nacional... (2012a, 2012c).

Nota¹: Valor do Semestre - Janeiro a Junho - 2011 e 2012.

Nota²: Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB.

Nota³: Valores estimados para o ano, pelo Tesouro.

A Tabela 5 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2011 para 2012 foram favoráveis para a maioria das capitais do Nordeste, à exceção de Salvador, com variação negativa de 3,0%. A variação real média, para as capitais do Nordeste, foi da ordem de 3,4%, acima da

variação real do FPM e do FPE, mais próxima à variação observada no ICMS. Vale atentar para o crescimento no FPM para o estado do Piauí e sua capital, 12,0% e 34,7%, respectivamente, as maiores elevações. O estado da Bahia e sua capital apresentaram as menores variações, 6,6% e -3,0%, respectivamente.

Tabela 5 – Fundo de Participação dos Municípios (FPMc) – Capitais Nordeste – R\$ Mil – Janeiro a Junho

Estados/Regiões	2011	2012	Participação (%)		Variação % 2012/2011	Programação 2012 ³
			2011	2012		
Alagoas	137.605	148.312	5,2	5,3	7,8	310.607
Bahia	220.168	213.570	8,4	7,6	-3,0	447.274
Ceará	275.209	296.625	10,5	10,5	7,8	621.214
Maranhão	137.605	148.312	5,2	5,3	7,8	310.607
Paraíba	110.084	118.650	4,2	4,2	7,8	248.486
Pernambuco	154.117	166.110	5,9	5,9	7,8	347.880
Piauí	110.084	148.312	4,2	5,3	34,7	310.607
Rio Grande do Norte	88.067	94.920	3,4	3,4	7,8	198.789
Sergipe	70.454	85.428	2,7	3,0	21,3	178.910
Nordeste	1.303.392	1.420.238	49,6	50,3	9,0	2.974.373
Brasil	2.625.657	2.823.866	100,0	100,0	7,5	5.913.959

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços (CEIS)/Conjuntura Econômica a partir dos Dados do Tesouro Nacional... (2012a, 2012c).

Notas¹: Valores do semestre - janeiro a junho - 2011 e 2012.

Nota²: Valores já estão descontados da parcela de 20%, destinada ao FUNDEB.

Nota³: Valores estimados para 2012, pelo Tesouro.

6.3 -Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no primeiro semestre de 2012, foram de R\$ 4,4 bilhões, conforme mostra a Tabela 6. Os estados nordestinos captaram 40,3% dessas transferências, R\$ 1,8 bilhão. As transferências para o Nordeste cresceram 76,9%, comparando com o primeiro trimestre de 2011. Foi a segunda Região em crescimento, perdendo apenas para a região Norte, que evoluiu em 79,3% no período em análise. Detalhando esta variação para o Nordeste, observa-se que as transferências para os estados, apesar de menor volume, são as que mais cresceram, 162,7%, enquanto que as transferências para os municípios cresceram 51,5%. Os estados da Região com menor variação foram Pernambuco, com 38,6%, e Maranhão, com 54,5%.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, no período janeiro a junho de 2012, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eles realizaram 93,7% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 7.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação básica – 65,1%; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – 15,0%; Desenvolvimento produtivo – 3,8%; Bolsa família – 3,3%; Resposta aos desastres e reconstrução – 3,2%; e Promoção dos direitos de crianças e adolescentes, 2,9%.

Tabela 6 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União em 2012 – Jan. a Jun. 2011 e 2012 – R\$ Mil

Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências				
	2011 (A)	2012 (A)	2011 (B)	2012 (B)	2011 (A+B)	Part %	2012(A+B)	Part%	Variação
									2012/2011 (%)
Nordeste	779.376	1.180.744	231.179	607.268	1.010.555	32,3	1.788.012	40,3	76,9
Alagoas	40.547	67.491	13.268	23.577	53.815	1,7	91.069	2,1	69,2
Bahia	203.314	305.743	43.628	160.927	246.943	7,9	466.670	10,5	89,0
Ceará	133.336	203.148	32.401	82.366	165.737	5,3	285.514	6,4	72,3
Maranhão	113.213	159.358	14.966	38.629	128.180	4,1	197.987	4,5	54,5
Paraíba	58.890	69.362	18.506	77.182	77.396	2,5	146.543	3,3	89,3
Pernambuco	106.796	163.606	69.978	81.406	176.774	5,6	245.012	5,5	38,6
Piauí	50.613	109.046	14.057	86.426	64.670	2,1	195.471	4,4	202,3
Rio Grande do Norte	48.098	61.474	14.978	45.713	63.077	2,0	107.187	2,4	69,9
Sergipe	24.568	41.517	9.396	11.042	33.964	1,1	52.559	1,2	54,8
Norte	207.243	298.597	58.564	177.900	265.807	8,5	476.497	10,8	79,3
Sul	283.238	329.723	178.186	257.219	461.424	14,7	586.943	13,2	27,2
Sudeste	667.429	799.932	479.182	476.211	1.146.611	36,6	1.276.143	28,8	11,3
Centro - Oeste	137.519	184.114	108.494	120.236	246.013	7,9	304.350	6,9	23,7
Brasil	2.074.805	2.793.110	1.055.606	1.638.835	3.130.411	100,0	4.431.945	100,0	41,6

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Tesouro Nacional Brasil (2011b).

Tabela 7 – Fluxos de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios – Jan. a Jun. 2011 e 2012 – R\$ Mil

Região/Estados	Educação		Fome		Outros ¹		Total Valor
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	
Nordeste	764.445	67,0	34.241	24,7	138.902	7,8	1.788.012
Alagoas	47.045	66,9	378	22,9	8.423	9,2	91.069
Bahia	210.142	69,0	1.288	20,4	45.156	9,7	466.670
Ceará	140.015	77,4	828	20,3	5.817	2,0	285.514
Maranhão	98.317	58,7	794	31,0	19.911	10,1	197.987
Paraíba	32.932	65,1	1.312	25,6	13.766	9,4	146.543
Pernambuco	103.177	53,5	28.387	36,2	23.914	9,8	245.012
Piauí	74.789	72,7	550	17,7	17.296	8,8	195.471
Rio Grande do Norte	32.586	70,2	420	27,3	2.534	2,4	107.187
Sergipe	25.442	64,9	284	31,1	2.085	4,0	52.559

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Tesouro Nacional Brasil (2012b).

A participação é de cada Ministério, no total da Região ou Estado.

1. Outros: Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

6.4 - Aplicações de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste

O crédito é um elemento importante para a viabilização do crescimento econômico, como suporte à implantação de empreendimentos produtivos e à comercialização de bens e serviços. Nos últimos anos, a manutenção dos fundamentos macroeconômicos e a política monetária, propiciaram um cenário consistente para o aumento do ritmo do crescimento do crédito no país, principalmente no Nordeste, Região mais favorecida pelas transferências de renda e emergência das classes D e C. Em 2006, no Brasil e Nordeste, a relação crédito/PIB era, respectivamente, 31,8% e 26,0%. A perspectiva é que, em 2011, essa relação atinja 50,7% e 49,0%, respectivamente. Nota-se que a política adotada pelo governo, no sentido de alimentar o crédito voltado para o consumo, tentando estimular o crescimento econômico do segundo semestre de 2012, está dando sinais de esgotamento, em função do alto índice de comprometimento da renda familiar e da satisfação pelas famílias dos bens de consumo duráveis básicos. O governo federal deve estimular as instituições de crédito a voltarem suas atenções para o financiamento como base para o investimento, que é uma função ainda delegada apenas às agências de fomento oficiais, mais especificamente o Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social⁶.

⁶ Vale destacar, também, o Banco do Brasil com o crédito rural em algumas regiões do país e a Caixa Econômica Federal no crédito imobiliário.

Tabela 8 – Aplicações em Operações de Crédito na Região Nordeste por Estado – R\$ Milhões

Regiões	Saldo em 31.12.2011	Programação ¹	Realizado até o 2º Bimestre / 2012				Pmr	Pr ³
			Concedidas	Recebidas	Saldo em 31/04	Var. % ²		
Norte	70.603	84.547	23.074	19.795	73.883	4,6	376	23,5
Nordeste	167.465	196.867	73.639	66.356	174.748	4,3	279	24,8
Sudeste	651.388	797.480	304.189	289.045	666.532	2,3	260	10,4
Sul	195.306	236.459	93.556	85.519	203.343	4,1	256	19,5
Centro-Oeste	112.400	136.394	79.783	65.207	126.976	13,0	180	60,7
Brasil	1.197.161	1.451.748	574.242	525.921	1.245.482	4,0	255	19,0

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério... (2012).

Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

1. Programação para o saldo no final de 2012.

2. Variação % entre os saldos de 2011 e 31/04/2012.

3. Participação % entre a variação do saldo do 2º bimestre de 2012 e saldo de 2011 e a variação da programação para o saldo de 2012 e saldo de 2011.

O saldo total das operações de crédito no Brasil, em abril de 2012, chegou a R\$ 2,1 trilhões,⁷ onde R\$ 753 bilhões são recursos direcionados (operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais), em que as agências oficiais de fomento são preponderantes. Esse dado denota o papel relevante dos bancos públicos no financiamento da produção e consumo. A participação média do crédito dos bancos públicos no total do crédito, no período 2006-2011, de 54,4% no Brasil e de 66,6% no Nordeste.

Além da função clássica de intermediação da liquidez e poupança do sistema econômico, os bancos públicos são quase o único canal de acesso ao crédito de longo prazo para atividades produtivas. As instituições voltadas para esse tipo de financiamento são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atua em todas as regiões do país; o Banco do Nordeste do Brasil; o Banco da Amazônia, que administra o Fundo Constitucional da região Norte, e o Banco do Brasil, que administra o Fundo Constitucional do Centro-Oeste. As Tabelas a seguir detalham

as aplicações dos bancos públicos no período janeiro a abril de 2012 (até o 2º bimestre do ano), comparado com o ano de 2011. Um dos indicadores analisados é o Prazo Médio de Recebimento das Aplicações (PMR), que avalia o prazo médio de recebimento das aplicações, em relação às concessões do período. Este indicador, para o setor privado, associado ao Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores, indica o grau de liquidez e o nível da saúde financeira da empresa. Para os bancos públicos, principalmente os que têm em sua carteira um volume relevante de financiamentos de longo prazo, ele se propõe a avaliar os prazos entre os tipos de financiamentos para os setores, permitindo discutir a diferença entre os mesmos.

A Tabela 8 detalha as operações de crédito das agências oficiais de fomento por região, até o 2º bimestre de 2012. Tais aplicações estão em consonância com as prioridades e metas da administração federal, e com as disposições constantes na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011. (BRASIL. LEI Nº 12.465, 2012).

7 Não estão incluídos os fundos constitucionais, FNE e FNO, junto ao crédito direcionado e recursos livres.

Cabe, inicialmente, comentar sobre a coluna "Programação". Ela se refere ao saldo esperado em 31.12.2012, partindo-se do saldo final de 2011, mais a programação das aplicações para o ano de 2012, menos os recebimentos esperados neste ano. Observa-se que é esperado que o saldo das operações de crédito no país tenha um crescimento médio de 21,3%, comparando-se o fim do ano de 2012 com o fim de 2011. Por região, a programação é de um crescimento de 22,4% na região Sudeste e 17,6% no Nordeste. Os resultados do 2º bimestre atestam que será preciso um esforço adicional para a realização da programação anual. Até o 2º bimestre, seria preciso ter realizado 33,3% da programação. A região Centro-Oeste ultrapassou a meta com folga, mas todas as outras regiões ficaram abaixo, principalmente a região Sudeste com uma realização de apenas 10,4% da programação anual. Associando a esta baixa capacidade de alavancar o crédito, como o pretendido pelo governo federal, todas as medidas de redução de juros e *spreads* pelos bancos oficiais, temos um sinal evidente do arrefecimento da demanda por crédito.

Excetuando-se o estuendo crescimento da região Centro-Oeste, a região Nordeste foi a que mais chegou perto de atender a meta programada de 33,3% até o 2º bimestre, cabendo observar que sua meta de crescimento para o ano foi a menor entre as regiões. A coluna Prazo Médio de Recebimento (Pmr) acentua a diferença da região Centro-Oeste com as outras regiões. Além de ser a região com o maior crescimento no período analisado, é a que mais rapidamente recebe os créditos concedidos, quer dizer, o prazo médio para receber o saldo das operações de crédito é de 180 dias, quando a média no país é de 255 dias. O Pmr da região Nordeste só não é pior que o prazo da região Norte. O Pmr do Nordeste é bastante influenciado pelo Pmr

do BNDES e do BNB, como será comentado a seguir.

A Tabela 9 traz as aplicações dos bancos públicos por estado da região Nordeste. O Nordeste cresceu 4,3% no saldo das operações de crédito, ficando em terceiro lugar entre as regiões. O crescimento de 17,6% no saldo programado para a Região em 2012 tem uma dispersão razoável entre os estados. Enquanto se espera que o saldo programado para Alagoas cresça 25,3%, o saldo programado para Pernambuco é de 7,1%, conforme a LDO 2012. (BRASIL. LEI Nº 12.465, 2012).

A variação no período investigado das operações nos três maiores estados, Bahia, Pernambuco e Ceará, que detêm 64,2% do total das aplicações do Nordeste, foi de 3,7%, 2,6% e 2,8%, respectivamente. São esses estados e o Maranhão com os mais altos Pmr. Os estados nordestinos que cumpriram a meta programada na LDO 2012 para o 2º bimestre de 2012 (33,3%) foram Paraíba (36,5%), Pernambuco (36,9%), Piauí (41,5%) e Rio Grande do Norte (52,5%), mais em função da baixa meta incluída na LDO 2012, que por performance das instituições de fomento. (BRASIL. LEI Nº 12.465, 2012).

As aplicações dos bancos públicos na região Nordeste estão apresentadas na Tabela 10. A programação de crescimento do saldo das operações de crédito, contida na LDO-2012 (BRASIL. LEI Nº 12.465, 2012), privilegiou as instituições de fomento que não estão mais diretamente vinculadas às operações de longo prazo. Enquanto a programação de crescimento para o Banco do Brasil e Caixa Econômica é de 22,3% e 32,6%, respectivamente, a programação para o crescimento das operações do BNB é de 12,4% e, para o BNDES, de 9,0%.

Tabela 9 – Aplicações em Operações de Crédito na Região Nordeste por Estado – R\$ Milhões

Estado	Saldo em 31.12.2011	Programação ¹	Realizado até o 2º Bimestre / 2012				Pmr	Pr (%) ³
			Concedidas	Recebidas	Saldo em 31/04	Var. % ²		
Alagoas	7.446	9.326	5.462	4.920	7.987	7,3	170	28,8
Bahia	46.625	56.547	18.764	17.053	48.336	3,7	304	17,2
Ceará	27.756	33.426	10.195	9.405	28.546	2,8	331	13,9
Maranhão	15.618	18.698	6.074	5.227	16.466	5,4	317	27,5
Paraíba	8.853	10.488	5.643	5.047	9.449	6,7	195	36,5
Pernambuco	34.476	36.938	12.886	11.979	35.384	2,6	325	36,9
Piauí	8.355	9.374	4.035	3.613	8.777	5,1	255	41,5
Rio Grande do Norte	11.430	13.524	6.336	5.236	12.530	9,6	227	52,5
Sergipe	6.907	8.546	4.243	3.876	7.273	5,3	201	22,4
Nordeste	167.465	196.867	73.639	66.356	174.748	4,3	279	24,8

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério... (2012).

Pmr = estimativa número de dias em que o saldo médio será recebido.

1. Programação para o saldo no final de 2012.

2. Variação % entre os saldos de 2011 e 31/04/2012.

3. Participação % entre a variação do saldo do 2º bimestre de 2012 e saldo de 2011 e a variação da programação para o saldo de 2012 e saldo de 2011.

Tabela 10 – Aplicações em Operações de Crédito na Região Nordeste por Agência – R\$ Milhões

Agência Oficial de Fomento	Saldo em 31.12.2011	Programação ¹	Realizado até o 2º Bimestre / 2012				Pmr	Pr (%) ³
			Concedidas	Recebidas	Saldo em 31/04	Var. % ²		
Banco do Nordeste	43.837	49.272	1.764	1.101	44.499	1,5	3.005	12,2
Banco do Brasil	33.417	40.878	12.802	10.468	35.750	7,0	324	31,3
Caixa Econ. Federal	33.248	44.072	55.079	51.033	37.294	12,2	77	37,4
BNDES/FINAME*	56.329	61.405	3.917	3.662	56.584	0,5	1.729	5,0
Finep e BASA*	634	1.240	77	91	621	-2,1	974	-2,2
Nordeste	167.465	196.867	73.639	66.356	174.748	4,3	279	24,8

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério... (2012).

Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

1. Programação para o saldo no final de 2012.

2. Variação % entre os saldos de 2011 e 31/04/2012.

3. Participação % entre a variação do saldo do 2º bimestre de 2012 e saldo de 2011 e a variação da programação para o saldo de 2012 e saldo de 2011.

* Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Banco da Amazônia (BASA).

Observa-se o baixo crescimento das aplicações, no Nordeste, na maioria das instituições, à exceção da Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil. A CEF, que representa 21,3% do total das aplicações da Região, pe-

ríodo janeiro-abril de 2012, teve um crescimento fora do padrão nacional e das regiões (excetuando-se o Centro-Oeste), com 12,2% de aumento. O BNB cresceu apenas 1,5% no período em análise, e o BNDES foi pior ain-

da, 0,5%. Outro fato a ressaltar é o alto Pmr do BNB e do BNDES, 3.005 dias (8,3 anos) e 1.729 dias (4,8 anos), respectivamente, salientando, ainda, que o Pmr do BNB é 73,8% maior que o Pmr do BNDES. Enquanto a relação recebimento/crédito concedido, no período em análise, foi de 60% no BNB, ela é acima de 80% nas outras instituições oficiais de fomento. BNB e BNDES são as duas instituições em que as aplicações de longo prazo são relevantes em suas carteiras. Surpreende, por isso, dado o perfil parecido dessas agências, a diferença tão grande entre seus prazos médios de recebimento das aplicações. Cabe observar o papel diferenciado do BNDES, com relação às outras agências oficiais: 36,4% dos financiamentos da instituição estão na atividade 'Intermediação Financeira', quer dizer, o Banco repassa recurso para as outras instituições, recebe uma taxa, e outros bancos repassam para o cliente final, cobram seu *spread* e ficam com todo o risco da operação. As duas outras grandes instituições oficiais, Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), têm um Pmr abaixo de um ano. A CEF está com um Pmr no período de 77 dias, ou seja, seu saldo a receber tem um prazo médio de apenas 2,6 meses, mesmo com 63,1% desse saldo na atividade

habitação, que é de longo prazo, e sendo a instituição que mais cresceu no período. Isso sinaliza que ela tem ampla margem para ampliar o crédito.

A Tabela 11 traz o detalhamento das aplicações das instituições de fomento por setor. Os dados permitem melhor observar a estrutura de alocação dos recursos e inferir sobre a composição do Pmr. Observa-se que 78,8% dos financiamentos do setor rural nordestino são de responsabilidade do BNB (R\$ 16,9 bilhões para um total de 21,5 bilhões de financiamentos para o setor). Na composição do Pmr do banco, o setor rural tem um Pmr de 5.564 dias (15,5 anos), é o segundo setor que mais contribui para o alto Pmr do Banco, com o agravante de que 38,1% do saldo a receber do banco concentram-se neste setor. Os setores industrial, comercial e serviços têm um Pmr médio de 2.167 dias (6 anos).

As aplicações nos setores industrial e comercial no Nordeste estão centralizadas no BNB, BNDES e Banco do Brasil. A distribuição do saldo das operações desses principais agentes é a seguinte: industrial – BNB e BNDES detêm 88,9% do saldo; comercial – BNB e Banco do Brasil detêm 80,5%; serviços – BNB, BNDES e Banco do Brasil detêm 88,1%.

Tabela 11 – Saldo das Operações de Crédito por Agência de Fomento e Atividade 2º Bimestre de 2012 – R\$ Milhões

Agência Oficial de Fomento	Saldo em 31.12.2011	Rural	Industrial	Comercial	Intermediação Financeira	Outros Serviços	Habitação	Outros	Total
Banco do Nordeste	43.837	16.955	13.974	5.362	0	6.009	0,243	2.199	44.499
Banco do Brasil	33.417	4.020	2.874	6.557	0	4.669	0	17.631	35.750
Caixa Econ. Federal	33.248	0	775	2.409	0	3.738	23.514	6.858	37.294
BNDES ¹	56.329	406	16.847	428	20.595	18.308	0	0	56.584
FINEP e BASA ²	634	146	225	59	0	177	0	14	621
Nordeste	167.465	21.528	34.695	14.814	20.595	32.901	23.514	26.701	174.748

Fonte: Elaboração da Equipe do BNB/Etene/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil. Ministério... (2012).

1. Inclui o FINAME.

2. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Banco da Amazônia (BASA).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: jul. 2012.

BOLETIM DO ICMS E DEMAIS IMPOSTOS ESTADUAIS. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: jul. 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007. Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 set. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc55.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 ago. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12465.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989. Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp62.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento de investimento 2010 e 2011**. Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: jul. 2012.

IBGE. Contas regionais do Brasil: 2005-2009. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/default.shtm>>. Acesso em: 2012.

TESOURO NACIONAL (Brasil). **Estados e municípios: transferências constitucionais**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: jul. 2012a.

_____. **Estados e municípios: transferências constitucionais e voluntárias**. Brasília, DF, 2012b.

_____. **Estados e municípios: transferências voluntárias**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp>. Acesso: jul. 2012b.

VIDAL, A. R. N.; BARROSO, L. C.; SANTOS, G. F. dos. Análise das contas regionais 2009. **Informe Técnico Etene Macroeconomia, Indústria e Serviços**, ano 6, n. 2, p. 1-16, abr. 2012.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - Panorama Geral

O estoque de crédito no Brasil tem apresentado uma elevada taxa de expansão. Nos últimos seis anos e meio, a participação das operações de crédito sobre o PIB quase que dobrou (passou de 28,5%, no fim de 2005, para 50,6% em junho último), mostrando que a expansão do crédito tem ocorrido a uma velocidade bem acima do crescimento da economia.

Segundo o Banco de Compensações Internacionais (BIS QUARTERLY..., 2012), órgão que reúne os bancos centrais, há sinais de preocupação quando a expansão do crédito dispara à frente do crescimento da economia. Consoante a referida fonte, um deslocamento acima de 6 pontos percentuais representa um sinal de alerta contra a inadimplência e outros problemas no sistema financeiro, que já estaria ocorrendo na Tailândia, na Turquia, no Brasil, na Polônia e no Canadá. Particularmente em nosso país, esse hiato já atingiu 8,7 pontos, na média dos últimos três anos.

De outra parte, o crescimento recente da classe média brasileira, que já representa o segmento mais representativo de sua população, em poder de compra, também incorporou um contingente crescente de novos correntistas ao sistema bancário. Entretanto, esse movimento foi também acompanhado por um aumento no grau de endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional, em relação à renda acumulada nos últimos doze meses, que passou de 18,4%, em janeiro de 2005, para 43,4%, em maio último, segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2012b).

Outra vertente desse fenômeno foi um leve crescimento da taxa de inadimplência, nos últimos 18 meses, notadamente entre as famílias, em suas operações no cheque especial, no crédito consignado e na aquisição de bens. Entretanto, em função do processo de redução das taxas de juros, que atualmente atingem o menor patamar histórico, já começa a ser observada uma estabilização desse indicador, com uma tendência de queda no curto prazo, uma vez que as operações com encargos financeiros maiores podem ser substituídas por novas operações, com custos menores.

De qualquer forma, para os padrões internacionais, a participação das operações de crédito em relação à economia brasileira (50,6%) ainda pode ser considerada conservadora, o mesmo ocorrendo para o crédito imobiliário (5,4%), a modalidade que mais tem crescido. Ademais, os indicadores relevantes de estabilidade financeira do sistema bancário nacional mostram-se robustos e situam-se numa zona confortável, com destaque para o índice de Basileia, para o índice de liquidez e para a capacidade de solvência.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

No fim de maio, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹ atingiu R\$ 2.136,5 bilhões, registrando-se uma expansão de 5,2%, nos cinco primeiros meses do corrente ano, e de 18,3%, no período de doze meses, segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2012b). Embora registrando uma leve diminuição na sua taxa de crescimento, em relação a períodos recentes, refletindo a própria desaceleração da economia brasileira, o estoque do crédito, como fração do PIB, tem apresentado uma trajetória crescente, passando de 45,7%, em maio do ano passado, para 50,1%, em maio último. Apenas para fazer um retrospecto histórico, em dezembro de 2005, o referido índice era de 28,1%. Em seis anos e meio essa participação quase que dobrou, refletindo o vigoroso crescimento da intermediação financeira do país.

A expansão do crédito nacional continua sendo influenciada pelo comportamento das operações financiadas com recursos direcionados (lastreadas em recursos compulsórios ou governamentais), que nos doze meses terminados em maio último apresentaram um incremento de 22,4%, quando atingiram R\$ 766,9 bilhões, correspondendo a 35,9% do volume total. No referido grupo, cabe destacar os financiamentos habitacionais, que cresceram 41,9% no período considerado, impulsionado pelos desembolsos do programa Minha Casa, Minha Vida. De outra parte, o estoque das operações de crédito financiadas com recursos livres atingiu R\$ 1.369,6 bilhões, exibindo um crescimento de 16,1%, representando ainda a maior parcela do crédito (64,1%).

Do ponto de vista do controle de capital, as instituições financeiras oficiais, que

já detêm a maior fatia do crédito (44,6%), também apresentaram o maior crescimento de suas operações (26,4%), superando a expansão registrada pelas instituições estrangeiras (16,8%) e pela banca privada nacional (10,7%). Esse resultado reflete as políticas governamentais adotadas em dois momentos. No primeiro, em meados de 2008, os bancos públicos foram convocados a expandir suas operações de crédito, como parte das medidas anticíclicas para combater a crise financeira internacional então instalada. No segundo, a partir de abril, os bancos oficiais tomaram a iniciativa e lideraram o processo de redução das taxas de juros, aumentando a competição bancária. Em ambos os momentos, houve uma forte expansão das operações de crédito e conquista de nova clientela por parte dos bancos oficiais.

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No fim de abril de 2012, o estoque das operações de crédito do Sistema Bancário representava 87,3% do total do Sistema Financeiro Nacional.

Tabela 1 – Brasil - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Maio 2011 e 2012

R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Maio		Variação	Participação	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2011	2012	Nominal	Maio/12, %	maio/11	maio/12
1. Usos dos Recursos	1.806.233	2.136.475	18,3	100,0	45,7	50,1
1.1. Setor Público	68.277	89.832	31,6	4,2	1,7	2,1
Gov. Federal	33.482	47.639	42,3	2,2	0,8	1,1
Gov. Est. e Mun.	34.795	42.193	21,3	2,0	0,9	1,0
1.2. Setor Privado	1.737.956	2.046.643	17,8	95,8	44,0	48,0
Indústria	378.674	430.940	13,8	20,2	9,6	10,1
Habitação	161.399	228.974	41,9	10,7	4,1	5,4
Rural	129.540	146.803	13,3	6,9	3,3	3,4
Comércio	183.934	211.770	15,1	9,9	4,7	5,0
Pessoas Físicas	580.345	661.167	13,9	30,9	14,7	15,5
Outros Serviços	304.064	366.989	20,7	17,2	7,7	8,6
2. Fontes dos Recursos	1.806.233	2.136.475	18,3	100,0	45,7	50,1
2.1. Livres	1.179.682	1.369.570	16,1	64,1	29,8	32,1
2.2. Direcionados ⁽²⁾	626.551	766.905	22,4	35,9	15,9	18,0
BNDES ⁽³⁾	368.353	432.248	17,3	20,2	9,3	10,1
Outros	258.198	334.657	29,6	15,7	6,5	7,8
3. Controle de Capital	1.806.233	2.136.475	18,3	100,0	45,7	50,1
3.1. Inst. Públicas Nacionais	753.545	952.244	26,4	44,6	19,1	22,3
3.2. Inst. Privadas Nacionais	740.809	820.050	10,7	38,4	18,7	19,2
3.3 Instituições Estrangeiras	311.879	364.181	16,8	17,0	7,9	8,5

Fonte: Banco Central do Brasil (2012b).

⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

⁽³⁾ Inclui operações diretas e os repasses da FINAME para outras instituições financeiras.

A expansão das operações de crédito do sistema financeiro nacional tem sido acompanhada por um leve crescimento na taxa de inadimplência (proporção das operações com atraso superior a 90 dias sobre o crédito total). Assim, esse índice evoluiu de 3,4%, em junho de 2011, para 3,8%, em junho último. Entretanto, esse resultado deveu-se exclusivamente ao aumento da taxa de inadimplência apresentada pelos bancos privados nacionais (de 4,2%, para 5,2%) e pelos bancos estrangeiros (de 4,8%, para 5,5%), uma vez que para os bancos públicos esse indicador registrou uma leve redução (de 2,0%, para 1,9%).

De acordo com o Banco Central do Brasil (2012e), a taxa média de juros das modalidades que compõem o crédito referencial atingiu 31,1% a.a. (ao ano), em junho, com diminuições de 1,8 p.p. (ponto percentual) no mês e 8,4 p.p. em doze meses. No mesmo sentido, o *spread* (diferença entre as taxas de juro de aplicação e a de captação de recurso) apresentou quedas de 1,5 p.p. no mês e 4,1 p.p. em doze meses, situando-se em 23,2 p.p..

Ainda segundo a referida fonte, a trajetória das taxas de juros para o crédito referencial vem refletindo decréscimos sucessivos em

ambos os segmentos de tomadores, mas com maior intensidade nas operações a pessoas físicas. Assim, o custo médio dos empréstimos às famílias diminuiu 2,3 p.p. no mês e 9,6 p.p. nos últimos doze meses terminados em junho último, situando-se em 36,5% a.a.,

o menor patamar da série histórica iniciada em julho de 1994. Nos créditos a empresas, a taxa média decresceu para 23,8% a.a., o menor valor desde dezembro de 2007, com reduções de 1,2 p.p. e de 7,0 p.p., nas mesmas bases de comparação.

7.3 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino² atingiu R\$ 262,2 bilhões, no fim de maio, exibindo um crescimento de 1,8% na margem (em relação ao mês anterior) e de 28,6%, no período de doze meses, consoante informação fornecida pelo Banco Central do Brasil (2012c).

Como vem ocorrendo há mais de dois anos, a expansão das operações de crédito no Nordeste tem superado a de todas as regiões do país. Assim, em ordem decrescente, aparecem os incrementos apresentados pelo Centro-Oeste (25,2%), pelo Norte (24,5%), pelo Sul (23,6%) e pelo Sudeste (20,8%). Esse resultado põe em destaque o desempenho da economia nordestina no contexto nacional.

No Nordeste, a expansão do crédito tem sido puxada pelo incremento registrado pelas operações realizadas pelas famílias (37,1%), superando o aumento apresentado pelas operações de crédito tomadas pelas empresas (21,1%). Entretanto, em termos de participação, essas duas destinações do crédito têm pesos equivalentes.

Entre os estados, o Maranhão continua liderando o crescimento das operações de crédito (38,4%), seguido pela Paraíba (35,4%), pelo Rio Grande do Norte (34,1%) e por Alagoas e Sergipe, ambos com incrementos de 28,8%.

Acompanhando a tendência nacional, a ampliação das operações de crédito no Nordeste foi também seguida por uma leve expansão no índice de inadimplência, que passou de 3,4%, em maio de 2011, para 4,3%, em maio último. Na Região, a taxa de inadimplência das famílias (6,2%) representa quase duas vezes e meia o índice para as empresas (2,5%). No fim de maio, a maior taxa de inadimplência foi observada no Maranhão (5,4%), coincidentemente o estado que apresentou o maior crescimento das operações de crédito, ocorrendo o menor índice de inadimplência em Pernambuco (3,3%).

2 O Sistema Financeiro Nordestino, aqui considerado, compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

7.3.1 - Empréstimos/financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME

Os empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES no Nordeste, no acumulado de janeiro a junho, alcançaram R\$ 6,1 bilhões, registrando-se uma queda de 22,9% em relação a igual período do ano passado, segundo informações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (BRASIL, 2012). Do referido valor, um pouco mais da metade (56,8%) correspondeu a operações realizadas diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficando a parcela restante (43,2%) repassada a outras instituições financeiras via Agência Especial de Financiamento Industrial do BNDES (Finame), com ambas as modalidades expressando queda. Em nível nacional, houve um acréscimo de 8,7% nas aplicações totais. Com declínio nas liberações, apenas a região Sul (-22,8%) acompanhou a trajetória do Nordeste. As demais regiões registraram variações positivas no período considerado.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro ¹ e Qualidade do Crédito

Posições em Final de Maio de 2011 e 2012

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi.	Patic. %	Índice de Inadimplência ² - Maio/12(%)		
	Maio 2011 (a)	Maio 2012 (b)	(b) / (a) em %	maio/12	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	16.925	23.421	38,4	8,9	7,2	2,8	5,4
Piauí	8.278	10.649	28,6	4,1	6,4	2,3	4,8
Ceará	30.521	38.013	24,5	14,5	6,3	2,9	4,5
R.G. Norte	12.806	17.169	34,1	6,5	5,7	2,9	4,6
Paraíba	11.355	15.372	35,4	5,9	5,8	2,9	4,9
Pernambuco	47.273	59.560	26,0	22,7	6,3	1,5	3,3
Alagoas	10.155	13.078	28,8	5,0	6,3	3,4	5,2
Sergipe	8.933	11.508	28,8	4,4	4,9	2,5	3,9
Bahia	57.745	73.476	27,2	28,0	6,1	2,9	4,4
NORDESTE	203.991	262.246	28,6	13,0	6,2	2,5	4,3
NORTE	62.380	77.688	24,5	3,8	5,9	3,4	4,8
CENTRO-OESTE	150.690	188.677	25,2	9,3	4,7	2,5	3,7
SUDESTE	927.530	1.120.264	20,8	55,4	5,3	2,0	3,3
SUL	301.917	373.101	23,6	18,5	4,1	2,4	3,2
TOTAL REGIÕES ³	1.646.508	2.021.976	22,8	100,0	5,2	2,2	3,5

Fonte: Banco Central do Brasil (2012c).

¹Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

²Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no fim de maio/2012, a 94,6% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Em termos de realização, as liberações ocorridas no Nordeste, no primeiro semestre, corresponderam a apenas 29,9% do total programado para 2012. Em âmbito nacional, esse índice de realização foi um pouco superior (40,1%), ocorrendo o maior percentual no Centro-Oeste (48,0%).

Entre os estados, apenas o Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba apresentaram incrementos nas liberações do BNDES/Finame. Os demais exibiram declínio dessa variável.

No Nordeste, o declínio das aplicações diretas do BNDES, no período de janeiro a junho, foi fortemente influenciado pelas variações negativas ocorridas nos setores agrícola (-84,6%), industrial (-67,4%), comercial (-65,4%) e outros serviços (-14,1%). Por porte do tomador, houve forte redução nos desembolsos efetuados para as grandes empresas (-39,3%), grupo responsável pela maior parcela (69,3%) das aplicações diretas do BNDES na Região. Entretanto, para as micro, pequenas e médias empresas houve incremento nas liberações.

Tabela 3 – BNDES + FINAME- Empréstimos/Financiamentos Efetivamente Concedidos – Estados do Nordeste e Regiões do Brasil – Janeiro a Junho de 2012

Estados/Regiões	R\$ milhões		Realizado/ Programado b/a, em %	Variação % (c)	Participação % (d)
	Programado 2012 (a)	Realizado (b)			
Maranhão	1.731,7	558,2	32,2	-15,5	9,1
Piauí	459,6	238,8	52,0	43,1	3,9
Ceará	4.187,0	938,9	22,4	-19,0	15,4
Rio Grande do Norte	998,4	740,4	74,2	110,4	12,1
Paraíba	470,7	205,8	43,7	9,0	3,4
Pernambuco	5.781,9	1.398,5	24,2	-43,9	22,9
Alagoas	944,1	195,5	20,7	-51,6	3,2
Sergipe	675,2	196,6	29,1	-10,4	3,2
Bahia	5.204,9	1.640,7	31,5	-28,3	26,8
NORDESTE	20.453,5	6.113,4	29,9	-22,9	6,7
NORTE	14.536,3	6.196,1	42,6	51,6	6,7
SUDESTE	149.992,0	62.533,8	41,7	17,8	68,1
SUL	31.938,7	11.233,3	35,2	-22,8	12,2
CENTO-OESTE	11.937,7	5.734,8	48,0	19,7	6,2
	0,0	-			
BRASIL	228.858,3	91.811,3	40,1	8,7	100,0

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - 2012a.

(c) Variação observada no período jan-junho/12, em relação ao mesmo período de 2011.

(d) Participação no período jan-junho/12.

7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino³, no fim de maio, atingiu R\$ 161,2 bilhões, exibindo uma expansão de 12,3% sobre igual posição do ano passado, ligeiramente acima do crescimento experimentado em âmbito nacional (9,2%), consoante informação fornecida pelo Banco Central do Brasil (2012g).

Na Região, o aumento na captação de depósitos pelos bancos públicos (19,4%) continua superando a expansão verificada nos bancos privados (0,6%), resultado que vem se repetindo há mais de dois anos. Ademais, os bancos oficiais respondem por dois terços dos depósitos totais, ficando o terço restante com a banca privada.

Entre os bancos públicos, o maior aumento na captação de depósitos ocorreu na Caixa Econômica Federal (23,9%), seguida pelo Banco do Brasil (18,4%) e Bancos Estaduais (8,9%). No âmbito estadual, o maior incremento na obtenção de depósitos aconteceu no Maranhão (23,9%), sequenciado pelo Piauí (21,5%), Rio Grande do Norte (17,6%) e Alagoas (16,4%).

De outra parte, o estoque das operações de crédito realizadas no Nordeste, no fim de maio, alcançou R\$ 131,6 bilhões⁴, correspondendo a um aumento de 18,1%, comparativamente à mesma posição em maio de 2011.

Do referido valor, um pouco mais da metade (52,0%) foi destinada a operações de curto prazo, na forma de empréstimos e títulos descontados. No rol das operações de médio e longo prazos, vale ressaltar as participações dos financiamentos imobiliários (22,4%), dos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (7,0%) e dos financiamentos rurais e agroindustriais (5,2%), para citar os mais relevantes.

De par com o que ocorreu com a evolução dos depósitos, a expansão das operações de crédito no Nordeste foi também liderada pelo incremento exibido pelos bancos públicos (24,8%), superando com larga margem de diferença a expansão apresentada pelos bancos privados (4,0%). Entre os bancos oficiais, vale destacar o incremento das operações de crédito apresentado pela Caixa Econômica Federal (40,0%), bancos estaduais (20,6%) e Banco do Brasil (16,1%). Em termos de composição, os bancos oficiais con-

3 O Sistema Bancário Nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal e representa um subconjunto do Sistema Financeiro Nordestino, comentado no tópico anterior.

4 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 50,2% do total do Sistema Financeiro Regional, enquanto em nível nacional essa mesma proporção era de 88,6%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do Sistema Bancário Nordestino dentro do Sistema Financeiro do Nordeste passaria para 80,3%.

Tabela 4 – Nordeste - Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Maio de 2012 e 2011

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Maio de 2011	43.436	35.673	7.408	8.169	2.190	89.468	54.085	143.553
Maio de 2012	51.435	44.212	7.820	8.795	2.384	106.826	54.395	161.221
Variação nominal, em %	18,4	23,9	5,6	7,7	8,9	19,4	0,6	12,3
Participação maio/12, em %	31,9	27,4	4,9	5,5	1,5	66,3	33,7	100,0
Operações de Crédito								
Maio de 2011	34.035	30.316	8.227	9.883	1.448	75.682	35.742	111.424
Maio de 2012	39.504	42.434	8.273	10.759	1.746	94.443	37.187	131.630
Variação nominal, em %	16,1	40,0	0,6	8,9	20,6	24,8	4,0	18,1
Participação maio/12, em %	30,0	32,2	6,3	8,2	1,3	71,7	28,3	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2012g).

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

tinuam respondendo por parcela representativa do estoque das operações de crédito regionais (71,7%), cabendo a menor fração para os bancos privados (28,3%).

Em âmbito estadual, o maior incremento no saldo das operações de crédito, no período considerado, foi registrado em Alagoas (25,4%), seguido pelo Ceará (23,7%), pelo Maranhão (23,3%) e por Sergipe (23,0%).

Tabela 5 – Nordeste - Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos das Operações de Crédito dos Estados – Posição em fim de Maio de 2012

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Mai-12/Mai-11	Participação Est/NE, Mai/12	Variação Mai-12/Mai-11	Participação Est/NE, Mai/12
Maranhão	23,9	5,9	23,3	7,0
Piauí	21,5	3,4	19,6	4,7
Ceará	10,3	21,6	23,7	14,5
Rio Grande do Norte	17,6	5,1	20,0	6,6
Paraíba	11,7	5,6	21,2	6,3
Pernambuco	5,6	23,7	15,0	23,2
Alagoas	16,4	4,2	25,4	4,8
Sergipe	13,1	4,7	23,0	5,0
Bahia	15,5	25,8	13,7	27,9
NORDESTE ¹	12,3	100,0	18,1	100,0
BRASIL	9,2	...	20,9	...

Fonte: Banco Central do Brasil(2012g).

Nota ¹: No Nordeste, no fim de maio de 2012, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 161,2 bilhões e as operações de crédito R\$ 131,6 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

Os comentários apresentados neste tópico sugerem pelo menos três reflexões. A primeira, os bancos públicos desempenham um papel fundamental no processo de intermediação financeira no Nordeste. A segunda, é provável que, num primeiro momento, a participação dos bancos oficiais aumente ainda mais na Região, tendo em vista que coube a eles a iniciativa da redução das taxas

de juros em um conjunto representativo das operações de crédito, processo iniciado no começo de abril. A terceira, as repercussões da redução dos juros sobre a economia nordestina certamente serão mais fortes do que para as regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul), em função do maior peso dos bancos oficiais no Nordeste, comparativamente às citadas regiões.

7.5 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito

O processo de redução da taxa básica de juros pelo Copom, a partir do segundo semestre do ano passado, e a diminuição dos juros cobrados em um conjunto representativo de operações de crédito, iniciada em abril último pelos bancos oficiais e depois seguida pela banca privada, provocaram uma reação favorável no mercado de crédito.

Pesquisa sistemática realizada pelo Banco Central do Brasil (2012f), entre os dias 5 a 11 de julho último, já começa a captar uma tendência de diminuição dos juros médios praticados nas principais operações de crédito, para pessoas físicas e jurídicas, comparativamente ao levantamento feito antes da redução dos juros dos bancos oficiais (entre os dias 27 de março a 2 de abril).

Particularmente para o Banco do Nordeste, também foi observada uma nítida diminuição nas taxas de juros de suas principais operações. Assim, para as transações com pessoas físicas, a taxa de juro cobrada pelo BNB no crédito pessoal, na última pesquisa do Banco Central do Brasil (Bacen), foi a quarta mais baixa entre os bancos pesquisados

no país, permanecendo à frente de todos os bancos oficiais, e ficou na décima sexta posição no juro cobrado no cheque especial.

Nas operações com as empresas, o BNB ficou com a décima posição nos encargos mais baixos cobrados nas operações de capital de giro prefixado, na décima segunda colocação na conta garantida e no vigésimo lugar no desconto de duplicata.

No fim de junho, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste alcançou R\$ 7,9 bilhões, registrando-se um pequeno crescimento (1,1%), comparativamente à mesma posição do ano passado. Do referido valor, a maior parcela (58,3%) era representada por depósitos a prazo, sendo 17,0% constituídos por depósitos de poupança e 13,3% por depósitos especiais, para citar as principais rubricas.

De outra parte, o saldo das operações de crédito do BNB realizadas na Região atingiu R\$ 8,2 bilhões, no fim de junho, exibindo uma expansão de 6,8% quando comparado com a mesma época do ano passado. Do ci-

tado montante, um pouco mais da metade (51,0%) foi destinada para operações de curto prazo, na forma de empréstimos e títulos descontados, vindo em seguida os financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (21,1%), à infraestrutura e desenvolvimento (20,9%) e aos segmentos rural e agroindustrial (14,5%), para citar as destinações mais relevantes. Essas parcelas excederam os 100% tendo em vista a inclusão das provisões para devedores duvidosos, que representaram 7,5% do saldo das operações de crédito, entrando no seu cálculo com sinal negativo.

Adicionando-se o saldo das aplicações do BNB, comentado anteriormente, ao saldo das operações financiadas na Região com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), chega-se a um

estoque de R\$ 36,8 bilhões, no fim de junho do corrente ano. Comparativamente à mesma posição no ano passado, registrou-se uma leve redução (1,6%). Do referido valor, o FNE participou com 73,9%, representando a principal fonte de recurso para financiar o desenvolvimento do Nordeste.

De outra parte, durante o primeiro semestre, foram contratadas no Nordeste 186,6 mil operações com recursos do FNE, totalizando R\$ 3,6 bilhões. Comparando-se com igual período do ano passado, houve, contudo, uma redução de 1,6% no número e de 14,3% nos valores contratados, decorrente de uma forte diminuição nas operações contratadas pelas grandes empresas. Esse resultado representa uma nova estratégia de alocação de recursos do BNB, com maior foco nas aplicações junto aos micros, pequenos e médios

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Data da Pesquisa/ Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)			Máxima do Mercado	Posição do BNB	Nº. Bcos Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado			
a) De 05 a 11/07/2012						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,3	6,51	1,84	10,2	16º	30
Crédito pessoal	1,15	5,03	0,96	21,04	4º	89
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,34	2,65	0,86	5,07	20º	48
Capital de giro prefixado	1,25	2,03	0,66	4,74	10º	62
Conta garantida	2,30	3,80	1,28	8,96	12º	42
b) De 27/03 a 02/04/2012						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,38	6,87	1,77	10,4	11º	30
Crédito pessoal	2,31	4,77	0,88	19,51	26º	96
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,50	2,89	0,89	13,42	25º	51
Capital de giro prefixado	1,41	2,16	0,33	5,42	16º	74
Conta garantida	2,30	3,90	1,30	8,94	11º	45

Fonte: Banco Central do Brasil(2012f).

Obs.: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Saldos dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição no Fim de Junho de 2012

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Jun-12/Jun-11	Participação Est/NE, Jun/12	Variação Jun-12/Jun-11	Participação Est/NE, Jun/12
Maranhão	6,1	3,7	13,5	8,5
Piauí	-2,5	2,5	37,6	8,6
Ceará	-0,2	55,1	22,3	16,7
Rio Grande do Norte	-34,8	4,2	-31,7	5,0
Paraíba	5,4	4,0	24,5	7,7
Pernambuco	19,2	11,3	11,2	15,8
Alagoas	20,9	2,0	16,8	4,0
Sergipe	-3,9	3,5	17,4	5,4
Bahia	8,5	13,7	-7,4	28,3
NORDESTE (a)	1,1	100,0	6,8	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil(2012b).

(a) No fim de junho/2012, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 7,9 bilhões e o das operações de crédito atingiu R\$ 8,2 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 4, cuja posição é fim de maio/2012, enquanto a da Tabela 7 é fim de junho/2012. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 9,1 bilhões, e o das operações de crédito R\$ 10,4 bilhões.

empreendimentos. A redução observada no primeiro semestre deverá ser compensada ao longo do ano, uma vez que o orçamento do FNE, para 2012, deve superar em 9,8% as contratações realizadas em 2011.

De qualquer forma, dos R\$ 3,6 bilhões do FNE injetados na economia nordestina no primeiro semestre, um pouco mais da metade (52,6%) foi destinada para o conjunto formado pela agricultura, pecuária e agroindústria, vindo em seguida a indústria (21,5%), o comércio (14,7%) e os serviços (11,2%). Em termos de porte do tomador, parcela representativa do referido valor foi orientada para as micros e pequenas empresas (57,5%), cabendo as parcelas restantes às médias (18,5%) e grandes empresas (24,0%). Esse perfil de aplicação de recursos do FNE traduz uma forte orientação voltada às atividades rurais e aos empreendimentos de menor porte, que representam os setores mais carentes da Região, orientação que distingue a ação

do BNB como principal agente de fomento do desenvolvimento nordestino.

Duas outras linhas de crédito geridas pelo BNB também merecem destaque. A primeira, o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no primeiro semestre contratou 1.275,3 mil operações, injetando na economia nordestina R\$ 1.873,0 milhões, registrando-se um crescimento de 32,4% no número e de 52,9% nos valores contratados, quando comparado com os números observados em igual período do ano passado. O referido programa apresenta ainda características interessantes. Cerca de dois terços da sua clientela é formado pelo público feminino, apresenta um baixo valor médio por operação (R\$ 1.468,53), que lhe garante uma grande capilaridade entre os tomadores e exibe uma reduzida taxa de inadimplência (0,8%), bem abaixo da média do índice nordestino para pessoas físicas (6,2%).

A segunda é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que através do BNB contratou no Nordeste, no período analisado, 170,4 mil operações, correspondendo a um aporte de recursos da

ordem de R\$ 634,4 milhões, ocorrendo uma redução de 2,2% na quantidade de operações, mas registrando um crescimento de 17,2% nos valores contratados.

Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Junho de 2012 Em %

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	-20,9	15,0	57,1	12,7	23,6	14,6
Piauí	68,4	14,0	60,2	11,8	39,0	10,1
Ceará	-66,0	8,3	53,1	30,8	-8,6	14,0
R. G. do Norte	-55,3	5,8	49,1	5,8	19,0	5,9
Paraíba	62,6	5,0	74,2	8,6	46,2	7,4
Pernambuco	15,6	15,8	31,1	7,1	17,5	15,7
Alagoas	-15,4	3,1	51,2	5,5	33,4	6,3
Sergipe	7,5	6,4	46,7	4,7	31,3	6,0
Bahia	3,5	26,6	48,3	13,0	9,5	20,0
NORDESTE	-14,3	100,0	52,9	100,0	17,2	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil (2012b, 2011c)

Nota¹: Variação nominal do valor das contratações no período de jan./jun.-12, em relação a jan.-jun.-11.

Nota²: Participação dos estados no período de jan.-jun./12.

Obs.: No período de jan.-jun./12, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 3.646,4 milhões, do CREDIAMIGO R\$ 1.873,0 milhões, e do PRONAF R\$ 634,4 milhões

7.6 - Conclusão

Nos últimos seis anos e meio, a participação do estoque de crédito em relação ao PIB quase que dobrou, revelando que as operações de crédito têm crescido a um ritmo bem acima da expansão da economia brasileira. Para o Banco de Compensações Internacionais (BIS), quando essa diferença alcança seis pontos percentuais, acende-se um sinal de alerta, devido ao aumento da inadimplência e outros problemas correlatos do sistema financeiro.

No Brasil, esse deslocamento já atingiu 8,7 pontos, na média dos últimos três anos. Entretanto, essa situação ainda é administrável. O índice de inadimplência, embora tenha apresentado um leve aumento nos últimos 18 meses, já começa a dar sinais de estabilização, com tendência de redução no curto prazo, tendo em vista que os juros encontram-se atualmente no menor patamar

histórico, permitindo a substituição de operações com encargos financeiros maiores por novas operações, com custos menores. Ademais, os indicadores relevantes de estabilidade financeira do sistema bancário nacional mostram-se robustos e situam-se numa zona confortável, com destaque para o índice de Basileia, para o índice de liquidez e para a capacidade de solvência.

A expansão do crédito no país continua sendo influenciada pelo comportamento das operações financiadas com recursos direcionados (lastreadas em recursos compulsórios ou governamentais), que têm crescido bem acima das operações com recursos livres. Como desdobramento, as operações de crédito dos bancos oficiais, há quase dois anos, vêm crescendo bem acima do ritmo dos bancos privados e dos bancos estrangeiros.

No Nordeste, como vem ocorrendo desde o início de 2010, o crescimento das operações de crédito tem superado o de todas as regiões do país, pondo em destaque o desempenho da economia nordestina no contexto nacional. De outra parte, o crescimento do saldo da captação de depósitos e das operações de crédito dos bancos oficiais tem superado com larga margem o incremento apresentado pela banca privada. Na Região, os bancos públicos são responsáveis por 66,3% dos depósitos e por 71,7% das operações de crédito.

O processo de redução da taxa básica de juros pelo Copom, a partir do segundo semestre do ano passado, e a diminuição dos

juros cobrados em um conjunto representativo de operações de crédito, iniciada em abril último pelos bancos oficiais e depois seguida pela banca privada, provocaram uma reação favorável no mercado de crédito. Pesquisa sistemática realizada pelo Banco Central já detectou tendência de diminuição dos juros médios praticados nas principais operações de crédito, para pessoas físicas e jurídicas.

Particularmente para o Banco do Nordeste, também foi observada uma nítida diminuição nas taxas de juros de suas principais operações. Assim, para as transações com pessoas físicas, a taxa de juro cobrada pelo BNB no crédito pessoal, na última pesquisa do Bacen, foi a quarta mais baixa entre os bancos pesquisados no país, permanecendo à frente de todos bancos oficiais, e ficou na décima sexta posição no juro cobrado no cheque especial. Nas operações com as empresas, o BNB ficou com a décima posição nos encargos mais baixos cobrados nas operações de capital de giro prefixado, na décima segunda colocação na conta garantida e no vigésimo lugar no desconto de duplicata.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL.**COPOM**: ata da 168ª reunião. Brasília, DF, 2012. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?COPOM168>>. Acesso em: 24 jul. 2012a.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValores-Series.do?method=consultarValores>>. Acesso em: 30 jul. 2012b.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2012. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 30 jul. 2012c.

_____. **Nota para a imprensa 26.07.2012**: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 27 jul. 2012d.

_____. **Relatório de Inflação:** junho 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2012/06/ri201206P.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012e.

_____. **SISBACEN.** Brasília, DF, [2012?]. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>.. Acesso em: 2ago. 2012f.

_____. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, [2012?]. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?TXJUROS>>. Acesso em: 30 jul. 2012g.

BNB CONJUNTURA MENSAL. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 18, jun. 2012. Disponível em:<www.bnb.gov.br/content/.../conjuntura_mensal_junho_2012.pdf>. Acesso em: 2ago. 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza, 2012a.

_____. Informações gerenciais do Programa CrediAmigo. **Cadernos Mensais**, [S.l.], jun. 2011.

_____. Informações gerenciais do Programa CrediAmigo. **Cadernos Mensais**, [S.l.], jun. 2012b.

BIS QUARTERLY REVIEW.[S.l.]: Bank for International Settlements,,Jun. 2012. Disponível em:<http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1206.htm>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas estatais:** dados estatísticos: orçamento de investimento: dados anuais 2012: execução orçamentária: alínea "i" empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2012. Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Portarias/2012/120403_port_5_alinea_i.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

CARTA DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro: Ipea, maio 2012. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc16_completa.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.



SAC Banco do Nordeste - 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br